UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS



CHAPADÃO DO CÉU:

Modernização da Agricultura no Sudoeste Goiano (Estudo de Caso)

CARLOS UGO GIANNOTTI

ORIENTADOR Prof. Dr. ÉLIO GARCIA DUARTE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias e Informação como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de História

GOIÂNIA 1999

Giannotti, Carlos Ugo.

Chapadão do Céu: Processo de Modernização - Estudos de Caso /
Carlos Ugo Giannotti; Orientador Élio Garcia Duarte. - Goiânia, 1999.

165 p.

Tese (Mestrado) - Universidade Fedeal de Goiás, 1999.

1. Chapadão do Céu. I. Título.

CHAPADÃO DO CÉU:

Processo de Modernização - Estudos de Caso

CARLOS UGO GIANNOTTI

Dissertação defendida e aprovada em 30 de abril de 1999, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Élio Garcia Duarte

Dr. Professor em História

Barsanufo Gomides Borges

Dr. Professor em História

Wencesiau Gonçaives Neto

Dr. Professor em História

DEDICATÓRIA

Dedico esta, aos meus pais, filhos e esposa e também ao meu Orientador Dr. Élio Garcia Duarte.

EPÍGRAFE

"Maravilhoso é o sonho que se torna realidade".

Alberto Rodrigues da Cunha

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho, é uma obra resultado de idas e vindas, de muita persistência e paciência minha e do meu orientador, a quem dedico esse trabalho.

Uma orientação é fundamental, pois, em alguns momentos nos encontramos desestimulados, e lá está o Orientador. Com palavras sempre positivas nos faz retomar e ultrapassar as barreiras.

Outro personagem que nem sempre é valorizado é o digitador. No meu caso, quero expressar minha gratidão ao trabalho realizado pela Marcivone David, pelo seu empenho e paciência.

Agradeço à Direção do Colégio Prevest, pela força e incentivo dado ao longo do meu Curso de Mestrado.

Finalmente, aos meus colegas e professores do Curso de Mestrado que, me deram força nessa caminhada.

Grato.

Carlos Ugo Giannotti.

RESUMO

Nesse trabalho é realizado um estudo do processo de Modernização ocorrida no setor agrícola de Goiás na década de 70/80.

Através, de um estudo de caso, onde analisado Município do *Chapadão do Céu*, procuramos entender como ocorre a expansão do Capitalismo no campo brasileiro, nesas décadas.

ABSTRACT

On this paper is worked a study of the modern process happened in the agriculture sector in Goiás State during the 70s and 80s.

From a specific case study, where is analised the county of *Chapadão do Céu*, we attempted to understand how the capitalism in the Brazilian section extends in the decades mentioned above.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - O CÉU SE MODERNIZA E A TERRA FLORESCE:	
UM ESTUDO DE CASO	18
1. O Conceito de Modernização	20
1.1. A década de 60 : Estruturalistas e Funcionalitas	21
1.2. A Teoria da Dependência	29
1.3. A Crítica à Dependência	32
2. Processo de Mecanização do Campo Brasileiro	36
3. Planejamento e Dominação: a Ação do Estado no Des. Econômico	58
 Considerações sobre a Modernização no Brasil 	65
5. A Empresa Capitalista: O Complexo Agroindustrial	70
CAPÍTULO II - A MODERNIZAÇÃO EM GOIÁS	73
1. A Conjuntura do Desenvolvimento na República Velha	73
2. A Revolução de 1930 e a Modernização de Goiás	87
3. A Era do Planejamento	101
4. O Sudoeste se Transforma: A Expansão e Integração do Sudoeste	
no Mercado Brasileiro	106
5. A Onda de Modernização avança em Goiás	112
CAPÍTULO III - CHAPADÃO DO CÉU: UMA HISTÓRIA DO	
DESENVOLVIMENTO	120
1. A História Regional e a Família	121
2. Os Pioneiros: "O Sertão dos Garcias"	126
3. A Formação de Chapadão do Céu	130
4. A Presença da Ciência	134
5. A modernização no Chapadão do Céu	137
6. A Emancipação econômica do Chapadão	141
7. O Desenvolvimento e Modernização do Chapadão do Céu	145
CONCLUSÃO	153
BIBLIOGRAFIA	161
PUBLICAÇÕES DIVERSAS E FONTES ESTATÍSTICAS	165

LISTA DE TABELAS

Tabela N.º 01: Maiores Produtores, por Unidade da Federação - SAFRA 1998	19
Tabela N.º 02: Números de Tratores no Campo - 1950/1980	40
Tabela N.º 03: Índice Simples da Utilização de Insumos Básicos pela Agricultura:	
1967-75 (Base: 1966 = 100	49
Tabela N.º 04: Crescimento da Indústria de Transformação (1965-77) Brasil	52
Tabela N.º 05: Crescimento do Produto Real no Brasil (1965-1979)	54
Tabela N.º 06: Concentração da Renda no Brasil 1960-1976	57
Tabela N.º 07: População do Sudoeste Goiano - 1920	84
Tabela N.º 08: Goiás - População e Produção Agropecuária por Regiões (1920)	86
Tabela N.º 09: Goiás: População, Produção Agrícola e Rebanho por Regiões em 1920	92
Tabela N.º 10: Participação dos Principais Produtos Exportados Conforme o	
Percentual do Valor de Exportação - Goiás 1928-1932	96
Tabela N.º 11: Estabelecimentos Comerciais e Industriais em Goiás (1920-1940)	97
Tabela N.º 12: Crescimento da Área Total dos Estabelecimentos	
(%) Região do Sudoeste	108
Tabela N.º 13: Crescimento da Produção Agropecuária (%) Região Sudoeste	109
Tabela N.º 14: Goiás/Brasil: Evolução da Utilização de Tratores - 1950-1980	112
Tabela N.º 15: Crescimento Populacional no Sudoeste de Goiás (%)	115
Tabela N.º 16: Crescimento do Número de Estabelecimentos na Indústria,	
Comércio e Serviço no Sudoeste de Goiás - 1940-1985	116
Tabela N.º 17: Goiás: Participação Relativa dos Setores na Renda Interna	
(1939-1982)	116
Tabela N.º 18: Arrecadação de ICMS por Setores da Economia na Região	
Sudoeste (%)	117
Tabela N ° 19: População Residente - Aporé	142
Tabela N ° 20: Áreas Plantadas e Produções do Município de Chapadão do Céu-Go	146
Tabela N ° 21: Números de Tratores Utilizados e Potência(CV)-1997	149
Tabela Nº 22: Maiores Produtores do Estado de Goiás, por Município	
- Safra 1998	150

ANEXOS

- Anexo 1- Certidão de Imóvel de Desmembramento da Fazenda Santa Amélia Criação do Loteamento.
- Anexo 2- Planta Baixa do Loteamento da Cidade de Chapadão do Céu.
- Anexo 3- Lei Nº 519/97 Aprovação do Loteamento de Chapadão do Céu.
- Anexo 4- Lei nº 11.398 de 16.01.91 Diário Oficial Criação do Município de Chapadão do Céu.
- Anexo 5- Termo de Acordo dos Limites de Chapadão do Céu.
- Anexo 6- Ata Geral do Plebiscito realizado no Distrito de Chapadão do Céu.
- Anexo 7- Carta de Emancipação do Distrito de Chapadão do Céu (panfleto distribuído ao povo).

INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira vem sofrendo, nas últimas décadas deste século, um processo de modernização industrialização. Essas transformações são reflexos da intervenção do Estado brasileiro no modelo de desenvolvimento capitalista. Apesar desse processo de modernização ter se realizado a partir da década de 50, ele se evidencia com mais clareza na década de 60, quando o setor rural passa a se integrar ao modelo econômico e acelera os processos de agroindústria estimulados por uma política de incentivo à produção agrícola.

Entretanto, devido a temática corresponder ao estudo de uma totalidade macro-histórica, optei por abordar o processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira através de uma análise específica de uma micro-região. O objeto de estudo é o município de Chapadão do Céu, localizado no estado de Goiás, na região do extremo Sudoeste deste estado.

A opção por esse município não foi feita de forma aleatória. Foram seguidos alguns critérios como: o alto índice de concentração de terras, o alto índice de mecanização da lavoura, a importância da produção desse município no contexto do estado, o desenvolvimento da mentalidade empresarial dos produtores em relação ao desenvolvimento do padrão capitalista moderno, o alto índice de tecnologia (utilização de produtos químicos, maquinários) e o uso da racionalidade visando o baixo custo de produção.

O objetivo central desse trabalho é demonstrar que o processo de modernização da agricultura ocorrido nos últimos anos, não significa transformações no interior da sociedade capitalista brasileira. Assim, através do desenvolvimento desigual do capitalismo, existe ritmos diferente de desenvolvimento no interior dessa sociedade. Por outro lado, o avanço da modernização no campo não significa o rompimento com velhas estruturas políticas e sociais. Ao longo desse trabalho procuraremos demonstrar que o processo de modernização, ocorrido no campo nos últimos anos, segue um modelo de "modernização conservadora".

A palavra progresso, para se pensar o processo de modernização no campo é outra abordagem enfocada nesse trabalho. O avanço dos meios de produção não significa a melhoria de todas as classes. O estudo de Chapadão do Céu pode nos revelar em que sentido podemos falar em progresso e a quem ele beneficiou.

Ao pensar a modernização, muitos autores tenderam a negar a existência do tradicional. Nesse trabalho, o processo de modernização que analisamos é realizado por um setor "tradicional" e esse setor não se alterou com as mudanças a nível econômico, mantendo estruturas políticas e sociais tradicionais.

O município escolhido para o estudo de caso possui uma família de grande influência, seja, na esfera política e/ou na esfera econômica, que são os Rodrigues da Cunha. Essa família possui raízes históricas há mais de três séculos e vem fazendo e refazendo a história na região, o que os torna objeto de estudo. Além disso, essa família detém grande poder patrimonial, o que significa ter influência no poder político do Estado.

A família Rodrigues da Cunha, é responsável pelo desenvolvimento e projeção do município de Chapadão do Céu no cenário regional. Essas questões,

colocadas acima, passam pela compreensão do papel desempenhado pela família Rodrigues da Cunha, na modernização desse município escolhido para esse estudo. Neste sentido, compreender o papel dessa família, de tradição conservadora, no processo de modernização no município do Chapadão do Céu é o caminho que escolhi para comprovar que a modernização não significa o rompimento com o tradicional. Ao contrário, o novo pode conservar velhas formas de poder, e as velhas estruturas podem se adaptar aos novos tempos, modernizando-se.

Assim, o estudo desse município pode nos permitir compreender o processo de modernização e industrialização da agricultura, não somente baseado em dados puramente estatísticos, mas também desvendando os interesses sociais dentro desse processo.

O presente estudo é uma tentativa de conhecer, de forma objetiva, o processo de modernização do campo, aqui subtendida como a expansão do capitalismo no setor agrário, captando o processo de substituição de antigas forças de produção e de relação sociais de produção, pelas novas forças produtivas ligadas a uma dinâmica capitalista. Nesse determinado momento a racionalidade passa a estar presente no processo de produção e o lucro, em última instância, passa a ser o objetivo final.

As antigas empresas familiares são abolidas e as velhas formas de trabalho não assalariadas, existentes no campo até então, são repensadas, dando lugar à forma de trabalho assalariada na produção. A partir daí, essas empresas já estão voltadas para o mercado. A penetração dos moldes capitalista corresponde à desapropriação dos antigos sitiantes e trabalhadores existentes

no campo e, por fim, a sua expulsão para o meio urbano, formando o exército de mão-de-obra do setor rural. Esse movimento não é desarticulado de um processo maior, sendo fundamental para a formação da massa consumidora da própria produção rural.

Apesar de o objeto escolhido para o trabalho retratar um pedaço do todo, devemos lembrar as palavras do geógrafo Milton Santos, quando ele analisa que o homem não pensa o mundo através do mundo e sim através daquilo que está à sua volta, onde vive. Isso de forma nenhuma desvincula o homem com o mundo exterior.

"Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com intermediação do estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos.

Estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc., com seus mais distintos niveis de interação e contradição.

Se o espaço se torna uno para atender necessidades de uma produção globalizada, as regiões oferecem como distinta versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas ao contrário, instiga diferenças, reforça-se e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, único.

É neste contexto que o estudo regional assume importante papel nos dias atuais, com finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduz em distintas regiões do Globo, dadas suas especificidade. A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes especificas do Planeta ou dentro de um pais, associando a nova dinâmica às condições preexistentes" (1)

⁽¹⁾ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado* - Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 4ª ed. São Paulo, HUCITEC, 1996. pp. 46/47.

Enfim, dentro da idéia do geógrafo Milton Santos, podemos afirmar que o município de Chapadão Céu, pode ser estudado como sendo parte de um todo, ou seja, inserido dentro do contexto dos interesses capitalistas de produção, onde através da divisão inter-regional do trabalho como também da inserção no quadro da divisão internacional do trabalho, ele ocupa o seu lugar e é por ele estimulado em seu processo de transformação.

No capítulo I, procuro analisar as tendências que discutiram a modernização nos anos 60. Assim, nesse capítulo, abordo a diferença entre os estruturalistas e os funcionalistas.

Os estruturalistas, defendiam a tese de que a estrutura agrária vigente era um obstáculo ao modelo de desenvolvimento econômico. Somente através da superação da estrutura agrária vigente, com a destruição do latifúndio é que poderia haver desenvolvimento econômico.

Já os funcionalistas, não compartilham da mesma tese. Para eles, a agricultura cumpre uma missão importante, e a modernização dos meios de produção é fundamental para o desenvolvimento desse setor.

Posteriormente, ainda abordo a tese cepalina, que influenciou o meio acadêmico brasileiro na década seguinte. O modelo cepalino baseou-se na visão de que o atraso dos países periféricos é consequência inevitável das relações de exploração estabelecidas entre os países avançados e/ou metrópole e os países atrasados e/ou satélites.

A perspectiva seguida no trabalho é a não contradição entre os setores

agrícola e industrial. Ao contrário, o nascimento do setor industrial brasileiro é fruto do investimento do capital cafeeiro. Entendemos que o processo de acumulação capitalista seguira o setor industrial. Porém, isso não significa que o setor tradicional seja uma contradição à acumulação capitalista.

A modernização ocorrida no interior da sociedade brasileira, principalmente pós 30, tem no estado o seu principal agente. Assim, o planejamento governamental e o engajamento do poder público nas atividades produtivas foi o responsável pela dinamização da reprodução ampliada do capital. A aliança entre o grande capital financeiro nacional e estrangeiro com estado nacional é quem comandou a modernização pelo "alto".

No Capítulo II, a análise prioriza compreender o processo de expansão da economia do Sudoeste Goiano. A partir de uma infra-estrutura precária no período da República Velha, desenvolveu-se a região, pós 30. A ação do estado, através do deslocamento da capital, o incentivo do poder Federal nesta região.

No proceso de acumulação capitalista nessa região, apesar de ter o setor agrícola como principal, coube ao setor de comércio o papel de acumulação. O capitalismo, através de seus ritmos diferentes possui especificidade. E é essa especificidade que nos permite analisar a integração inter-setorial, pois, Goiás, não possuindo o setor industrial, teve o setor comercial como ponto de integração entre o setor agrícola e industrial.

O processo de modernização ocorrido a partir da década de 60, revelou um que esse processo de modernizçaão foi realizado pela ação governamental, principalmente devido à falência da política do "milagre econômico". Assim,

naquele momento a agricultura recebeu incentivo de verbas, pois, era através dessa atividade que o governo visualizava a formação de divisas para reduzir o déficit no balanço de pagamentos.

Os estímulos concedidos ao cultivo de soja, não só redirecionaram a produção do Sudoeste (que antes era área de produção de arroz e feijão), como incentivou, através de concessão de crédito, a introdução de um número substancial de produtos industrializados. Através dessa política de crédito aos grandes produtores é que se deu a integração do setor agrícola e industrial, sempre tendo no setor comercial o elo de ligação e de transferência de capital de um setor para outro.

Através do estado da liberação de crédito, fica claro que esse processo discriminou os pequenos produtores. Essa modernização da agricultura no Sudoeste goiano, em nada modificou a estrutura fundiária, como acabou sendo benéfica somente aos grandes proprietários.

No Capítulo III, finalmente faço a demonstração de como, na prática, se deu esse processo de "modernização conservadora". Uma família tradicional, com presença de mais 160 anos, especialização na criação de gado para corte, consegue acompanhar e aproveitar-se da disponibilidade do crédito fácil para realizar o "salto".

O "Sertão dos Garcia", antes uma paisagem onde predominava a pecuária, se transforma em um pólo de desenvolvimento. A partir da transformação de um pedaço de fazenda "Santa Amélia", em um loteamento, é que segue o Chapadão do Céu. Primeiro ganha a categoria de Distrito, posteriormente utiliza

a influência política para conseguir a emancipação política de Aporé.

Atualmente, o município de Chapadão do Céu é uns dos mais produtivos da região do Sudoeste goiano. Através, de uma assistência técnica permanente e do uso constante de herbecidas, calcário, fertilizantes e o uso de uma racionalidade empresarial, a presença de um setor de armazenamento e financiamento direto ao produtor, é que cada vez mais esse município se integra dentro do processo de ampliação e reprodução do capitalismo, tanto nacional como internacional.

Porém, o fundador e idealizador de todo esse processo, o Sr. Alberto Rodrigues da Cunha, não é produtor de soja. Quando muito suas terras estão arrendadas a produtores de origem do Sul do país. A atividade desenvolvida por esse empresário é a pecuária de corte.

O setor tradicional criou e valorizou as terras da região, tornou suas terras altamente valorizadas, abriu caminho para os de fora, incentivou o aproveitamento do cerrado, implantou infra-estrutura, fundou um município, foi o primeiro Prefeito eleito, elegeu seu sucessor. Enfim, apesar da modernização manteve a prática política tradicional.

CAPÍTULOI

O CÉU SE MODERNIZA E A TERRA FLORESCE: UM ESTUDO DE CASO

O município de Chapadão do Céu é, se posso falar, um município novo, pois sua criação é datada de 1991, quando foi autorizado o seu desmembramento do município de Aporé (ver mapa), pela Lei Estadual número 11. 398 de 16/01/1991. Apesar dessa emancipação ser recente, a luta pelo desmembramento já era mais antiga, como veremos mais adiante. No entanto, apesar do pouco tempo de existência, essa região vem ocupando um lugar de destaque na produção da região do Sudoeste de Goiás. A produção de soja, milho, sorgo granífero e arroz, vem se destacando pela alta produtividade, além da forte mecanização presente na região.

Neste sentido, de forma direta, podemos afirmar que atualmente o estado ocupa um importante lugar na produção de grãos, como por exemplo: o segundo lugar como produtor de algodão herbáceo, o oitavo em produção de arroz (em casca), oitavo em produção de feijão, sexto em produção de milho (1ª safra), o quarto em milho (2ª safra) e o quarto em produção de soja (ver tabela I). Com certeza, muito desse sucesso é reflexo da produção da região do Sudoeste Goiano, e também da produção do município de Chapadão do Céu. Isso tudo é reflexo da inserção de Goiás no processo de modernização da agricultura brasileira, que, em última instância, é o reflexo do avanço das relações capitalistas e da política do Estado brasileiro dos últimos anos.

TABELA N.º 1 Maiores Produtores, por Unidade da Federação SAFRA 1998

ALGODÃO HERBÁCEO		ARROZ (EM CASCA)			FEIJÃO (1º SAFRA)			FELJÃO (2º SAFRA)			
CLASSIF	UF	PROD.(T)	CLASSIF	UF	PROD.(T)	CLASSIF	UF	PROD.(T)	CLASSIF	UF	PROD.(T)
10	МТ	270.415	10	RS	3.604.963	lº	PR	378,910	l"	ВА	168.272
2º	ω	258.712	2º	МТ	774,735	2º	MG	131.218	2°	MG	109.593
3°	SP	237.798	3°	sc	691.949	3°	SC	120.000	3º	PR	108.000
4º	PR	175.490	40	MA	432.444	40	RS	97.236	10	SP	84,000
5°	MG	128.335	5°	то	347.565	5°	SP	87.500	5°	RO	66.556
6°	MS	93.007	G°	MC	335.025	૯	ВА	54.087	6°	AL	63.652
7°	ВА	37.570	7º	PA	249.662	7º	Œ	44.890	7º	ω	54.085
80	Œ	16.714	80	œ	212.479	80	ထ	30.328	80	SC	49,500
90	RN	3.901	99	PR	177.500	90	PI	16.768	90	SE	30.018
10°	AL	2.736	10°	SP	135.000	10°	МА	13.246	10°	RS	25.706
BR	-	1.232.262	BR	-	8.043.45	BR		1.010.25	7 BR	-	903.613

MILHO (1° SAFRA)			MILIIC) (2° S	AFRA)	SOJA			
CLASSIF	Æ	PROD.(T)	CLASSIF	ŲF	PROD.(T)	CLASSIF	T.F	PROD.(T)	
l°	PR	5.424.200	1º	PR	2,000,000	l°	MT	7.159.751	
2°	SP	4.497.980	2°	SP	892,200	2º	PR	7.024.000	
3°	MG	3.640.546	30	MS	805.560	3°	RS	6.590.142	
4º	SC	3.492.000	4º	ω	660,537	ŧ,	ω	3.393.240	
5° .	SP	2.814.000	5°	МТ	546,130	5°	MS	2.319,783	
6°	ω	1.886.625	6°	ВА	106,446	6º	SP	1.418.500	
7"	MS	589.590	7°	ES	270	7'	MG	1.275.877	
80	PA	461.218	80		-	8°	ВА	1.184.500	
9º	МТ	454.778	90	-	-	95	SC	530,000	
10°	BA	451.160	10°	-	-	10"	MA	295,778	
BR	-	24,899	BR	-	5.011.143	BR	<u>-</u>	31.423.197	

FONTE: IBGE / GO/1998.

1. O Conceito de Modernização

O conceito de modernização, como categoria de análise nas ciências sociais, se expandiu no meio acadêmico da América Latina como um parâmetro teórico para se pensar no desenvolvimento e subdesenvolvimento. A emergência de modelos de análise das sociedades latino-americanas foi permeada por modelos teóricos explicativos para as transformações que essas sociedades sofreram nos últimos anos. Toda a concepção explicativa do processo de modernização, passou por se basear em um conceito de dependência econômica, das áreas periféricas em relação ao centro capitalista internacional.

Atualmente, já possuímos uma grande produção acadêmica sobre as diferentes abordagens em relação às matrizes teóricas e metodológicas, como a obra de Francisco de Oliveira, José de Souza Martins, Octávio Ianni, que realizaram uma revisão crítica dos modelos anteriores. Neste sentido, não é o meu objetivo realizar uma revisão crítica sobre a temática, porém, procurarei me situar dentro dessa discussão e, no final, me posicionar numa das opções metodológicas e utilizá-la, par compreender os processos de desenvolvimento da modernização e industrialização da agricultura brasileira.

A partir de 30, principalmente a partir da década de 50, com o avanço do desenvolvimento da industrialização, no Brasil iniciou-se um esforço intelectual acadêmico, para se pensar no processo que vinha ocorrendo. Nesse momento surgiram várias formas de se captar a realidade, e essas teorias foram importantes. Posteriormente, foram superadas, originando novas concepções e assim sucessivamente. A teoria de modernização passa a se constituir o ponto chave para a interpretação da sociedade brasileira.

1.1. A Década de 60: Estruturalistas e Funcionalistas

No entanto, foi a partir da década de 60 que ocorreu o ápice do debate sobre o processo de desenvolvimento. Qual o modelo a ser seguido, qual o papel da agricultura dentro desse contexto? Enfim, foi uma época de grande produção acadêmica e intelectual no Brasil.

Duas correntes foram cruciais nesse período: os estruturalistas e os funcionalistas.

A primeira corrente, a dos estruturalistas, é formada aqueles que acreditam na necessidade de haver uma reformulação no meio rural brasileiro onde o latifundio teria que ser destruído. Para essa corrente só através de uma reformulação da estrutura agrária é que se pode acabar com os entraves para o desenvolvimento.

"() argumento central era que a arcaica estrutura agrária brasileira, centrada no latifúndio, não permitia à agricultura responder à demanda urbano/industrial: com a produção calcada no monopólio da propriedade da terra, em mãos dos latifundiários, e nas relações de produção antiquadas vigentes, não se conseguia ganhos de produtividade que respondesse à necessidades da indústria em expansão. Não respondendo à altura, a agricultura se coloca como um entrave ao processo de desenvolvimento econômico da economia, sob diversos aspectos (...)" (2)

Segundo Neto, essa corrente alega basicamente três fatores para não acreditarem no setor agrícola, que são: 1- a ausência de preço dos produtos agrícolas, levando o setor industrial a transferir capital para o setor agrícola.

⁽²⁾ NETO, Wenceslau Gonçalves. Estado e Agricultura no Brasil- Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira, 1960-1980. Tese de Doutorado USP. Mimeografada, São Paulo, 1991. p.54.

Isso acarretaria desvio de capital de investimento no próprio setor agrícola; 2- a permanência de formas de trabalho arcaicas, muitas sem remuneração e quase semi-feudais, afastando a população do mercado de consumo; 3- essas estruturas arcaicas de produção impediam a entrada de maquinaria no campo, impedindo o desenvolvimento do setor industrial de máquinas.

O teórico mais importante dessa linha foi Celso Furtado, ainda mais devido à sua participação, como ministro do Planejamento (Plano Trienal) no governo de Goulart, na década de 60. Segundo Furtado, a reforma agrária era a única via de superação dos problemas de entraves para o modelo desenvolvimentista que se desenvolvera em épocas anteriores.

"(...) Celso Furtado, independente do acerto de sua análise sobre a realidade brasileira, tocava no ponto nevrálgico do sistema: a necessidade imediata de reformas e obstaculização ferrenha dos setores atrasados, agarrados a seus privilégios." (3)

Outra tendência a defender a Reforma Agrária, foi a esquerda brasileira. Dentro dessa corrente ira se polemizar um debate entre os defensores da existência do Feudalismo, na estrutura agrária brasileira, e os que negam essa existência defendendo a existência do capitalismo. O debate se polarizou entre Alberto Passos de Guimarães (defensor da existência de produção feudal no campo brasileiro) e Caio Prado Júnior (defendia a visão das relações capitalistas no campo brasileiro).

O pensamento de Guimarães segue as diretrizes do IV Congresso do

⁽³⁾ NETO, Obra Cit. p.58

PCB, que por sua vez reflete as diretrizes da III e IV Internacional. Assim podemos resumir esse pensamento: a luta pelo desenvolvimento passa pela destruição do Imperialismo e do Latifúndio, responsáveis pelo freio do desenvolvimento do país.

Por conseguinte, a aliança entre trabalhadores e burguesia nacional, é a etapa para a superação dessa contradição. Nessa concepção, o principal freio do desenvolvimento industrial do país (a generalização das relações capitalistas de produção e a expansão do mercado interno), reside no latifundio que, por sua vinculização com o capital estrangeiro, é também inimigo da Nação.

Segundo Nelson Werneck Sodré, o:

"(...) aparelho de Estado em nosso país está na posse da burguesia". "O capitalismo nacional não se desenvolve mais porque existe uma camada social no campo, constituída pelos latifundiários (sustentáculos das relações 'coloniais'; 'feudais', 'semi-feudais'), que impedem o pleno desenvolvimento das relações capitalistas e o aumento da produtividade do trabalho". (4)

A derrota dessas estruturas "arcaicas" (Latifundio e Imperialismo) é uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Assim, a burguesia nacional é a grande aliada dos trabalhadores para a destruição desse entrave do capitalismo nacional.

Essa corrente foi duramente criticada pela forma mecanicista de interpretação da realidade brasileira. Essa visão mecanicista dos "ortodoxos"

⁽⁴⁾ SODRÉ, N. Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. 3ª ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p.344.

dos modos de produção é influência do stalinismo sobre essa corrente, segundo o qual, para se chegar ao capitalismo era necessário a superação do Feudalismo. Outra crítica sofrida por essa corrente, foi a não percepção de que o desenvolvimento do capitalismo está sujeito a leis e a dinâmicas para as quais a democracia não corresponde a nenhuma necessidade intrínseca.

Por outro lado, é um equívoco acreditar que a presença do governo burguês garanta por si só a democracia. Apesar da burguesia divulgar a "democracia" como um valor universal, essa condição de cidadania não flui naturalmente. Ela mesma é fruto de uma conquista social.

A corrente dos teóricos "ortodoxos" tem uma visão estreita entre camadas sociais e "interesses históricos objetivados", ou seja, que a burguesia tem em última instância uma vocação nacionalista. A análise dessa corrente desemboca na tese de que a burguesia nacional só pode sobreviver se houver a destruição de seus inimigos: Latifúndio e Imperialismo. Assim, a "revolução burguesa" é o caminho do desenvolvimento. Por isso, a classe trabalhadora deve se aliar à burguesia nacional como opção de desenvolvimento de seus interesses históricos.

Em 1966, o historiador Caio Prado Jr. lançou crítica à visão "ortodoxa", principalmente no que se refere a concepção da existência de estruturas feudais no campo brasileiro. Para Caio Prado, esses autores estavam transportando modelos de análises de realidade exógenas para a nossa realidade, o que tornava impossível sua execução. Nesse sentido Caio Prado tece crítica ao modelo revolucionário do PCB, que procurava, através dessa visão, homogeneizar a história de todos os países "colonizados".

Caio Prado contrapõe a essa abordagem uma minuciosa análise das relações de produção encontradas no campo brasileiro (a parceria, o cambão, o barração), tentando demonstrar que todas essas formas de trabalho não passam de relações capitalistas de produção.

"O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como "restos feudais". Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver "restos", haveria por força de preexistir a eles um sistema 'feudal' de que esses restos seriam feudal, semi feudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado" (5)

No entanto, podemos perceber que esse autor, ao refutar os "ortodoxos", se preocupa em demonstrar a existência das relações capitalistas de produção. E esquece que há no campo brasileiro muitas relações que não pode se enquadrar dentro dessas, sendo relações ainda pré-capitalistas, como é o caso do sistema de parceria, onde o trabalhador fica com a parte de produção "in natura".

Por outro lado, essa mesma veemência empregada para criticar a tese feudal repetiu-se na refutação da "burguesia nacional". Segundo esse autor, na união entre o Imperialismo e Latifúndio feudal, há uma harmonia de interesses das classes dominantes como um todo, ou seja, não há a distinção entre a burguesia estrangeira e nacional, pois ambas pertencem à mesma categoria social. Ao contrário da corrente "ortodoxa", o que há é uma estreiteza de interesses.

A crítica que se pode fazer a Caio Prado é a seguinte: se a corrente "ortodoxa" exagerou na contradição entre o capital monopolista X burguesia

⁽⁵⁾ JÚNIOR, Caio Prado. Contribuição Para a Análise da Questão Agrária no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense,1979. pp15-16

nacional, ele eliminou por completo essa contradição, eliminando os desacordos históricos existentes entre as classes dominantes, sob a pena de realizar uma avaliação errônea do processo político que passa à sociedade num determinado momento histórico.

A corrente funcionalista, já não vê a agricultura como um entrave ao desenvolvimento brasileiro. A agricultura não é um entrave ao desenvolvimento econômico do país, pois, ela sempre cumpriu um papel econômico, seja através do abastecimento do setor urbano/industrial e/ou transferindo para o setor industrial parte de seu capital. A reforma agrária não é vista como condição crucial. O processo de modernização acaba sendo uma proposta para o desenvolvimento desse setor. A agricultura eficiente passa a ser fundamental para o desenvolvimento econômico. Entre os defensores dessa corrente destacamos Ignácio Rangel, Ruy Miller, Delfim Neto e Antônio de Barros Castro.

Segundo Rangel, a estrutura agrária não precisava de uma reforma agrária para realizar sua modernização. A agricultura poderia conseguir essa modernização resolvendo dois problemas : "os próprios" e os "impróprios". Rangel, sabia que a solução não era fácil, porém propunha que se resolvesse os problemas "próprios", por serem mais viáveis.

"Os primeiros ("próprios") referem-se à tendência de superprodução de bens agricolas, acompanhada de constantes problemas no comércio exterior; e de superpopulação rural, que desemboca em problemas de desemprego urbano. Os segundos ("impróprios") referem-se, apesar da tendência à superprodução, à escassez de certos bens agrícolas; assim como, apesar da superprodução rural, à ecassez sazonal de mão-de-obra sofrida por algumas culturas. Assim, para a superação da crise agrária, seria

preciso atacar em duas frentes: mudanças da estrutura agrária e incremento do comércio exterior. Dessa forma procurar-se-ia resolver os chamados problemas "impróprios" da agricultura." ⁽⁶⁾

Essa idéia de mudança na estrutura agrária não é o essencial segundo Rangel, pois não havia condições políticas para realização dessa transformação. Assim, ele sugere que se ataque os problemas "impróprios".

Antonio Delfim Neto, também compartilha dessa visão. Apesar de reconhecer o papel secundário que a agricultura representa, percebe que ela cumpre sua tarefa, tais como: liberação de mão-de-obra, criação de mercado para indústria e outras.

O mais interessante é a idéia de modernização, pois ele entende que a modernização está ligada ao desempenho, ou seja, a introdução de tecnologia é fundamental para o progresso da agricultura brasileira.

Ruy Miller Paiva é outro funcionalista que defende a modernização dos meios de produção como caminho a ser seguido pelo setor agrícola. Essa visão de modernização não discute a abrangência social dessa modernização. Para ele o avanço de tecnologia é entendido como modernização.

"Paiva reconhece as limitações do setor e propugna transformações em seu interior que permitam dinamizar o processo de desenvolvimento econômico. Para ele a chave do problema está na modernização, e seus estudos procuram analisar a situação geral do setor agrário, o peso das agriculturas tradicionais e modernas, as formas de exploração da mão-de-obra e as possibilidades de modernização." (7)

⁽⁶⁾ NETO, Obra Cit. pp. 33/34

⁽⁷⁾ NETO, Obra Cit. p.80

Assim, para esse autor a saída para o desenvolvimento da agricultura está no processo de modernização. Esse modelo é baseado no incremento da produção e o aumento da produtividade agrícola. Para isso é necessário a absorção de tecnologia. O mercado interno e o mercado externo são fundamentais nesse processo de expansão da agricultura.

Finalmente Antônio de Barros Castro que, no final da década de 60, publica alguns trabalhos relacionado à realidade brasileira. Castro, baseando-se nos estudos de Delfim Neto e de Ruy Miller, chaga às mesmas conclusões.

Castro examina as principais tarefas convencionalmente atribuída à agricultura para possibilitar a industrialização, tais como a geração e ampliação de um excedente de alimentos e matérias primas, liberação de mão-de-obra, criação de um mercado para os produtos industriais e transferência de capitais, concluindo que estas são cumpridas, de acordo com as necessidades locais.

"(...) Segundo Castro, a crise do comércio internacional voltar-se para o mercado interno, passando a produzir alimentos e matérias-primas em quantidade suficiente para atender a demanda urbana. Por seu lado as altas taxas de crescimentos demográficos teriam sido de tal monta a atender não somente à crescente demanda de mão de obra na agricultura, como também a permitir um substancial êxodo rural que, combinado com o crescimento vegetativo da população urbana, mostrou-se mais do que suficiente para preencher a procura industrial." (8)

A conclusão chegada por Barros é que a agricultura atende, a grosso modo, as necessidades da industrialização e não se constitui em um entrave ao modelo de desenvolvimento.

1

⁽⁸⁾ MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. A Economia Política Brasileira em Questão 1964-1975. 3º ed, São Paulo, 1978, Editora Aparte, p.20. (Caderno Presente)

1.2. A Teoria da Dependência

A Teoria da Dependência é uma das teses bastante importante no seio da intelectualidade brasileira nos anos 60. Para essa concepção, tivemos uma economia colonial e até mesmo um modo de produção colonial, como peça do Antigo Sistema Colonial, onde a função da colônia seria, em última instância, servir ao acúmulo do capital europeu. A partir do momento em que ocorre a emancipação política no século XIX, automaticamente se dá o desenvolvimento do capitalismo nacional. Entretanto, como a independência política não significa uma independência econômica, esse capitalismo nascente dos países periféricos é dependente, ou seja, é o nascimento do capitalismo dependente.

André Gunder Frank, durante a década de 60, lançou um livro "A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo", onde ele demonstrou que o atraso dos países periféricos é consequência inevitável das relações de exploração estabelecidas entre os países avançados ou metrópole e os países atrasados e/ou satélites. Para ele, o desenvolvimento desses países avançados se alimenta do subdesenvolvimento e/ou exploração das áreas periféricas, através da apropriação do excedente produzido pela superexploração dos trabalhadores da periferia, sendo o produto dessa acumulação transferido para os centros desenvolvidos. Outra característica importante dessa análise, é que essa expropriação pode ocorrer dentro do próprio espaço nacional. É o que ocorre com o Centro-Sul, se aproveitando da exploração e miséria da região do nordeste.

A conclusão obtida pelo autor, para pensar o processo de evolução da indústria brasileira, resume-se em que o Brasil não obtêm sua industrialização

devido ao processo de dependência, pois, continua sofrendo constante expropriação de seu excedente, onde a estreiteza do mercado consumidor é resultado da superexploração da classe trabalhadora, questão fundamental para a extração de grande quantidade de excedentes.

A concentração fundiária, segundo o autor, é um dos fatores para a submissão dos trabalhadores rurais ao capital e sua exploração, pois, esses se submetem a receber baixos salários.

A tese de Gunder Frank foi detalhada por Ruy Mouro Marini em sua obra "Dialética de la dependencia: La economia exportadora", obra publicada nos anos 70. Segundo Marini, a oferta mundial de alimentos e matérias-primas, as principais mercadorias produzidas pelos países subdesenvolvidos apresentaram, nos últimos anos da década de setenta, um aumento na produção, ao mesmo tempo que ocorria queda nos seus preços.

Por outro lado, a produção dos países desenvolvidos (produtos industrializados) manteve seus preços estáveis. Assim, esse processo representou prejuízo aos produtos primários. Nesse sentido, os países subdesenvolvidos, para manterem a taxa de acumulação em padrões elevados, exerceram uma super exploração da mão-de-obra. Os dois autores chegam às mesmas conclusões.

Não se pode deixar de salientar que ambas as teses possuem a mesma matriz teórica. Ambos são influenciados pela visão cepalina desenvolvida por Raul Prebish, em fins da década de quarenta. Trata-se da "deterioração dos termos de intercâmbio" para as mercadorias dos países subdesenvolvidos que resultavam nas leis do intercâmbio desigual.

Podemos dizer que a partir da escola cepalina e do desenvolvimento da tese da teoria da dependência, a concepção do modernismo ganha um novo impulso de interpretação. Toda discussão de modernização avançou muito após a teoria da dependência. Inclusive sua refutação gerou vários trabalhos que reorientaram a abordagem da teoria do desenvolvimento.

O trabalho realizado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", publicado na década de 70, representou uma nova perspectiva para a análise da dinâmica do desenvolvimento, pois procurou realizar uma crítica à explicação do subdesenvolvimento somente a partir dos fatores externos. Assim, ao invés de meros apêndices do imperialismo, esses países devem ser compreendidos principalmente através de sua dinâmica interna de acumulação de capital, que se refere a especificidade da luta de classes dentro do espaço nacional.

Francisco de Oliveira faz o seguinte comentário sobre essa visão:

"Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto elaboram uma teoria da dependência cuja postulação essencial reside no reconhecimento de que a própria ambigüidade confere especificidade ao subdesenvolvimento, sendo a dependência a forma em que os interesses internos se articulam com o resto do sistema capitalista. Afastaram-se assim do esquema cepalino, que vê nas relações externas apenas oposição a supostos interesses nacionais globais, para reconhecerem que, antes de uma oposição global, a dependência articula os interesses de determinadas classes e grupos sociais da América Latina com interesses de determinadas classes fora da América Latina. A hegemonia aparece como o resultado da linha comum de interesses determinada pela divisão internacional do trabalho, na escala do mundo capitalista. Essa formulação é, ao meu ver, muito mais correta que a tradição cepalina, embora ainda não dê o devido peso à possibilidade teórica e empírica de que se expanda

o capitalismo em países como o Brasil ainda quando seja favorável a divisão internacional do trabalho do sistema capitalista como um todo." (9)

1.3. A Crítica à Dependência

Francisco de Oliveira em sua obra "Economia Brasileira: crítica à razão dualista", formulada nos primórdios da década de 70, refuta a concepção cepalina, e proporciona uma reinterpretação para o modelo econômico brasileiro. Para esse autor:

"No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como formação histórico-econômica, singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor 'atrasado' e um setor 'moderno', não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado', se se quer manter a terminologia" (10)

Quando Francisco de Oliveira afirma que o "subdesenvolvimento" é precisamente uma "produção da expansão do capitalismo", esse autor está concordando, de certa forma, com a tese cepalina. A diferença se encontra na incorporação da luta de classes como fator determinante, e, ao aceitar esse parâmetro para análise, ela refuta a tese "ortodoxa" que privilegia a contradição entre as nações (como vimos anteriormente).

⁽⁹⁾ OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. 4ª ed. Rio de Janeiro / Petrópolis, CEBRAP/Vozes, 1981. pp. 13/14.

⁽¹⁰⁾ Idem. p. 17

A segunda questão importante é como Francisco de Oliveira acerta as contas com a tese da dependência. Ele tem como ponto essencial de sua análise a concepção de que tomando como um dado a inserção e a filiação da economia brasileira ao sistema capitalista e sua transformação estrutural, nos moldes do processos pós-anos 30, passa a ser predominante a possibilidade definida dentro dela mesma, mesmo quando a conjuntura externa do mercado é desfavorável. Nisso reside uma diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê a possibilidade quando há sincronia entre os movimentos internos e externos.

Assim formulada, a teoria de Francisco de Oliveira traz à baila a importância do processo interno de acumulação do capital que não pode ser compreendida como um reflexo de fatores endógenos. Neste sentido, podemos perceber que o autor não analisa devidamente as relações exógenas, na qual configura a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, privilegiando em sua análise o eixo interno de acumulação.

Alguns autores, como Ana Lúcia Silva (A Revolução de 30), Paulo Bertran (Formação Econômica de Goiás) e Francisco Itami Campos (Coronelismo em Goiás), foram adeptos da visão da dicotomia "centro" e "periferia", ou "atrasado", para analisar a economia de Goiás no início do século. A opção pela visão dualista foi utilizada para compreender os chamados desequilíbrios regionais.

A partir do trabalho de Barsanufo Gomides Borges, esses autores passaram a ser criticados, pela opção metodológica do desenvolvimento desigual da economia nacional, baseado na tese do dualismo econômico.

"A natureza do modo de produção de mercadoria implantado no país, no qual o estado de Goiás se inseria de forma efetiva, resultou no desenvolvimento desigual da economia nacional. Porém, não no desenvolvimento desigual das análises produzidas na perspectiva das teorias dualistas e sim no desenvolvimento desigual e combinado produzido pelas relações contraditórias presentes nos espaços econômicos e entre estes espaços que comportavam formas diferenciadas de domínio do capital e de relações de produção." (11)

Barsanufo, baseado na concepção defendida por Francisco de Oliveira, na qual as diferenças de divisão de trabalhos regionais permite a compreensão das diferenças inter-regionais, enfoca o processo de modernização ocorrido em Goiás de 1920 a 1960, utilizando-se desses parâmetros metodológicos. A meu ver, esses parâmetros nos permite ter uma compreensão das relações de produção desenvolvidas em Goiás, e permite ampliar essa análise para compreendermos o momento mais recente da história de Goiás.

"A partir desta concepção teórica, o Estado de Goiás, com uma economia inserida à divisão inter-regional do trabalho como produtora e exportadora de bens primários, deve ser visto historicamente não como região "atrasada" ou "periférica" dentro da economia nacional, mas como espaço econômico integrado ao processo que comportava distintas formas de reprodução do capital e de relações de produção". (12)

A modernização que vem ocorrendo em Goiás nas últimas décadas, principalmente a partir de 1930 com a ascensão de Pedro Ludovico, não significa um resultado somente do esforço da elite para as transformações sofridas em

⁽¹¹⁾ BORGES, Barsanufo Gomides. *Goiás "Modernização e Crise" 1920-1960*. São Paulo, 1994, FFLCH/USP, p. 21. (Tese de Doutorado, mimeografada)

⁽¹²⁾ Idem, p. 21.

Goiás, mas principalmente em relação ao modernismo que ela sofreu com a construção de Goiânia.

O processo de modernização não pode ser confundido com o modernismo, pois, ele é resultado da ação do Estado, principalmente do Estado Novo, quando é realizada a política da "Marcha para Oeste", onde se intensificava a integração da produção de Goiás com a região do Centro-Sul.

A modernização analisada em meu trabalho aborda um período onde se ampliará a inserção de Goiás no processo de produção da economia brasileira, tendo como agente direto o Estado brasileiro. É marcado pela inserção de Goiás como produtor de grãos, visando o abastecimento do mercado externo. A política de incentivo à produção para exportação é resultado da crise abatida sobre o modelo desenvolvimentista ocorrido na década de 70. Essa mudança na visão do desenvolvimento foi conseqüência da crise do petróleo a nível mundial, da queda da produção industrial interna e da falência da política do milagre econômico. Estes fatos fizeram com que o Estado optasse pela agricultura de exportação como forma de obter saldo na balança de pagamento, tornando a agricultura o novo objeto de atenção.

2. Processo de Mecanização do Campo Brasileiro

O processo de mecanização do campo brasileiro é reflexo do desenvolvimento do nosso parque industrial, iniciado a partir da década de 30. Porém, só foi consolidado a partir de 50, quando se instalaram as primeiras indústrias de máquinas no Brasil, resultado da transferência das firmas internacionais para as regiões propícia para a expansão e reprodução do capitalismo.

A política de internacionalização de nossa economia foi definitivamente implantada a partir do governo de Juscelino Kubitschek, quando da implantação do Programa de Metas (1956-1960), apoiada na política desenvolvimentista e no Estado Populista. Essa política é percebida claramente no discurso do próprio Juscelino, presente na mensagem ao Congresso Nacional em 1957:

"Ainda no que toca à política geral, outra medida a que o Governo atribuiu grande importância refere-se à atração dos empresários estrangeiros que, com sua técnica e o seu capital, poderão prestar valiosa ajuda na construção do nosso parque industrial. São condições essenciais de uma política de estímulo ao capital estrangeiro a estabilidade política, cambial e monetária (...)

Fato de grande importância ocorrido em 1956 foi o renascimento do interesse dos capitais estrangeiros pelo desenvolvimento industrial do País. Esse renascimento deve-se principalmente ao clima de confiança que o novo governo conseguiu estabelecer no Exterior. A verdade é que se transformou inteiramente o conceito em relação ao Brasil, e o nosso País está ocupando o primeiro lugar como mercado para capitais estrangeiro." (13)

⁽¹³⁾ OLIVEIRA, Juscelino Kubistscheck. *Mensagem ao Congresso*. Câmara Federal, 1957, Rio de Janeiro. pp. 246-247.

Assim, o modelo de desenvolvimento se realiza completamente dependente do capital externo. Isso não significa uma contradição ao processo de modernização do país. Muito ao contrário, é um processo onde as contradições entre os setores urbano e rural, serão repensadas, se interagindo ao longo do desenvolvimento como elementos contraditórios e necessários para a acumulação capitalista no espaço interno.

A transferência da prioridade do Estado brasileiro, do modelo agroexportador para o setor industrial, não significa, na prática, o abandono do primeiro setor, ao contrário do que muitos podem despercebidamente achar. O setor agrícola nacional passa a cumprir um papel histórico fundamental, viabilizando o desenvolvimento do setor urbano-industrial.

A agricultura, dentro desse contexto, foi uma importante fornecedora de mão-de-obra para o setor urbano-industrial. Esse movimento pode ser notado pelo início da superação, a partir da década de 50, da população urbana sobre a rural. Depois de um longo período da história, a população urbana cresce e passa a ser mais importante do que a população rural.

Essas transformações do setor agrícola não significam, de forma nenhuma, uma mudança na estrutura agrária brasileira, pois, continua predominando a propriedade latifundiária. Por outro lado, como explicar esse movimento de perda de mão-de-obra sem alteração na estrutura agrária? Sem dúvida, a interferência do Estado em todo esse processo é fundamental. Através de uma ação conservadora o Estado reorganiza a produção interna através da divisão social do trabalho na agricultura, a nível nacional. Não se pode esquecer que de 1952 até 1960 ocorre a expansão da rede rodoviária interna (de 12.000)

km aumenta para 32.400 km), possibilitando a integração de novas regiões na nova divisão do trabalho regional. A expansão dessa rede garante a ligação de locais antes distantes com os centros consumidores do Centro-Sul.

Segundo Bernardo Sorj, a expansão da agricultura brasileira no período de 1930 a 1960 poderia ser caracterizada como um "expansão horizontal", uma vez que os aumentos de produtividade se referem fundamentalmente a certos produtos dentro de certas regiões, principalmente no estado de São Paulo.

"A expansão horizontal se deu simultaneamente através de um processo de expansão da fronteira interna, de redivisão de pequenas propriedades e intensificação da produção nos grandes latifindios. A expansão da fronteira foi possibilitada inicialmente pela criação da infraestrutura de transportes (...), que permitiu uma penetração crescente do capital comercial e a canalização dos excedentes agrícolas para os centros urbanos." (14)

Entretanto, defendo que não ocorre desenvolvimento do setor urbano dissociado do setor rural. Esses setores possuem uma interdependência, ou seja, o desenvolvimento do setor industrial está diretamente ligado à produção do setor rural, pois, além do fornecimento de mão-de-obra, ele também garante preços na produção, possibilitando aos trabalhadores urbanos um padrão de salários baixos, ampliando a acumulação do capital industrial que paga baixos salários a esses trabalhadores. Por outro lado, o setor rural acaba se tornando consumidor dos produtos industrializados.

A agricultura, a partir de 50, recebe um novo impulso com a criação de Brasília. Nesse momento ocorre também a expansão de novas fronteiras

⁽¹⁴⁾ SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. pp. 18-19.

agrícolas na região do Paraná. Essa região possui um índice interessante em relação a absorção de 23% da população rural. Além disso, há uma migração da população para Goiás e Mato Grosso.

A expansão da fronteira passa a ser um dos fatores centrais na realocação da população, tendo o Paraná, na década de 1950, recebido 1.350 mil imigrantes, Goiás 542 mil e Mato Grosso 257 mil ⁽¹⁵⁾.

Com essa expansão, dentro da divisão regional do trabalho, as novas fronteiras irão gerar produtos básicos para o mercado interno, enquanto a região do Centro-Sul, terá sua produção voltada para o abastecimento do mercado externo.

O processo de mecanização, durante os anos de 1950 até 1960, não ocorreu em todas regiões do Brasil. Ele se concentrou na região do Centro Sul, que estava voltada à produção agroexportadora. Somente em 1959, foi instalada a Ford, primeira multinacional a iniciar sua produção no Brasil. Até essa época, os tratores utilizados na agricultura eram importados, o que dificultava o acesso a esse meio de produção para a maioria dos produtores rurais. A mecanização da agricultura teria sua expansão nos anos subseqüentes, e outras áreas tiveram acesso ao uso da mecanização. (ver tabela n.º 2).

⁽¹⁵⁾ Idem. p. 17

TABELA N.º 2 Números de Tratores no Campo - 1950/1980

Brasil e regiões	NÚMEROS DE TRATORES				
	1950	1960	1970	1980	
Norte	61	430	1.127	6.295	
Nordeste	451	3.130	7.280	38.045	
Sudeste	5.155	34.135	82.517	38.045	
Sul	2.556	21.456	64.605	20.2571	
Centro-Oeste	139	2.194	10.250	63.391	
BRASIL	8.372	61.345	165.779	545.204	

Fonte dos dados a brutos: Censo Agropecuário, IBGE. Evolução da Estrutura Agrária do Brasil- INCRA- 1987

A mecanização da agricultura brasileira se realiza principalmente a partir da década de 60, sendo mais presente a partir da de 70, quando aumenta substancialmente sua utilização, chegando à média de 10 tratores por estabelecimento em 1980.

O avanço da mecanização da agricultura é acompanhado de um forte uso de fertilizantes químicos. O aumento do uso de fertilizante é resultado da presença da indústria química internacional em nosso país. Além disso, há outros elementos de tecnologia (inseticidas, herbicidas...), demonstrando que cada vez mais a agricultura brasileira incorpora novas formas de tecnologia, abandonando os moldes antigos de produção, e substituindo-os por novas técnicas.

A utilização dessas técnicas modernas são frutos da industrialização, voltada cada vez mais para o mercado agrícola em desenvolvimento e/ou expansão. Esse novo mercado aberto pela transformação da agricultura brasileira, cada dia mais está ligado ao lançamento de novos produtos pelas empresas especializadas no ramo.

Neste momento, podemos perceber a utilização do processo científico e racional, nos moldes de se pensar o desenvolvimento da agricultura, empregando uma racionalidade na produção, onde, em última instância, o objetivo é a lucratividade. A velha fazenda se transforma em "empresas a céu aberto".

A introdução de tecnologia na agricultura, sem dúvida, ocasiona o aumento da produtividade e nos últimos anos a agricultura brasileira aumentou sua produção. Não foi mera coincidência que presenciamos a expansão da idéia de ser o Brasil o "Celeiro do Mundo". O próprio governo veiculou esse "slogan" na mídia e hoje sabemos que isso não é verdade.

O desenvolvimento e modernização da agricultura brasileira, são processos marcados de avanço e recuo. Esse quadro é reflexo de uma economia dependente do investimento e/ou de estímulo externo.

Assim, o desenvolvimento dos anos 50 até 60, fora estimulado pela entrada de capitais estrangeiros de investimento, quando atingiu nos anos de 1956-1961 a soma de 112 milhões de dólares. Este índice caiu para a média de 58 milhões de dólares, na década seguinte. O modelo desenvolvimentista estava em queda no início dos anos 60 e essa perda de investimento estrangeiro acabou refletindo no conjunto da sociedade.

Apesar de os analistas políticos de esquerda e direita, preverem o fim do modelo populista de desenvolvimento, eles não contavam com a recuperação do desenvolvimentismo. Assim, nos anos 70, o modelo desenvolvimentista, retomado pela ditadura militar, surpreendeu a todos. Foi o momento do "Milagre Econômico".

"Os sintomas se acumularam progressivamente: queda da receita da União, redução dos investimentos públicos, emissões, aceleração da inflação, dificuldades para obtenção de financiamentos externos para disfarçar a crise (remédio usado rotineiramente). A produção industrial declina acentuadamente, de 11% no período de 1956-1961 a zero, no periodo de 1962-1965. A crise política de 1961 traduz o agravamento da crise do sistema e radicaliza o processo. A terapêutica aplicada, a partir da posse do presidente Goulart, refletia o impasse, seja nas medias tópicas, seja no planejamento. A economia nos subsídios à importação do trigo e na elevação dos preços dos derivados de petróleo importava em elevação do custo de vida, com prejuízo do povo. O Plano Trienal, do governo Goulart, procurava acomodar as contradições. Colocava-se na linha daquilo que foi batizado como "política de conciliação", pois atendia ora pressões populares e nacionais, ora às pressões externas, fugindo à opção. A inflação se acelerava e o custo de vida aumentava violentamente. Considerando o ano de 1958 como de índice 100, já em 1961 esse indice ascendia para 271; em 1962, para 436; em 1963, para 790; em 1964, para 1.460. A taxa de inflação, que já excedera a taxa de juros, e em muito, excedia, agora, a taxa de lucro e tornava-se, de arma rotineira para uso dos possuidores, e particularmente dos interesses externos, em grave ameaça aos mesmos." (16)

O momento político da década de 60, demonstrou um esgotamento do modelo do populismo, onde os esquemas de legitimação do governo impediam que o Estado conseguisse efetivar suas funções de apoio à acumulação, bloqueando o exercício de suas funções repressivas e coercitivas.

Na verdade, a luta de classes estava cada vez menos mascarada e o aumento de preços, como forma de elevar a taxa de exploração, tinha atingido seus limites. No marco da crise dos anos 60, o Estado Populista já não podia se legitimar. Foi o fim de um longo período de uma prática política.

A proposta das reformas de base, especialmente de reforma agrária, colocava em cheque as alianças políticas tradicionais e, como a própria história

⁽¹⁶⁾ SODRÉ, Nelson Werneck. "Brasil, Radiografia de um Modelo". 4º Edição, Rio de Janeiro/Petrópolis, Editora Vozes, 1980. pp. 92-93

mostrou, não contava com apoio definitivo da burguesia industrial.

Estava claro, para as frações emergentes e mais significativas da burguesia, que o desenvolvimento independia de reformas na estrutura fundiária. Muito pelo contrário, lhes interessaria o campo como possível mercado consumidor. Nessa medida, tratava-se de transformá-lo de forma a torná-lo mercado para os insumos modernos: inseticidas, máquinas, adubos... Isso não pressupõe uma reformulação na estrutura fundiária.

O impasse colocado naquele momento é que uma parcela significativa de trabalhadores rurais emergia na cena política de forma independente dos partidos políticos tradicionais e do sindicalismo pelego.

Paralelamente à proposta conservadora de reforma agrária, estende-se a legislação trabalhista ao campo, num esforço de enquadrar os trabalhadores rurais nas mesmas normas rígidas de mobilização a que estavam sujeitos os trabalhadores urbanos.

Ao mesmo tempo, a mobilização camponesa se chocava com os interesses fundamentais do poder local e das formas tradicionais de dominação. Encontramos um novo quadro político, não significando novas estruturas.

Outro aspecto interessante a ser ressaltado é que, no debate que se trava no seio da sociedade, sobre a reforma agrária, as classes dominantes no campo apresentavam como alternativa a modernização da agricultura. Essa modernização seria realizada através da mecanização rural, facilidades de crédito, seguro agrícola e preços mínimos, aliados a um programa de educação rural

como condição para a elevação das condições de vida das populações rurais.

A partir de 1964, o quadro é totalmente modificado, pois com o "golpe", realizado pelas forças conservadoras, se rearticula o bloco de poder, vinculado aos interesses do capital externo, desferindo a repressão ao movimento operário urbano e rural.

A ação de um Estado conservador mais uma vez reorienta o desenvolvimento, recolocando a acumulação do capital em novos patamares. As medidas tomadas pelo Estado são as seguintes: o intervencionismo nos sindicatos mais combativos, o fim da estabilidade de emprego, substituída pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além das medidas de contenção salarial.

Por outro lado, podemos perceber uma centralização de poder no Executivo⁽¹⁷⁾ e a ruptura da estrutura partidária, com o consequente enfraquecimento do poder Legislativo enquanto instância decisória.

⁽¹⁷⁾ Os Atos Institucionais cumpriam um importante papel no processo de institucionalização do regime militar. Os principais Atos Institucionais, que permitiram a legitimação dos militares no poder e a centralização política no Executivo são as cinco primeiras:

Al-I- estabeleceu a eleição de um novo presidente da república, por votação indireta do Congresso Nacional. A 15 de abril de 1964, o general Humberto Castelo Branco foi eleito presidente, com o mandato até 31 de janeiro de 1966.

Al-2- decretado em 17 de outubro de 1965, apenas 24 dias após a eleições estaduais. O Al-2 estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela minoria absoluta do Congresso Nacional, em sessão publica e nominal.

Al-3- estendia a eleição indireta dos governadores dos Estados através das respectivas Assembléias estaduais.

Al-4- convoca extraordinariamente o Congresso Nacional com o objetivo de outorgar a Constituição, em substituição à Constituição de 1945.

Al-5- previu ao poder Executivo definir o recesso do Congresso Nacional, cassar mandatos eleitorais, suspender direitos políticos por dez anos, decretar Estado de Sítio, suspender a garantia de habeascorpus, aos acusados de crimes e de infrações contra a ordem econômica e Social e a economia popular...

Em relação à tensão que se desenvolvia no campo brasileiro, o "novo" Estado instalado em 1964, imediatamente respondeu a esse problema com dois documentos importantes: o Programa de Ação Econômico do Governo (PAEG) e o Estatuto da Terra.

O PAEG (1964-66) do governo Castelo Branco, orientava-se no sentido de alcançar a estabilização, o desenvolvimento e a reforma democrática. Esse Programa de Ação Econômica buscava a ampliação do apoio social à administração castelista e propunha um diálogo com todas as camadas populares. Dentro desse processo apontava-se para uma reforma agrária "conservadora", configurada posteriormente na produção do Estatuto da Terra, uma das legislações consideradas "avançadas" dentro de seus limites históricos.

O objetivo do Estatuto era eliminar as tensões sociais existentes no meio rural, através do desenvolvimento de emprego. No entanto, o que vamos perceber, na prática, é a preocupação desse Estatuto na manutenção da estrutura fundiária do campo, onde se protege a propriedade latifundiária. Por outro lado, a derrota do movimento camponês significou o fortalecimento das empresas agrícolas de caráter capitalista, que se desenvolveram ao longo do processo.

O PAEG destinou-se, em última instância, a promover uma estabilização financeira e criar outras condições econômicas propícias ao desenvolvimento das "forças de mercado" e à predominância da "livre empresa no setor econômico". Na verdade, o objetivo desse plano era o de retomada do ritmo de crescimento interrompido no biênio de 1962-63. Para tal fim, era necessário conter o processo inflacionário que vinha se desenvolvendo.

A política salarial foi um dos mecanismos utilizados pelo governo militar. O controle salarial, tanto privado como público, foi arma fundamental para a contenção da inflação (?). Essa política salarial instalada no governo militar, a partir de 64, foi precedida de uma forte intervenção no movimento operariado e camponês, impedindo qualquer tipo de reivindicação.

A adoção do Estatuto da Terra, baixado pela Lei 4.504 de 30/11/1964, foi outro mecanismo utilizado pela ditadura para amenizar o conflito no meio rural. Esse Estatuto, considerado progressista, na verdade acabou se esvaziando ao longo do processo. No primeiro momento, o seu conteúdo dava mais ênfase à reforma agrária do que à política agrícola propriamente dita; posteriormente, esse Estatuto acabou servindo de amparo ao setor agrícola ligado ao grande capital, apoiado em uma política de crédito viciosa e viciada, onde os "apadrinhados" levaram vantagens.

O Estatuto da Terra considerou como reforma agrária o conjunto de medidas capazes de promover distribuição da terra, "mediante modificações no regime de sua posse e uso", a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. Esse mesmo Estatuto entendeu por política agrícola, o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, destinadas a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias do país, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização nacional.

Podemos perceber que, pelo menos no discurso, o Estatuto da Terra é bem interessante. Porém o próprio poder Executivo, aos poucos, foi modificando-o, quando a política de reforma agrária passou a ser um processo de colonização dirigida.

Através do Decreto do poder Executivo, nº55.891, de 31/03/65, a reforma agrária foi definida de modo diverso da definição imposta pelo Decreto anterior. Retirou-se do texto de sua definição a expressão "mediante modificações no regime de sua posse e uso", conscientes os autores de que essa alteração era o fim de uma possível reformulação da nossa estrutura agrária, sendo somente possível assentamento de novos agricultores sem terras em áreas selecionadas.

Outro fator importante, para a incrementação do setor agrícola a nível do Estado, foi a política na órbita mercantil e financeira, particularmente do crédito agrícola, investindo no custeio e comercialização, fornecendo bases financeiras indispensáveis à transformação da base técnica.

O farto crédito subsidiado concedido a um estrato relativamente pequeno dos produtores rurais, foi viabilizado pela reforma financeira e fiscal de 1966. Esta política contou com a interferência do poder político locais. Essa prática política do favorecimento é bem comum em nossa cultura política.

"No ano de 1965 o governo federal criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que se constituiu numa revolução total do sistema de crédito agrícola no país: permitiu que toda rede bancária dele viesse a participar; proporcionou condições para ampliar o suprimento de recursos creditícios para o setor agrícola; e modificou as condições dos empréstimos oferecidos e as garantias exigidas dos agricultores além de permitir ao governo federal exercer um controle mais efetivo sobre o encaminhamento dos recursos creditícios para as atividades e regiões de maior necessidade e de acordo com os planos oficiais estabelecidos.

A importância do novo sistema de crédito e os beneficios que ele trouxe à agricultura do país merecem uma descrição mais pormenorizada de sua característica e seu funcionamento.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) compõe-se do Banco Central (com função fiscalizadora sobre o Sistema) e dos Bancos do Brasil, da Amazônia, do Nordeste e Nacional de Crédito Cooperativo; e como órgãos a ele vinculados, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os bancos oficiais dos Estados, as caixas econômicas, os bancos privados e as cooperativas de créditos rurais. (18)

Segundo Octávio Ianni, o desenvolvimento ocorrido no Brasil após 64, através da adoção do modelo de desenvolvimento de "economia aberta", permitiu cada vez mais o desenvolvimento de economia primária exportadora constituída, segundo ele, histórica e estruturalmente com a formação social brasileira. É verdade que o País passou a exportar cada vez mais produtos industriais de base não-agrícola. Inclusive, ocorreu a diversificação da estrutura industrial, com influência na pauta das exportações. Nem por isso, no entanto, a economia brasileira deixou de ser uma economia primária exportadora. A ressalva que cabe aqui é que essa economia primária exportadora está articulada com um setor industrial instalado no país.

Durante o governo de Juscelino, as diretrizes da efetiva implantação da indústria partiram do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), criado por um decreto de Juscelino. O GEIA propôs que se incentivasse a produção de automóvel e caminhões, com capitais privados, especialmente estrangeiro. Estes foram atraídos ao Brasil pela Instrução 113 e outras, e graças também às potencialidades do mercado brasileiro. As grandes empresas multinacionais, como a Willys Oveland, a Ford, a Voslkswagen e a General Motors, passaram a investir no país. Essa instalação do setor industrial permitiu a concentração de um grande contigente de operário na região do ABC paulista.

O campo incrementou sua produção devido à expansão do mercado

⁽¹⁸⁾ PAIVA, Ruy Miller, SCHATAN, Salomão e FREITAS, Claus F. French. Setor Agricola do Brasil. Secretaria da Agricultura. São Paulo, 1973, p. 125. (Texto mimeografado)

interno. Ao mesmo tempo, o campo foi se tornando um mercado cada vez mais significativo para o escoamento de uma parte da produção da indústria. Esse processo — que já se achava em curso há décadas — ganhou novo impulso durante os anos do Governo Kubitschek. Mas, desde 1964 adquiriu ainda maior intensidade essa subordinação da agricultura à indústria.

O processo de modernização e industrialização ocorrido na agricultura é realizado através da interferência do Estado na economia. É um processo de modelo conservador e de concentração de riqueza numa parcela pequena da população nacional. Além de transferir o grosso da acumulação para os grandes centros capitalistas.

O setor agrícola, nesse momento, responde bem aos interesses monopolista do capital, pois, a partir de então, irá acelerar a crescente maquinação e quimificação do processo produtivo (ver tabela n.º 3).

TABELA N.º 3 Índice Simples da Utilização de Insumos Básicos pela Agricultura: 1967-75 (Base: 1966 = 100)

Ano	Tratores (n.o)	Fertilizantes (tp)	Defensivos (tp)
1967	110	159	126
1968	121	214	178
1969	132	225	201
1970	146	356	195
1971	158	415	217
1972	181	622	314
1973	211	598	417
1974	246	704	500
1975	287	648	374

Fonte: Mesquita, Alguns Indicadores sobre a Evolução da Economia Global e do setor Agricola do Brasil, Brasilia, Suplan/ MA. In Octavio Iani, Ditadura e Agricultura, p.53. No final de 1967, já está definido o modelo econômico que norteará o desenvolvimento do país, onde a burguesia nacional e industrial aliou-se ao Estado. Ambos os setores se aliaram ao capital monopolista internacional, consolidando a internacionalização de nossa economia.

A modernização tecnológica foi mais sentida durante o período de 1968 até 1979 (ver tabela N.º 3). Durante essa fase ocorreu um uso maior de tratores, bem como de fertilizantes. A década de 70, podemos concluir, foi bastante satisfatória para o setor industrial, bem como foi o momento de desenvolvimento dos complexos agro-industriais. Essa relação entre os setores produtivos é que demonstra a interdependência, e, porque não dizer, a subordinação do setor agrícola ao setor industrial urbano.

A nível interno, a burguesia industrial se alia aos setores progressistas da agricultura, visando o desenvolvimento da empresa agrícola e a não realização da reforma agrária. Neste sentido, o avanço tecnológico do setor agrícola é reflexo direto do incentivo do Estado, através de uma política de crédito e do desenvolvimento da indústria de máquinas e de produtos químicos, visando o abastecimento dos setores modernistas da agricultura. Essas novas opções tecnológicas estão ligadas ao aumento direto da produtividade e da lucratividade da produção agrícola.

Essa é a visão de modernização que confunde-se com utilização de novas técnicas e maquinaria no setor produtivo. Isso, não pode ser visto como modernização e sim como uma política direcionada aos interesses de grupos sociais historicamente dominantes.

No período que se inicia em 1968, e vai até 1979, a modernização tecnológica da agricultura atinge o seu apogeu (como mostra a Tabela N.º 3). A década de 70, resultou na concentração e centralização do capital, nos polos dos complexos agro-industriais.

O ciclo de expansão de 1967-73, pode ser dividido em duas etapas. A primeira, que engloba os anos compreendidos entre 1967 e 1970, e a segunda, que vai de 1970 a 1973.

A primeira etapa corresponde ao período de recuperação da economia brasileira e a segunda, ao chamado período do "milagre econômico", onde se dá a expansão da nossa economia.

As medidas conservadoras tomadas pelo Estado brasileiro, desde 64, surtem efeitos em 1967. A intervenção do Estado no processo econômico, os investimentos públicos e a política de crédito, favoreciam a recuperação do desenvolvimento dos setores industriais, como a indústria de transformação e o setor de construção. O intervencionismo estatal na economia e a presença do capital monopolista são os ingredientes principais para a recuperação do crescimento econômico neste momento.

Essès fatores estimulam o consumo interno, possibilitando o consumo de bens duráveis. Isso, sem dúvida, reflete no desenvolvimento da economia como um todo.

Analisando a tabela abaixo podemos concluir que a indústria de transformação, que crescera 6,8% no período 1965-67, alcançaria 12,6% entre

1967-70, tendo havido razoável crescimento no setor de bens duráveis, principalmente nos ramos de materiais elétrico e de transporte.

TABELA N.º 4
Crescimento da Indústria de Transformação (1965-77)Brasil

	1965-67	1967-70	1971-73	1974-77
Indústria	%	%	%	%
a)Bens de Consumo	4,8	11,6	12,3	4,5
Duráveis	13,4	21,9	25,5	5,5
Transporte	13,1	23,9	24,5	-1,0
Elétricos	13,9	17,4	28,0	16,0
Não-duráveis	3,6	9,7	9,1	4,2
b) Bens de produção	4,5	13,7	15,7	8,6
Capital	4,5	13,7	22,5	8,4
Intermediários	1 0,8	13,7	13,2	8,7
c) Total	6,8	12,6	14,0	6,6

Fonte: INPES. TAVARES, M.C. & BELLUZO, L. G. Sobre o processo de industrialização recente no Brasil. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, FGV, jan/mar. 1979. p.10.

Para a manutenção desse nível de crescimento, o Estado sacrificou a área social, gerando cada vez mais a desigualdade social. Isso só foi possível devido à estrutura autoritária do Estado, que agia sem nenhum respeito aos direitos individuais e coletivos da sociedade.

O investimento realizado pelo Estado, em relação à política de desenvolvimento do país, concentrou-se no "desenvolvimento a qualquer custo". Essa herança do sacrificio do social para o desenvolvimento econômico, foi

incorporada pelos governos posteriores.

O crescimento econômico é inegavelmente "bem-sucedido" na década de 70. Neste momento, começa a se esgotar a capacidade ociosa herdada pela indústria nos anos de recessão. É um período de recuperação. Dessa forma, a economia alcançava o auge, acusando taxas de crescimento de 14%. Particularmente a indústria de bens de capital tem um crescimento significativo, pois saltaria de 13,7% entre 1967-70 para 22,5% entre 1971-73.

A expansão da demanda, derivada do crescimento do setor de bens de consumo, promoveria também o crescimento da importação de equipamentos. Isso ocorre no sentido da complementação da oferta interna, uma vez que os ramos produtores de meios de produção não haviam concluído, ainda, sua internacionalização. Além disso, sua capacidade produtiva instalada se tornara inferior à sua demanda.

"Também contribuem de forma para a modernização e expansão de algumas indústrias de bens de consumo não-duráveis (sobretudo a têxtil, editorial e gráfica e químico-farmacêutico), bem como a aceleração da taxa de acumulação de capital dos setores de equipamentos pesados, liderados pelas grandes empresas internacionais. A estrutura e dinâmica dos principais mercados industriais e a realimentação derivada da concorrência intercapitalista leva alguns setores industrias a expandirem sua capacidade à frente do próprio ritmo de expansão da demanda, na ânsia de garantir para as empresas líderes fatias do mercado em rápida ampliação". (19)

⁽¹⁹⁾ TAVARES, Maria da Conceição; BELUZO, L. G. Sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, FGV, Jan./Mar, 1979. p. 10.

TABELA N.º 5 Crescimento do Produto Real no Brasil (1965-1979)

Especificação	1965/70	1970/75	1975/79	1965/79
Produto real	7,7	10,8	6,5	8,5
Agricultura	0,4	6,1	3,8	3,4
Indústria	9,7	11,9	7,4	9,8
Comércio	8,7	10,8	6,1	8,7
Transporte e Comunicação	9,1	12,1	7,1	9,6

FONTE: Conjuntura Econômica. Rio de Janerio, FGV, fev. 1980.

A agricultura permanece sempre abaixo dos demais setores implantados, basicamente em áreas urbanas (indústria e comércio), demonstrando que apesar de incentivada ela ainda está relegada a segundo plano na política de desenvolvimento econômico por parte do Estado.

Nos anos de 1972 a 1974, no auge do milagre econômico, o governo militar desenvolveu o *I Plano Nacional de Desenvolvimento*, onde adotou uma concepção mais complexa sobre o desenvolvimento. Esse plano baseou-se na estabilidade econômica, na segurança nacional, interna e externa.

Segundo o pensamento do Estado, o país caminhava rumo ao primeiro mundo. Éramos a 8ª economia do globo.

A expansão realizada no momento anterior começa a demonstrar os

primeiros sinais de crise: crescimento da dívida externa e da dívida pública do governo; agravamento de natureza social, refletidos na queda dos salários reais e na elevação do grau de concentração de renda nacional.

Além dos problemas internos ainda se refletiram os da crise externa, como a do petróleo importado, justamente no momento em que a indústria começava novamente a se afastar de sua demanda afetiva. A tendência foi novamente de crise no modelo de desenvolvimento.

Justamente nesse momento, o governo elege a agricultura como o viés principal de desenvolvimento, procurando, através da exportação de grãos, possibilitar um equilíbrio na balança de pagamento, agora afetada pela crise energética mundial.

A política de modernização da agricultura, então elaborada, procura atingir alguns produtos de aceitação no mercado externo. Essa política seletiva, atinge alguns produtos, como: café, cana-de-açúcar, soja e pecuária de corte. Todavia, essa política foi discriminatória. Foi direcionada para algumas regiões e para algumas categorias de produtores, tais como grandes proprietários. Essa política baseava-se na utilização de técnicas modernas pelos agricultores e na produção em larga escala.

Enfim, podemos afirmar que as atividades dos agricultores tenderam a se organizar em moldes capitalistas modernos. Isso ocasionou transformações nas bases familiares de produção, que passaram a se organizar em novos padrões técnicos de produção, agora subordinadas às agroindústrias.

1

Sob esse novo modelo de acumulação capitalista, a agricultura brasileira se desenvolveu voltada tanto para o mercado externo, quanto para a produção de matérias-primas para o setor industrial interno.

"Com as mudanças institucionais do período anterior e o privilegiamento da modernização da agricultura ao nível político, a produção de tratores deslancha em 1970 apresentando, em 1976, uma larga margem de capacidade ociosa. A expansão do consumo de fertilizantes se acelera a partir de 1967. As análises aplicadas à agricultura se concentram na região Sul. Em 1976, as culturas que mais consomem fertilizantes são a de soja, de trigo, de cana-de-açúcar e de café. Em 1976, em torno de 50 a 60% dos fertilizantes são utilizados nos estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás. Enquanto em 1969 a região Sudeste é a que utiliza a maior parcela do crédito agrícola, em 1976 é a região Sul. As culturas mais beneficiadas pela política de crédito são a soja, o trigo e a cana-de-açúcar, no período 1967-1975. Vários estudos mostram que o sistema de crédito rural privilegia os proprietários rurais e, dentre esses, os grandes proprietários. Em 1970, enquanto 81% do número de informantes utilizam 38,5% do total de crédito e tinham estabelecimentos menores de 100 ha, os estabelecimentos maiores que 100 ha, que correspondiam a apenas 18,5% do número de informantes, utilizam 61,4% do total de crédito. Houve um aumento relativo ao mimero de estabelecimentos menores de 10 ha que correspondiam à 34,4% do número total de estabelecimentos de 1950. a 44,8% em 1960 e a 51,2% em 1970. As análises (...), mostram ainda uma aceleração do processo de proletarização, e a emergência de uma pequena produção tecnificada que atua na órbita de valorização do capital industrial e financeiro e a ampliação dos posseiros e dos conflitos de posse da terra na região de fronteira agrícola". (20)

Até aqui, podemos extrair a conclusão de que o processo de modernização, realizado no seio da agricultura brasileira durante esse período.

⁽²⁰⁾ MOREIRA, José Roberto. CPDA, EIAP e IESAE. 1980. pp. 233/234. (Texto mimeografado)

pode ser denominado de processo de modernização conservadora, explicando o caráter excludente da participação da massa trabalhadora rural.

Neste sentido, no final dos anos 70, a questão da reforma agrária será novamente colocada na ordem do dia. Essa questão se arrastará até os dias atuais, sendo cada vez mais radicais os processos de reivindicação dos trabalhadores sem terras. Não é a toa que nas décadas subsequente teremos uma verdadeira "guerra" no campo brasileiro, com mortes em ambos os lados das classes.

TABELA N.º 6 Concentração da Renda no Brasil 1960-1976

	Participação na Renda Total (%)		
Participação de Rendimento	1960	1970	1976
50% mais pobres	17,4	14,9	13,5
40% seguintes	43,0	38,4	36,1
10% mais ricos	39,6	46,7	50,4
Total	100,0	100,0	100,0
1% mais ricos	11,9	14,7	17,4

1

Fonte: FIBGE. 1960-70 e 76.

3. Planejamento e Dominação: a Ação do Estado no Desenvolvimento Econômico

Após a instalação do governo militar em 1964, a tônica do planejamento foi muito forte. Montou-se uma tecnocracia burocrática no governo, com um pensamento de aperfeiçoar a "política do desenvolvimento", sem alterar a força do mercado nem a liberdade.

A ditadura militar, com essa política, consegue fortalecer a ação do poder Executivo e orientar e estimular a acumulação do capital. Para isso, o planejamento passa a ser crucial, possibilitando uma rearticulação para a expansão da acumulação capitalista.

Todo esse planejamento é acompanhado da interferência do Estado no processo social, baseada numa grande repressão aos movimentos de ordem política institucional ou social. Através dessa política intervencionista e repressiva, o Estado garante ao capital condições de recuperar a estabilidade perdida nos anos anteriores e realiza as condições para a sua ampliação no interior da sociedade.

O governo militar de 64, como vimos no item anterior, cria o Programa de Ação do Governo (1964-1966). O objetivo desse plano, era o de promover a estabilização financeira criando condições para a retomada do desenvolvimento. Para isso, leva em conta a "predominância da livre empresa no sistema econômico". Para alcançar esse objetivo foi necessário terminar com o processo inflacionário iniciado no biênio de 1962/1963.

O combate ao processo inflacionário nos anos de 1964/1965 (objetivando o equilíbrio dos preços a partir de 1966), a interferência na política salarial, a interferência nos acordos salariais privados e o reajustamento salariais dos servidores públicos, foram os caminhos encontrados.

A adoção dessa política foi possível devido à criação do Conselho Nacional de Política Salarial, onde os trabalhadores, parte interessada, foram alijados do processo de participação.

Após 1964, foram criadas as condições para a superação da tendência recessiva. Enfim, com uma política autoritária, o governo militar consegue apontar para uma possível superação da recessão presente nos anos anteriores e retomar o desenvolvimento, comprometido com os interesse do grande capital nacional e internacional.

O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967/1976) sem sombra de dúvida, é bem ilustrativo, pois, demonstra as intenções do governo militar de permanecer longo tempo com o controle do Estado, e, ao mesmo tempo, demonstra a amplitude do planejamento estatal.

"O objetivo central deste Plano é o de permitir estabelecer as principais diretrizes da política de desenvolvimento econômico do Governo Federal para o período 1967/1976. Essas diretrizes têm como elementos normativos: a) a programação da produção do consumo e dos investimentos da União, de suas Autarquias, Empresas e Sociedades de Economia Mista, com identificação das respectivas fontes de financiamento; b) a definição dos créditos de ação indireta do Governo Federal a ravés dos instrumentos institucionais de regulação econômica". (21)

⁽²¹⁾ IANNI, Octávio. Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica, Plano Decenal de Desenvolvimento e Social, tomo I, volume 1, "Estrutura Geral e Estratégia de Desenvolvimento", março de 1967. p.11.

O Plano Decenal, apesar das condições políticas que não permitiram sua execução, serve como um indicador dos interesses em jogo. Em seu bojo podemos perceber uma tendência ao incentivo à utilização de tecnologia e à comercialização. Podemos perceber essa relação observando o aumento de uso de insumos industriais na agricultura, principalmente a utilização de máquinas e fertilizantes (ver tabela N.º 3).

A forma desse incentivo é o atrelamento do crédito rural ao consumo dos produtos industrializados. Esse caráter vinculado do crédito aos interesses convergentes do setor produtivo de máquinas, equipamentos e dos grandes proprietários rurais, ficou consubstanciado no plano.

É a partir da década de 70 que percebemos os seguintes fatores: 1) inexistência de divergência entre os setores industrial e agrícola que, ao contrário, se complementam, mesmo que às vezes os setores lutem por objetivos diferentes; 2) o desenvolvimento do setor industrial está diretamente ligado ao processo de absorção de tecnologia e modernidade pelo setor agrícola, passando pelo uso de máquinas, insumos, fertilizantes etc...; 3) apesar da existência das contradições, entre o capital nacional e internacional, não são pontos de rupturas, pois ao contrário, eles se entrelaçam nas teias de interesses e na acumulação capitalista; 4) apesar da existência das contradições de classes no interior da sociedade, as reivindicações sociais estão abafadas pelo modelo autoritário de Estado que se instalou em nosso país em 1964; 5) a questão da terra é um tabu onde a sociedade não discute a concentração cada vez maior das propriedades.

No Plano de Metas e Bases para Ação do Governo (1970-1971), do governo do General Emílio Garrastazu Médice (1969/1974), como nos demais

Planos, tentou-se estabelecer o modelo de desenvolvimento econômico. O objetivo desse plano era de permitir uma expansão complementar da demanda da indústria e da agricultura.

A agricultura, nesse momento, é estimulada pela alta taxa de crescimento, principalmente na região Sul. A capitalização da agricultura é estimulada pelos seguintes fatores: o abatimento do Imposto de Renda para os investimentos realizados na agricultura; a eliminação do ICM incidente sobre os tratores, implementos agrícolas, fertilizantes e outros insumos de produção nacional destinado à agricultura; a criação do Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola; uma política de crédito rural com menor taxa de juros e incorporação dos recursos correspondentes a 10% dos depósitos dos bancos comerciais com objetivo de melhorar o crédito, a assistência técnica e a transformação tecnológica; o aperfeiçoamento da política de preços mínimos com financiamento sem limite no valor das operações e pela utilização de todo o sistema bancário oficial e privado; o estímulo ao cooperativismo; e a aplicação do seguro agrícola sob a forma de seguro para crédito agrícola.

Assim, além dos interesses agrícolas e industriais, o Plano de Metas articula o interesse do sistema financeiro no processo de modernização da agricultura.

Esse Plano, além de defender os produtos tradicionalmente exportáveis, como café, cana-de-açúcar, cacau e algodão, ainda defende produtos com capacidade de exportação como: soja, madeira, milho e ainda incentiva o desenvolvimento da pecuária.

De 1972 a 1974, em pleno "milagre econômico" o governo lançou o I Plano Nacional de Desenvolvimento. Esse Plano é o auge da mentalidade do modelo desenvolvimentista. A mentalidade oficial é de situar o Brasil como Nação em processo de desenvolvimento.

Em termos de modernização o plano propõe a enfocar os problemas regionalmente. A região Centro-Sul, continua sendo a região onde se dá a agricultura moderna, de base empresarial. Na área do Plano de Integração Nacional (PIN), objetiva-se a transformação da agricultura tradicional para que passe a abastecer o mercado, através do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). Estimula-se a expansão das fronteiras agrícolas incorporando os vales úmidos do Nordeste e novas áreas da Amazônia e do Centro-Oeste. Essas transformações só são possível se acompanhadas de obras de infra-estrutura que garantam o escoamento da produção.

Para o período de 1975/1979, criou-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento. O modelo econômico baseado no "milagre econômico" já não tinha o mesmo fôlego desde 1973. A taxa de desenvolvimento atingido em época anterior já não era a mesma, mostrando decadência. A taxa de crescimento do produto real que atingira 10,8% em 1970/75, agora caíra para 6,5% no quatriênio seguinte.

O II PND em relação à agricultura, continua com o mesmo princípio do Plano anterior, definindo áreas prioritárias, vinculadas aos corredores de abastecimento e de exportação. Os meios de obter sucesso nesse empreendimento, baseam-se no seguinte tripé: a política de preços mínimos,

créditos e seguro agrícola.

O II PND, tem como uma das características básica o desenvolvimento de uma política de desenvolvimento e qualificação de mão-de-obra, onde a valorização de recursos humanos, objetivando a ação direta na produtividade, é importante. Assim, a fundação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) é fundamental. A EMATER, através da qualificação de mão-de-obra, estará articulada com o processo de modernização da agricultura, pois seus técnicos têm a função de oferecer o suporte de desenvolvimento e de fiscalização do crédito obtido para o investimento. No entanto, a ação dessa instituição, preferencialmente, estará voltada ao médio e grande produtor.

Nos últimos anos, podemos perceber a atuação mais intensa das instituições governamentais cada vez maior na fiscalização dos programas propostos e no gasto do crédito rural.

Assim, a parte assistencialista cada vez mais tem sido realizada pelas empresas particulares, fornecedoras de produtos para o setor agrícola, seja na área da agricultura ou na pecuária. Sem dizer que o ramo editorial das grandes empresas de comunicação têm cuidado de oferecer a este setor mais informações, como é o caso de várias revistas especializadas.

Enfim, todo processo de desenvolvimento projetado pela política dos governos militares, na verdade, representam o desenvolvimento de uma política conservadora, onde o grande proprietário é o mais privilegiado. Os setores da pequena produção foram esquecidos, obrigando os pequenos e os médios

produtores a terem que se deslocar para os centros urbanos, largando toda uma história construída no campo.

Esse quadro, nos últimos anos, tem colaborado para o crescimento das cidades e o aumento dos problemas sociais. A pressão social cresce a cada dia que passa, como fruto da política errônea de desenvolvimento implantada pelo Estado brasileiro neste último meio século.

O crescimento do setor agrícola, realizado neste últimos anos, tem sido em cima de alguns produtos absorvidos no mercado externo, tais como: soja, cana-de-açúcar e o setor de suco de laranja.

O estímulo da produção da cana-de-açúcar é reflexo do programa do Pró-álcool, desenvolvido na década de 70, para a superação da crise do petróleo. Atualmente esse programa se encontra em processo de reestruturação devido à existência do abastecimento de petróleo em larga escala.

4. Considerações sobre a Modernização no Brasil

A análise realizada neste primeiro capítulo, sobre o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, nos permite chegar a algumas conclusões.

Primeiramente, em relação ao pensar o capitalismo e seu desenvolvimento na sociedade brasileira. Somos um país de economia dependente e essa dependência não pode ser resumida simplesmente à velha visão de subordinação ao Imperialismo. Essa visão simplista do processo, por muito tempo, culpou o capital estrangeiro, como o único responsável pelo processo de atraso de nossa economia.

Essa visão mecanicista do nosso processo histórico, já está mais do que superada. A visão de que nosso "desenvolvimento" é fruto da ação direta do financiamento externo é inegável. No entanto, esse capital não atua sozinho. Existe uma ligação desse capital com setores nacionais e ambos com interesses combinados, acabam impondo um modelo de desenvolvimento altamente conservador e antipopular.

O processo de desenvolvimento da economia brasileira, a nível interno, não se dá de forma homogênea. Ao contrário, as desigualdades entre as regiões e o capitalismo foram e são diferenciadas histórica e temporalmente. Assim, a análise realizada para uma região não serve de modelo para outra. Essa heterogeneidade é crucial para entendermos o desenvolvimento e o avanço do capitalismo e sua reprodução a nível interno. A análise do desenvolvimento regional e de seu processo de modernização só pode ser entendida levando em

conta as especificidades dos espaços regionais existentes.

Por outro lado, mesmo que o desenvolvimento ocorra de forma desigual, isso não elimina a articulação possível entre essas regiões, presente no espaço nacional. É lógico que detectaremos a existência de diferentes ritmos de desenvolvimento, fruto das especificidade de cada região.

Partindo do pressuposto da desigualdade regional econômica, podemos perceber que as regiões ocupam funções diferentes, no processo de modernização. Assim, enquanto a região do Centro-Sul possui uma mecanização mais presente em sua economia, as outras regiões, fornecem mão-de-obra, através da realização da expulsão do homem do campo. Por outro lado, essas mesmas áreas onde o ritmo de desenvolvimento é menor, fornecem produtos agrícolas, preços baixos, o que permite o setor industrial baratear o salário do trabalhador urbano.

O setor industrial, dentro dessa perspectiva, está profundamente relacionado com o setor agrícola e ambos estão relacionados com os interesses do Estado que, por sua vez, se relaciona com os interesses do capital estrangeiro. Exemplo bem claro dessa cadeia de interesses pode ser observado no acontecimento ocorrido no início de 1976, quando o Governo, procurando limitar a expansão dos meios de pagamento, retardou o início da liberação dos recursos destinado ao crédito rural para o financiamento de máquinas agrícolas para o mês de maio. Esse fato simplesmente ocasionou, nas indústrias, a estocagem de 5,8% da produção, enquanto os revendedores tiveram 22,3% de máquinas retida nos seus pátios. Fora os contratos que foram adiados, pois o Banco do Brasil retardou a liberação do crédito. Através desse fato, percebe-se na prática a rede

1000年においているというできるなどはなるとなりには、大人のななながのなるのであっている。 1000年によっているというできるなどはないできるというできる。 de complexidade que envolve a análise da compreensão da modernização e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A conclusão é que a industrialização e a modernização do setor rural brasileiro estão profundamente relacionadas com os interesses das indústrias multinacionais e, por conseguinte, do capitalismo monopolista.

Assim, observamos que o setor industrial de tratores no Brasil está monopolizado pelas grandes filiais estrangeiras, sendo a maior delas a Massey Ferguson, que controla aproximadamente 40% do mercado nacional. Por outro lado, nos ramos de sementes, de agrotóxicos e insumos agrícolas, encontraremos mais empresas multinacionais como, Bayer, Shell, Dow-Chemical, Agroceres e tantas outras. Enfim, o processo de modernização da agricultura nacional está diretamente dependente dessas empresas multinacionais que, direta ou indiretamente, pressionam o setor agrícola a utilizar cada vez mais tecnologia, como forma de melhoramento da produtividade agrícola e/ou pastoril. Geralmente essa pressão ocorre em forma de assistência técnica, dada por essas firmas, aos produtores ou mesmo à mídia, que cada vez mais se especializa na informação do setor rural, inclusive com um canal de TV exclusivo. Fora os programas semanais direcionados, que nos seus intervalos vendem produtos de forma bastante enganosa.

Porém, a maior pressão do setor industrial é realizada a nível de Estado, com o crédito agrícola, onde as empresas, através dos "Lobby", conseguem atrelar o crédito à compra de produtos industriais, sendo proibido gasto com produtos naturais. Não é raro, ao passar pelas fazendas de grande e médio porte, observarmos a existência de máquinas abandonadas, com poucos anos

de uso, que seriam facilmente reparáveis.

A modernização do setor agrícola, ocorrida nas últimas décadas, não pode ser vista como algo benéfico para todos setores da sociedade. Ao contrário, esse processo possui duas faces. Uma é a face extremamente voltada aos interesses da classe dominante, privilegiando-se dos incentivos do capital monopolista, para aumentar o uso de técnicas cada vez mais racional que o possibilite lucros maiores. A participação do Estado foi e é grande, pois através do intervencionismo, ora mais, ora menos, sempre acaba por beneficiar os interesses dos grandes proprietários e do setor industrial ligado ao grande capital nacional e internacional. Isso, não desmerece a capacidade do beneficiado, enquanto classe dominante, em saber utilizar o que a ele é oferecido, ou seja, apesar do Estado atender aos interesses de poucos, nem sempre todos se beneficiam. Assim, os empresários fazendeiros, que tratamos neste trabalho, possuem o mérito de pertencerem à classe produtora. Estes, por sua vez, logicamente não deixam de usar o que a modernização oferece para aumentarem suas fortunas.

A outra face da moeda se encontra na maioria marginalizada, expulsa do campo ou reduzida à condição de proletários rurais. Estes não tiveram e não têm acesso ao crédito. O Estado brasileiro esqueceu essa parcela do setor rural e o pouco de crédito oferecido aos pequenos e médio produtores rurais vem decrescendo nos últimos anos. Assim, entre 1970 e 1980, o financiamento para propriedades de até 99 hectares caiu de 38,65% para 34,4%, enquanto os financiamentos para propriedades de mais de 100 hectares subiu de 61,4% para 65,6%. Para as propriedades de 1.000 a 9.999 hectares subiu de 15,6% para 20,3%.

Essa política de apoio ao grande proprietário e de marginalização dos outros segmentos do setor rural só tem colaborado para o aumento das tensões sociais no campo. O crescimento da luta pela terra não se resolverá simplesmente por um decreto, mas com a democratização do acesso à terra e com uma política que incentive a produção e permita ao pequeno proprietário produzir e não transformar-se em mais um proletário.

A conclusão derradeira desse capítulo é que não podemos simplesmente analisar o processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira, como um processo de avanço da utilização de máquinas no setor rural. Ele é muito mais amplo. Somente através de uma análise diferenciada, de região para região, e levando em conta as especificidade regionais, é que poderemos compreender o avanço do capitalismo ocorrido em cada região. Assim, o estudo da região se torna fundamental como objeto de estudo, pois, através dela, podemos desvendar as relações de complexidade desse processo.

١

5. A Empresa Agropecuária Capitalista: O Complexo Agroindustrial

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e sua expansão em direção ao campo, a partir principalmente das décadas de 1950 e 1960, ocorreram e vêm ocorrendo mudanças na organização da produção agropecuária e, em consequência, alterações nas relações de trabalho.

Ao analisarmos o conceito de modernização podemos afirmar que a modernização da agricultura não foi um obstáculo para a agricultura. Isso não significa assumirmos as idéias dos funcionalistas. Porém a medida que ocorre a modernização da agricultura, essa passa a ser compradora dos produtos industrializados (máquinas agrícolas, tratores, calcário, defensivos...). Em decorrência disso passou a haver uma maior integração entre o setor agrícola e o industrial.

A atividade agrícola em seu processo de modernização passou a depender do fornecimento de insumos industriais. Mas, ao mesmo tempo, o setor industrial também passou a depender do setor agrícola. Essa relação de integração entre ambos setores, permite a realização do complexo agrocomercial para o complexo agroindustrial (22). Isso só é possível com a existência de um setor industrial voltado para o setor agrícola.

⁽²²⁾ Complexo agroindustrial é a integração técnica intersetorial entre a agropecuária, as indústria que produzem para a agricultura (máquinas e insumos) e as agroindústrias (que processam matérias-primas agropecuárias e as transformam em produtos industrializados.

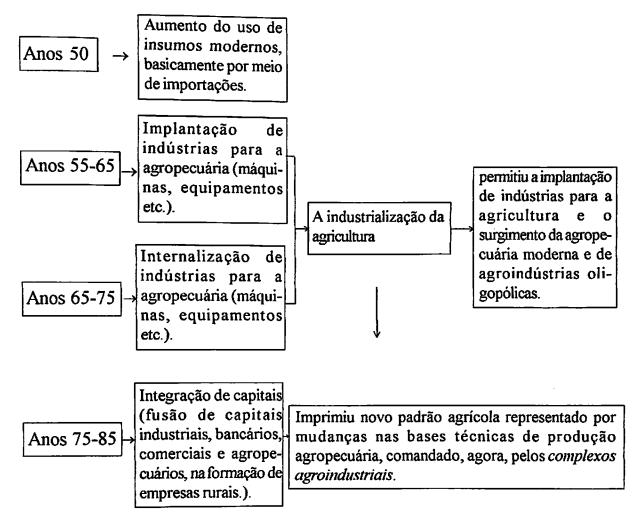
Nesse processo, a presença do capital estrangeiro no Brasil, mediante a instalação das transnacionais do setor, foi grande entre 1965 e 1975. Essa expansão é resultado da expansão do capitalismo no espaço territorial brasileiro. Os antigos meios de produção são substituído pelos novos. A substituição segue a lógica da racionalidade capitalista (investimento-tecnologia-produtividade-lucratividade).

A formação dos complexos agroindustriais no Brasil deu origem aos agrobusiness, que são: "(...) a soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados." (23)

Enfim, o processo de modernização é resultado da expansão do capitalismo no espaço brasileiro, e essa expansão, possuindo um ritmo diferenciado, vai anexando as áreas de acordo com o seu processo de acumulação. O esquema abaixo tenta sintetizar esse processo de modernização e demonstrar que não é uma modernização isolada, mas, é fruto do processo econômico.

⁽²³⁾ GOLDBERG, Davis. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Citado por José Graziáno da Silva. p.65.

Quadro Modernização da Agricultura Brasileira



Fonte: Adaptado de José Graziano da Silva, A nova dinâmica da agricultura brasileira, p. 30.

\

CAPÍTULO II

A MODERNIZAÇÃO EM GOLÁS

1. A Conjuntura do Desenvolvimento na República Velha

No início do século XX, ocorre um processo de modernização econômica em Goiás e na região do Sudeste desse estado, durante a fase da República Velha. Essa modernização corresponde a expansão dos trilhos do trem.

Goiás, nesse momento, vivera uma situação de rompimento com o passado, marcado até então pelo relativo isolamento do estado da economia do Centro-Sul. O ritmo de desenvolvimento de Goiás, devido o grau de relação com o capitalismo interno e externo, era mais lento.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, o estado de Goiás presenciará o avanço da modernização. Modernização essa, representada pela instalação das primeiras via férreas (1910), que possibilitou a ampliação do escoamento da produção de Goiás e reduzindo o espaço entre os centro metropolitanos e o interior do país.

A ferrovia, transpondo o rio Paranaíba, acarretou mudanças na economia de Goiás. A partir desse momento, a economia de Goiás ganha uma redefinição em seu papel de produção. Também o espaço agrário recebeu uma

redimensão, com a chegada de novos proprietários, oriundos de São Paulo, que foram atraídos para cá devido ao baixo preço da terra e à sua boa produtividade.

Borges, "Goiás Modernização e Crise" 1920-1960", relata o impacto da expansão da ferrovia sobre Goiás, afirmando que a estrada de ferro constituiuse na primeira via de transporte moderno, despertando o estado do isolamento que se encontrava. E ainda, afirma que a ferrovia tornou-se não só a artéria das exportações primárias e de importações de manufaturas, mas também a principal via de penetração das novas idéias e valores.

A estrada de ferro, serviu também, como um instrumento para o desenvolvimento da economia de mercado, na ocupação e reorganização do espaço regional. Dentro desse contexto, a estrada de ferro não é causa mas, um instrumento do desenvolvimento do avanço dos interesses capitalista sobre Goiás.

O transporte precário das tropas e dos carros de bois, que rasgavam esse sertão em suas comitivas, foram substituídos pela "máquina que apitava e jogava fumaça pela chaminé". A estrada de ferro rasgou as fazendas, fez as cidades se desenvolverem e interligou parcialmente o fazendeiro à expansão de uma economia urbana. Além, Estado, contribuir para a articulação econômica, com os novos mercados inter-regionais em expansão. Isso significava modernização.

"A linha de ferro transformou-se não só na principal artéria de exportação de bens primários e de importação de manufaturas, como também numa significativa via de penetração de novas idéias e valores culturais da sociedade moderna." (1)

⁽¹⁾ BORGES, Barsanufo Gomides. A Ferrovia. Texto mimeografado, s/d. p. 1.

O rompimento desse relativo isolamento vivido por Goiás, no início deste século, não correspondeu à uma homogenização do espaço econômico. E a ampliação das relações econômicas de Goiás, com o mercado do Centro-Sul, não significou o rompimento da atividade pecuarista. Ao contrário, essa atividade permaneceu como a principal. Isso, demonstra que modernização não significou destruição de práticas econômicas tradicionais.

Durante todo o século XIX, coube à pecuária, o desenvolvimento da economia goiana. Mesmo não possuindo estradas com condições para o fluxo comercial, o gado, por ser auto-transportado, superou esses percalços ocasionados pela falta das estradas. As tropas e boiadas, bem no sentido da descrição de Hugo de Carvalho Ramos, percorriam o Sertão com suas comitivas e caminhavam até alcançarem São Paulo e Minas Gerais, centros compradores. E assim, continuou, ao longo da República Velha, sendo o principal produto na balança de exportação e na arrecadação de impostos.

A integração do mercado goiano com o Centro-Sul, possibilitou o aumento na arrecadação fiscal. Goiás, através dessa integração inter-setorial, era ao mesmo tempo fornecedor de produtos agropecuários, e consumidor de produtos industrializados. Essa relação era a integração de duas economias com ritmos de desenvolvimentos diferentes, aparentemente contraditórios, porém, na prática complementares e integrados.

No curso das últimas décadas do século XIX até 1930 o Brasil continuou a ser um país predominantemente agrícola. O censo de 1920, nos fornece o seguinte quadro: dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões se dedicavam à agricultura, 1,2 milhão à indústria e 1,5 milhão aos serviços. Sem

dúvida, apesar do predomínio da atividade agroexportadora, durante o final do século XIX, e durante a primeira República, não devemos pensá-la em termos absoluto.

Analisando um pouco do contexto da história regional do Centro-Sul, chegamos à conclusão que São Paulo esteve a frente do desenvolvimento de um processo industrial. Isso, não significa o abandono da política cafeeira, onde se preorizou a defesa do preço do café.

Os principais ramos industriais da época foram o têxtil em primeiro lugar e a seguir alimentação, incluindo bebidas, e vestuários. Várias fábricas chegaram a possuir mais de mil trabalhadores. Já por volta da Primeira Guerra Mundial, 80% dos tecidos consumidos no país eram nacionais.

O polo industrial que se desenvolvia na região do Centro-Sul criou uma maior demanda de produtos agrícolas, para abastecimento da classe urbana-industrial. Esse foi o momento em que Goiás ampliou o fornecimento de produtos agrícolas, mas, também ampliou o consumo de produtos industriais, dentro da integração de mercados. Esse contexto, demonstra a interação setorial entre o setor agrícola e industrial.

Alguns autores, defendem a idéia de que, durante a I Guerra Mundial, o mercado europeu incentivou a produção de produtos industriais nas áreas periféricas, de bens de produção não duráveis. Assim, a produção industrial brasileira se desenvolveu nesse período. Essa nova produção passa a ser incentivada pelo Estado, buscando substituir a economia cafeeira, momentaneamente em crise.

Utilizar essa visão é defender a tese da dependência, ou seja, a periferia só se desenvolve quando o centro está em crise.

A industrialização no centro-sul, já ocorre desde o final do século XIX. Porém, é no início do século XX que essa economia procura se integrar com outros setores regionais. Dentro desse contexto encontramos a economia Goiana, que se integrará ao mercado Centro-Sul. Os estados de São Paulo e de Minas Gerais, são os centros de demanda dos produtos goianos. Essa condição é dada pela facilidade de escoamento realizado pelas vias férreas, que interligam os mercados.

"() Brasil descobria Goiás, mais propriamente o sudeste brasileiro transformava Goiás em um arebalde de seu sistema produtivo, aquele cinturão marginal em que o fruto de produção mais convocado é a própria terra: e de que Goiás está farto." (2)

Apesar da inserção de Goiás no mercado do Centro-Sul, não existe nesse momento um mercado nacional formado e unificado. Além dos meios de transportes serem insuficiente no próprio espaço goiano, dificultando a ligação entre os espaços interno do estado.

As oligarquias dominante em Goiás, durante a República Velha, não estimularam o desenvolvimento da estrada de ferro. Ao contrário, deixaram ao descaso e não\se empenharam na obtenção de verba federal e nem na inserção dessa verba no orçamento da União. Tudo isso resultava no atraso para a conclusão da construção da ferrovia e dificultava a integração entre a produção e o mercado consumidor, almejado pelos produtores do estado.

⁽²⁾ BERTRAN, Paulo. Formação Econômica de Goiás. Goiânia, Goiás. Ed. Oriente, 1978.

Segundo Itami Campos, a manutenção do atraso é uma forma de manter o controle sócio-político da Oligarquia sobre a população.

"E assim, não somente pela natural falta de recursos para financiar o desenvolvimento, mas principalmente, pela consciente barreira ao progresso que os principais chefes políticos estaduais formaram é que Goiás se manteve pobre, isolado e atrasado durante todo o período, situação essa que era garantia da manutenção do mando e do domínio imposto ao Estado e sustentado graças ao controle da toda a engrenagem política." (3)

O atraso, dentro desse contexto, é visto em relação ao moderno. Essa concepção apoia-se na tese de dependência, baseada no dualismo (velho x novo). A noção de "atrasado X moderno" utilizado para análise, baseia-se na concepção "centro X periferia".

Ao contrário de Itami, Borges utiliza a concepção de que há o desenvolvimento desigual e combinado. Utilizando essa concepção ele explica o desenvolvimento da economia goiana de 20 até 60. No entanto, ao longo de seu trabalho, Borges não consegue fugir muito das relações explicativas de centro e periferia, pois explica a modernização como sendo consequência do capitalismo da área do Centro-Sul. Ele não percebe que tudo está no contexto do capitalismo.

A meu ver, Goiás já é capitalista, mesmo que sua estrutura de produção não se baseie exclusivamente nas relações de produção capitalista. O espaço globalizado, permite dizer que há o domínio capitalista, e a estrutura de produção à ele está subordinada.

⁽³⁾ CAMPOS, F. Itami. Coronelismo em Goiás. Ed. UFG, Goiânia, Goiás, 1983. p. 65.

A economia de Goiás tem que ser vista como economia produtora e exportadora de bens primários, inserida dentro do contexto do mercado e integrada ao processo de acumulação capitalista. Todavia, o processo de acumulação e reprodução do capital se realiza de forma diferenciada de região para região, não possuindo um modelo pronto e acabado.

O trabalho de Nars Fayad, nega a visão de atraso presente na historiografia goiana. Segundo Nars, não se pode falar de atraso ao longo da Primeira República, já que nesse período ocorreu a expansão e desenvolvimento da economia goiana.

"Assim, poderíamos ser lavados a indagar o que havia de atraso em Goiás ao longo da Primeira República. Economicamente, se comparada aos tempos idos, a pecuária goiana cresceu a ponto de representar 32% da arrecadação do Estado em fins dos anos 20, não dependendo do investimento de grandes capitais. Mesmo assim, os investimentos dobraram e/ou triplicaram, a cada qüinqüênio, em prol de seus investidores e em beneficio da arrecadação estatal." (4)

A conclusão extraída é que, apesar de um grupo não optar pela construção e desenvolvimento da estrada de ferro, isso não reflete todo universo dos pecuaristas goianos, não podendo ser generalizar tal afirmação. Entretanto, a concepção de modernidade só é dada por esse autor, quando é construída a cidade de Goiânia.

Esse pressuposto da não homogeneidade do pensamento, pode ser confirmado quando analisamos a região do Sudoeste de Goiás. Ela e.a

⁽⁴⁾ CHAUL, Nars Fayad. Caminhos de Goiás - Da Construção da Decadência Aos Limites da Modernidade. Ed. UFG. Goiânia, Goiás, 1997. p. 136.

economicamente ligada ao Triângulo Mineiro, onde a estrada de ferro já tinha chegado desde 1889. É lógico que esse convívio foi fundamental para essa região reivindicar a construção de uma estrada de ferro, como constatamos no periódico "O Jatahy" n.º 76, de 1º de outubro de 1912. Nesse período a idéia da construção da estrada de ferro é defendida pelas lideranças do Sudoeste.

Em artigo desse jornal, várias lideranças políticas da região trataram a estrada de ferro como algo importante para Goiás e para o país. Assim, não se pode generalizar o pensamento de um segmento para os demais setores dominante regionalmente.

A opinião dos produtores da região do Sudoeste do estado era a de inovação dos meios de transporte para facilitar o escoamento da produção. Esse assunto era obrigatório para os cidadãos que viam o progresso correndo em trilhos de trem.

O desenvolvimento da economia de Goiás, a nível regional, possuía disparidades. O Norte de Goiás, encontrava-se completamente desvinculado da economia do Sul. O contato comercial dessa região se realizava com os Estados do Pará e Maranhão; enquanto a região do Sudoeste se articulava com a região do Triângulo Mineiro. Isso confirma o que já falamos, que existe a ausência de uniformidade do mercado regional goiano.

O desenvolvimento das microrregião goiana, não pode ser generalizado, pois possuem especificidades. A análise do desenvolvimento da região do Sudoeste Goiano constitui, portanto, o ponto importante para o tema central deste trabalho, que tem como meta o estudo de caso do município de Chapadão

do Céu, localizado no extremo do Sudoeste.

Assim, a construção da estrada de ferro em Goiás, durante a República Velha, não atingiu todas as regiões de Goiás, sendo a região do Sudeste de Goiás a mais beneficiada.

A obra da estrada de ferro em Goiás, possuiu dois momentos de construção. O primeiro de 1909-1914, onde foram construídos 233 quilômetros de linhas, entre Araguari e Roncador; e o segundo momento, representou a conclusão da ferrovia, quando essa chegou à cidade de Anápolis, em 1935 e finalmente a Goiânia em 1950.

A construção da primeira etapa se fez de forma rápida, aproveitando uma conjuntura bastante favorável, onde o capital externo estava bem disponível para a realização de inversões e havia concorrência entre os agentes ingleses e franceses para implantação das ferrovias no Brasil.

A inauguração da primeira etapa da ferrovia, em Goiás, possibilitou o aumento de exportação de produtos para a região do Centro-Sul. A facilidade de um escoamento rápido da produção, não só representou mudanças no sertão de Goiás como se tornou a principal fonte de divisa para o erário público.

"Esta posição privilegiada da ferrovia goiana no quadro de sistema ferroviário nacional se explica primeiro, pela grande demanda de transporte criada com a expansão da fronteira agricola no Estado, pelo incremento das relações comerciais regionais e inter-regionais com o desenvolvimento da economia de mercado e, ainda, pelo fato da ferrovia representar o principal meio de transporte e comunicação com o Centro-sul do país. (5)

⁽⁵⁾ BORGES, Basanufo Gomides. Op. Cit. p. 8

O desenvolvimento da economia de Goiás nesse momento, está voltada para o mercado interno do Centro-Sul. A balança de comercialização de Goiás não era favorável, pois, a comercialização dos produtos agropecuário goianos se resumia na obtenção de capital-dinheiro, para fazer face à obtenção de produtos manufaturados importados. Essa condição gerou e reforçou uma economia primário-exportadora e importadora de produtos industrializado.

Paralelamente ao desenvolvimento da estrada de ferro, se desenvolveu a construção de estradas de rodagem convergentes ao trilho do trem. Apesar da precariedade dessas estradas, o objetivo delas era permitir que a produção pudesse chegar a desfrutar de transporte ferroviário. Assim, a produção vinda de lugares mais distantes chegavam em lombos de burros e/ou em carros de bois, transporte muito usado até então.

O Sudoeste de Goiás, não fora beneficiado com trilhos de ferro. Teve que encontrar uma forma diferente para a dinamização dos meios de transporte. A opção pelo uso do automóvel e a utilização de estrada de rodagem é a diferença entre o processo de desenvolvimento do Sudeste e do Sudoeste de Goiás. O conceito de modernização que utilizo para a região do Sudoeste é tudo aquilo que não é tradição. Por outro lado, através da concepção da lei do desenvolvimento desigual do capitalismo, podemos afirmar que o avanço na estrutura econômica não corresponde alterações nas estruturas políticas e sociais. O avanço entre a superestrurura e infraestrutura não são simultaneos.

Assim, o primeiro e grande passo dado no avanço da economia do Sudoeste Goiano, na Primeira República, foi a construção da ponte de aço,

sobre o volumoso Rio Paranaíba, durante 1908/1909, na gestão do Presidente Afonso Pena. Essa ponte foi denominada de "Afonso Pena", símbolo de prosperidade para a região do Sudoeste, pois, a construção dessa ponte permitiu um fluxo maior de comercialização entre o Sudoeste de Goiás e o Triângulo Mineiro, principalmente com a cidade de Uberaba.

Além da influência econômica, também se desenvolveu a influência cultural. Os jovens das famílias ricas, passaram a realizar seus estudos em Uberlândia e Uberaba.

O escritor e historiador Basileu de Toledo França descreveu a influência do Triângulo Mineiro sobre o Sudoeste Goiano, demonstrando que esse contato possibilitou a introdução do automóvel.

"Exatamente ai se enquadra a penetração do automóvel, que depois de se expandir pelo território da antiga Farinha Podre, forçando a abertura de estradas para ele circular e promovendo de mil formas o seu progresso acelerado, chegou até nós pela imitação natural que existe entre os elementos de quaisquer grupos vizinhos, porque a nossa vida em sociedade tem por base fundamental a interação mental dos seus membros ou social." (6)

Assim, por volta de 1916, o Sr. Ronan Rodrigues Borges, comerciante de Santa Rita, chegou à cidade em carro Ford, Modelo T, Double Phateon, recém fabricado nos EUA, e adquirido em São Paulo.

Podemos dizer que a vida pacata dos moradores dessa região ganhou gradativamente, um pouco de velocidade até então, desconhecida de todos, acostumados ao ciclo dos carros de bois.

⁽⁶⁾ FRANÇA, Basileu Toledo. Cavalo de Rodas - a entrada do automóvel em Goiás. Oriente, Goiânia, Goiás, 1979. p. 66.

Com o desenvolvimento da estrada de rodagem, chegaram os caminhões, e esses passaram a constituir-se numa figura normal no meio do "Sertão Goiano". Assim, coube a esse elemento a dinamização do transporte de pessoas, como possibilitou o incremento da produção e seu escoamento para outras localidades.

O desenvolvimento do automóvel na região do Sudoeste Goiano, também foi acompanhado de espírito empreendedor, como o Sr.Ronan Borges, que abriu uma revendedora de carro em Buriti Alegre, criando uma infra-estrutura para dar apoio aos usuários dos automóveis que usavam a Estrada Sul-Goiana.

Podemos observar, através da Tabela N.º 7, que o Sudoeste não passava, em 1920, de uma região ainda pouco habitada. 75% da população localizava-se no meio rural. É presumível que a estatística não seja a real, mas pode-se acreditar aproximadamente nos números oferecidos nesta tabela.

TABELA N.º 7

População do Sudoeste Goiano - 1920

POPULAÇÃO DO SUDOESTE GOIANO-1920					
CIDADE/CAMPO URBANO					
SANTA RITA	10.639	2.600			
RIO VERDE	12.661	3.160			
JATAÍ	10.010	2.500			
RIO BONITO	4.961	1.240			
MINEIROS	4.154	1.040			

FONTE: Basileu Toledo França. Op. cit. p. 184.

A expansão da fronteira agrícola, em Goiás, exigiu um maior desenvolvimento dos meios de transporte, mais rápidos e eficientes. Apesar da população do Sudoeste de Goiás, caracterizar-se como uma população rural, o espírito de desenvolvimento econômico era presente na mentalidade da classe proprietária.

Em 30 de agosto de 1918, em reunião realizada no salão do Paço Municipal, em Jataí, ocorreu a fundação da Cia. Auto Viação do Sul-Goiana. Iniciava-se uma nova etapa no desenvolvimento dessa região.

A iniciativa privada, representada por esses homens, permitiu o impulso inicial para a ligação do Sudoeste Goiano com outros municípios do Estado e incrementou o comércio interestadual. Em 1927 a região do Sudoeste possuía uma rede rodoviária, com 777 km de estrada, assim dividida:

St ^a Rita do Paranaíba - Rio Verde - Jataí - Mineiros	1
Rio Verde - Rio Bonito	1
Mineiros - St ^a Rita do Araguaia	1
St ^a Rita do Paranaíba - Buriti Alegre	
Total	n

Em um total de aproximadamente 3.500 quilômetros de vias carroçáveis, em que apenas uma pequena parcela tinha sido realizada pelos poderes públicos, o Sudoeste Goiano aparecia com mais de 1/5 da rede existente em Goiás.⁽⁷⁾

⁽⁷⁾ FRANÇA, Basileu T. Op. Cit. p. 188.

A propagação da rede rodoviária fez com que rapidamente se desenvolvesse a utilização de caminhões na região do Sudoeste. Entre 1917 e 1919, já encontramos linhas regulares de passageiros e cargas, entre St^a Rita do Paranaíba, Rio Verde e Jataí.

"As estradas de rodagem, como já foi dito, muitas vezes não passavam de meras trilhas de terra barrenta no período das chuvas e poeirentas na estação seca, a serem alargadas e melhoradas ao longo do tempo pela passagem de caminhões e ônibus. O mais urgente e que demanda maiores custos era a construção de pontes sobre rios e riachos. A maioria da via permanente poderia ocorrer à medida que o volume de tráfego aumentasse os investimentos." (8)

As modificações do estado de Goiás são reflexo da integração do estado na economia capitalista. Isso está ligado ao contexto mais amplo da reprodução e ampliação do capital em desenvolvimento da economia brasileira. Assim, à medida que a industrialização avançava, os diversos setores da economia sofriam modificações, reorganizando-se e se integrando cada vez mais no modo de produção capitalista, fruto da expansão da reprodução do capital a nível global.

TABELA N.º 8

Goiás - População e Produção Agropecuária
por Regiões (1920)

Regiões	População (habitantes)	%	Agricultura	%	Pecuária	%
Nordeste	\163.422	31,9	38.452,2	13,5	1.098.128	36,3
Centro-Norte	49.624	9,7	36.097,7	8,4	233.690	7,7
Mato-Grosso Goiano	78.863	15,4	62.004,8	14,4	304.187	10,0
Sudoeste	31.786	6,2	66.754,8	15,4	518.980	17,1
Sul-Sudeste	188.251	36,7	209.134,5	48,3	862.784	28,5

FONTE: IBGE 1920.

⁽⁸⁾ BORGES, Barsanufo Gomides. Texto mimeografado. p. 6

A tabela N.º 8, demonstra que a região do Sudoeste apesar de possuir 6,2% da população, sendo menor população em relação às demais regiões, possuia uma participação de 15,4% na agricultura, perdendo somente para a região do Sul. Na pecuária essa região ficava em terceiro lugar com 17,1%. Isso confirma que, mesmo com as dificuldades encontradas pelos produtores da região, a mentalidade da acumulação estava presentes, as condições foram sendo criadas pela própria iniciativa dos produtores do Sudoeste.

Ao longo da Primeira República, a região Sudeste se desenvolveu através da construção da via férrea. A região do Sudoeste, com suas próprias condições, procurou através das rodovias o contato comercial com o mercado de Minas Gerais. Dentro de seu processo de desenvolvimento, ou seja, o Sudeste, através da estrada de ferro e Sudoeste através do desenvolvimento das rodovias, ambas, em suas devidas proporções, procuram se intgrar dentro do contexto do capitalismo, utilizando símbolos da "modernidade": o trem e o automóvel.

2. A Revolução de 1930 e a Modernização de Goiás

O movimento de 1930 é chamado pela historiografia brasileira de revolução. É preciso, no entanto, observar que o conceito de revolução está ligado a mudanças na infra-estrutura e superestrutura e essas mudanças ocorrem de forma violenta em todas estruturas sociais. Dentro desse raciocínio, o episódio ocorrido em 1930 não pode ser considerado uma revolução, no sentido exato

da palavra, pois significou um arranjo no poder. As transformações ocorridas neste período significaram um arranjo no poder das Oligarquias.

A revolução de 30, é para alguns historiadores, uma revolução que representa a vitória da burguesia brasileira e sua ascensão ao poder do estado. No entanto, analisando as classes que dela participou, não compartilhamos da mesma opinião, pois, os vitoriosos dessa revolução, compunham um quadro heterogêneo tanto do ponto de vista político como do ponto de vista social. Dentro do grupo revolucionário, encontramos unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diferentes, vários grupos e tendências, que vão de grupos oligarquicos regionais, que desejavam maior atendimento à sua área e maior soma de poder pessoal, como grupos de "tenentes"; facções da classe operária - Bloco Operário Camponês (BOC), como setores urbanos ligados a industrialização.

O novo estado emergente, foi calcado basicamente em três pilares, a atuação econômica voltada para promover a industrialização; a expansão dos direitos sociais, através de uma legislação trabalhista, incorporando-os no processo político; e o exército, como fator central para a manutenção da ordem , dando o suporte da criação de uma indústria de base.

Em Goiânia, a ascensão de uma nova oligarquia, foi marcada pela tentativa de integrar o estado dentro da ampliação das necessidades do capitalismo interno. Dentro do estado, o espaço político foi deslocado para a região do Sudeste e do Sudoeste e a ascensão dessas sub-regiões mais dinâmicas ao poder político foi acompanhada da horizontalização do capitalismo no sul do estado.

Segundo Nars Fayad:

"A representação da modernidade ganha força em Goiás nos anos 30, com ascensão econômica das regiões Sul e Sudoeste do Estado, conduzindo ao poder político Pedro Ludovico Teixeira, médico, político e intelectual, um lídimo intérprete dos interesses desenvolvimentistas dos grupos políticos que pretendiam transformar Goiás em um pólo de desenvolvimento e progresso. A modernidade para os arautos de 30 consistia no progresso do Estado, por meio do desenvolvimento da economia, política, da sociedade e cultura regionais." (9)

Na verdade Fayad, ao colocar a questão da modernidade como consequência da ascensão dos setores de 1930, não sustenta em sua tese tal explicação, pois, a criação da cidade de Goiânia que, para esse historiador, constitui-se como o ícone da modernização, é localizada dentro de um espaço restrito, sendo a maioria ainda desfalcada de integração. Assim, a generalização pode ocosionar a falsa impressão de que a partir da construção de Goiânia ocorreu a integração de todo espaço do estado. É isso não é verdade.

As Oligarquias não perderam o controle do Estado e manteve-se inalterada a questão da estrutura fundiária, onde o latifúndio continuou prevalecendo. Enfim, em outras estruturas ocorreram mudanças, como na superestrutura política, O mesmo não podemos falar com as outras estruturas tradicionais, que não se rompem com as mudanças. Ao contrário, a manutenção dessas estruturas é importante para o capitalismo.

Todavia, a partir da década de 30, com o reflexo da grande depressão econômica mundial, houve a necessidade de se repensar a forma de poder no Brasil. Com a nova composição de interesses de classes, oriunda da união das

⁽⁹⁾ CHAUL, Narsr Fayad. Op. Cit. p. 149.

oligarquias regionais com o setor industrial, emerge uma necessidade de integração do modo de produção capitalista internamente.

A ausência de um projeto hegemônico das classes dominantes, tanto rural quanto urbana, possibilitou o fortalecimento do setor público, através da intervenção de uma burocracia técnica na esfera de poder. Essa burocracia passou a ter um papel decisivo no planejamento do crescimento econômico do país. Esse processo de transformação realizado de cima para baixo, segundo Luciano Martins é denominado de "modernização conservadora". (10)

Na esfera regional de Goiás manteve-se o perfil de uma sociedade baseado no desenvolvimento agrário. Porém, a nível federal, o Estado identificouse com o projeto de "modernização".

Seguindo um projeto de centralização territorial defendido a nível federal, o interventor político Pedro Ludovico Teixeira⁽¹¹⁾, e posteriormente Governador, impôs à Goiás o projeto político de "modernização", que veio de encontro ao anseios do setor agrário local mais progressista e do capital comercial e industrial do Centro-Sul do país.

⁽¹⁰⁾ In: BORGES, Barsanufo Gomides. *Goiás "Modernização" e Crise 1920 a 1960.* Tese de Doutorado. USP. Texto Mimeografado, São Paulo, 1994.

⁽¹¹⁾ LUDOVICO, Pedro. Foi nomeado interventou federal por Vargas, em novembro de 1930, em uma disputa que contava com fortes nomes para o cargo, como os de Mário Caiado e Domingos Neto Velasco. O nome de Ludovico ficou na ordem do dia devido a sua combatividade à ordem anterior e às afinidades que seu concunhado, o médico mineiro Diógenes Magalhães, mantinha com Vargas.

A ascensão de Pedro Ludovico ao poder, no estado de Goiás, significou a defesa dos interesses das regiões goianas do Sul e Sudoeste. A figura de Manoel Balbino de Carvalho, Alfredo Nasser, Cunha Bueno, Serafim de Carvalho e outros é retratam a interferência política dessas Oligarquias no poder do Estado.

A primeira ação significativa do Governo de Goiás foi a mudança da capital, já polemizada durante quase dois séculos. Esse fator de mudança está diretamente ligado a fatores históricos econômicos, sociais e políticos. "A mudança nascia como um imperativo histórico-social. Tratava-se de criar o espaço urbano necessário à nova etapa da acumulação que se instaurava em Goiás. As modificações que o Estado sofrera deviam expressar também em termos urbanos." (12)

Primeiramente, nas regiões do Sul e Sudoeste do estado, concentravase aproximadamente 40% do rebanho bovino e 63% da produção agrícola, como consta o censo de 1920 (ver tabela n.º 10), dando-lhes uma importância bastante significativa. Estas regiões necessitavam de expandir os meios de transporte até então esquecidos.

Em segundo lugar, essas regiões, como já foi demonstrado, eram profundamente anticaiadistas, favoráveis à mudança, não só para romper com o passado, como para a aproximação da capital com a região, até então desvinculada de uma participação maior nos quadros políticos regionais.

⁽¹²⁾ SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1982. p. 187.

TABELA N.º 9
Goiás: População, Produção Agrícola e Rebanho
por Regiões em 1920

REGIÕES	NÚMERO DE CIDADES	POPULA- ÇÃO	%	REBANHO (PECUÁRIA) (CABEÇAS)	%	PRODUÇÃO AGRÍCOLA (TONELA DAS)	%
1. Norte	11	115.159	22,5	910.833	23,4	12.374,4	6,2
2. Nordeste	11	78.978	15,4	597.910	15,4	12.554,8	6,3
3. Centro	12	130.563	22,5	803.208	20,6	48.670,8	24,3
4. Sul	11	155.433	30,4	973.150	25,1	105.807,3	52,9
5. Sudoeste	04	31.786	6,2	604.230	15,5	20.508,4	10,3
TOTAIS	49	511.919	100,0	3.889.331	100,0	199.915,7	100,0

FONTE: IBGE, Recenseamento do Brasil, 1920. (In, Campos, F. I. Coronelismo em Golás. Golánia, UFG, 1983. p. 34)

A fundação de Goiânia, foi parte de um contexto maior de transformação pela qual a economia brasileira passou. O colapso da economia agroexportadora forçou a opção por um novo processo de acumulação capitalista, baseado no desenvolvimento do setor industrial.

A partir desse momento, podemos constatar a integração entre o setor agrícola e o setor industrial moderno. É o padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, onde a agricultura está subordinada ao setor industrial, porém, não há contradição entre esses setores, mas, ao contrário, uma organicidade na integração.

A integração das economias regionais no processo de desenvolvimento do capitalismo, ocasionou uma reorganização no espaço geográfico. A abertura das fronteiras agrícolas, exigiram a agilização dos meios de transporte mais rápido e eficiente. Assim, foi feita a opção pelo transporte rodoviário, como principal meio de transporte em Goiás, como em todo o Brasil. Além disso, justifica-se esta opção pelo baixo custo em relação às ferrovias.

A estrada de ferro que foi a principal via de integração econômica de Goiás com os mercados inter-regionais, na Primeira República, a partir dos anos 40, vai sendo substituída pelas rodovias.

O Estado, a partir de 1930, ocupa um novo papel em relação as rodovias, antes custeadas pelo poder privado. O Estado passa a assumir a construção e conservação da malha rodoviária.

Em 1936, o Estado dispunha de 7.181 quilômetros de estradas de rodagem. Destes, 3.404 km pertenciam e eram explorados por empresas particulares, 3.055 km eram administrados pelo Estado e 721 pelos municípios.

Apesar de maior intervenção do Estado e dos investimentos públicos na ampliação e conservação da infra-estrutura viária, as condições de tráfego nas estradas goianas continuaram precárias. (12)

Por outro lado, a mudança da capital foi o elo de toda uma campanha que se denorminaria "Marcha para Oeste". O objetivo dessa política foi o deslocamento, para as zonas agrícolas, do excesso de mão-de-obra rural existente no Sul e Sudeste do país. Essa idéia é nítida no discurso realizado pelo conhecido intelectual goiano, Dr. Benedito Silva, durante a inauguração da nova capital.

⁽¹²⁾ BORGES, Barsanufo Gomides. Op. Cit. p. 132.

"Para nós, Goiânia é uma clareira de progresso, aberto no centro geográfico da Pátria, apta a seduzir as iniciativas, os recursos financeiros, as inteligências, as necessidades, os profissionais, os trabalhadores, os agricultores, os industriais, as famílias, as máquinas, as escolas, as universidades, que já estão agravando, no litoral, os conflitos da competição.

(...)

Para nós, Goiânia é o ponto de referência da Marcha para Oeste. E a estrela guiadora das caravanas de progresso e de trabalho, que hão de vir lavrar as terras, multiplicar as colheitas, usufruir os recursos e industrializar as matérias primas do Brasil Central." (13)

A vinda desse contingente populacional para Goiás envolve uma dualidade no processo de ocupação. Detectamos duas formas de ocupação distinta: uma de simples povoamento por posseiros e/ou ocupantes das novas áreas até então vazias; outra, de apropriação formal destas áreas por empreendimentos capitalistas, onde a terra e os diversos recursos naturais passaram a ser controlados pelo capital.

As formas de ocupação das terras em Goiás, podem ser definidas como: "Frente de Expansão" e "Frente Pioneira". Segundo José de Souza Martins o conceito de "Frente de Expansão" e "Frente Pioneira" é a seguinte:

"Frente de expansão" se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. Deste modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista.

(...) O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro.

Já na "Frente Pioneira" a característica fundamental é a

⁽¹³⁾ LUDOVICO, Pedro. Memórias. Goiánia, Goiás. Livraria Editora Goiana. p. 209.

instalação do empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se. Assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A frente pioneira surge não como conseqüência "rebarbativa" da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta.

O ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. (...) A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trave as suas relações sociais." (14)

A partir dos anos 40, ocorre a expansão da "Frente Pioneira" em Goiás. Ocorrem a especulação imobiliária do grande capital, a expansão da agricultura e episódios como a formação da Fundação Brasil Central, de caráter oficial. Nesse quadro as frentes pioneiras, se expandem já dentro das frente de expansão onde se dá o conflito entre dois interesses diferentes.

Essa medida do Governo Federal, a "Marcha para Oeste", objetivava o deslocamento do excesso populacional de outras regiões para as áreas menos povoadas. Essa migração interna da população, orientada pelo incentivo do Estado, reforçou o modelo da estrutura agrária existente no meio rural goiano.

A expansão do setor industrial e da população urbana, criaram necessidades de expansão da produção agrícola. Nesse momento, ocorre a integração maior entre os mercados inter-regionais, ocasionando o aumento da produção agrícola. Essa produção agrícola, vinha atender ao setor industrial urbano do Sul e Sudeste. Essa integração, entre os mercados, auxiliou o acúmulo de capital de ambos setores, mostrando a ligação orgânica do setor produtivo moderno e o setor produtivo tradicional.

⁽¹⁴⁾ MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições agrária no Brasil. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo, 1975.

TABELA N.º 10

Participação dos Principais Produtos Exportados Conforme o Percentual do valor de Exportação Goiás 1928-1932

Produto	ANO						
Froduto	1928	1929	1930	1931	1932		
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
GADO	58,0	45,1	46,2	35,5	33,3		
ARROZ	17,7	30,2	26,6	23,4	13,5		
CAFÉ	6,2	6,7	7,0	16,0	14,0		
CHARQUE	3,4	4,2	6,1	8,3	17,1		
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

FONTE: Relatório do Dr. Pedro Ludovico Teixeira (1930-1933)

Pela Tabela N.º 10, podemos perceber a importância dos produtos primários na balança de exportação de Goiás. A pecuária é, numericamente, o produto mais importante de exportação. Porém, outros produtos também demonstram o crescimento. Esse crescimento, confirma que a produção de Goiás, visava ao abastecimento dos centros urbanos e industriais e a eles estavam interligados na divisão interna do trabalho.

Entretanto, para a dinamização da agricultura das regiões "novas", era necessário a existência de um pólo coordenador. A construção de uma nova capital, Goiânia, desempenhou esse papel na coordenação do processo de expansão do capitalismo no espaço do Goiano.

Goiás experimentou neste período, a integração e dinamização de sua economia, com o mercado inter-regional. O Estado, nesse processo de inserção

no mercado nacional, passou a receber a atração de investimento de capitais. A tabela N.º 11 (1935 a 1939), permite a demonstração desse desenvolvimento do estado, quando foram instaladas 176 indústrias, correspondendo a um crescimento na ordem de 110%.

TABELA N.º 11
Estabelecimentos Comerciais e Industriais em Goiás
(1920-1940)

Época	Estabelecimentos industriais	Crescimento (%)	Estabelecimetnos comerciais	Crescimetno
1920 a 1924	24	57,0	57	81
1925 a 1929	44	66,0	108	85
1930 a 1934	50	45,0	209	89
1935 a 1939	176	110,0	964	217
em 1940	32	9,5	425	30

FONTE: Recenseamento Geral do Brasil - 1940 - Série Regionais - Parte XXI - Goiás (In, MACHADO, Maria Cristina Teixeira - Pedro Ludovico: UmTempo, Um Carisma, Uma História. Goiânia, Cegraf - UFG., 1990. (Col. Documentos Goianos: 18)

A política da Marcha para Oeste, incentivou a expansão e modernização da economia do Centro-Oeste. Também, ocorreu a ocupação dos espaços vazios. A política de colonização atraiu um contingente populacional expressivo. Muitos vieram atrás do sonho de se obter a terra; outros, pensavam no novo mercado que se abria com a promessa do progresso e de desenvolvimento para todos. Era a conquista do Oeste brasileiro, no século XX.

Em 1941, através da intervenção do Estado, iniciou-se o processo

oficial de colonização em Goiás. Foi montada em Ceres a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (GANG). O objetivo de CANG era a fixação do homem à terra. O segundo objetivo era de promover a modernização da produção, incentivando a diversificação da produção rural. A modernização, nesse momento, era realizada pela mecanização e aperfeiçoamento de técnicas de produção.

Em 1943 foi criada a Fundação Brasil Central. Seu objetivo era o de apoiar a CANG e de estimular a produção agropecuária. O intervencionismo estatal não modificou a estrutura agrária, ao contrário, manteve-se concentradora de terra, em mãos de poucos. Na ausência de um continuísmo na política de colonização, após cinco anos, o projeto já se encontrava em decadência.

Segundo Éber Vaz, a presença da iniciativa privada nesse processo de colonização foi complemente diferente da oficial, apesar de que, no aspecto econômico, apresentam as mesmas finalidades.

"Estes projetos surtem efeitos no sentido da acumulação empresarial, mas não fixa o homem à terra, servindo, entretanto, de forte estímulo ao movimento migratório para Goiás.

Como conseqüência imediata da nova ordem estabelecida, pode-se considerar a imigração para Goiás. "Em 1940 o fluxo migratório alcançava a cifra de 119.446 habitantes, isto é, 18,9% da população total do Estado. De 1940 a 1950 passou para 23,2% da população total do Estado, alcançado a cifra de 282.450 habitantes, sendo que a taxa de imigração em 1960 subiu para 23,6%, o que em número absolutos significa aproximadamente 461.619 pessoas." (15)

A "Marcha para Oeste" significou a política da integração de mercado,

⁽¹⁵⁾ VAZ, Éber. A Modernização da Agricultura e as Relações de Trabalho no Sudoeste Goiano - a situação dos trabalhadores volantes no corte da cana (1964-1969). UFG, Goiânia, Goiás, Dissertação de mestrado, 1992.

onde a integração dos espaços regionais seguiram a lógica do padrão de acumulação capitalista que se desenvolveu a partir do Estado, onde o objetivo era garantir o desenvolvimento do setor industrial. Neste sentido, a política desenvolvida durante essa fase demonstrou mais uma vez, a intervenção do setor público na política econômica, objetivando, em última instância, garantir os interesses hegemônicos dos que controlam o processo de acumulação capitalista.

A queda do Estado Novo, em 1945, representou a interrupção do governo de Getúlio Vargas e do processo nacionalista iniciado em 1930. A saída de Vargas, refletiu em Goiás. Pedro Ludovico deixou o poder, já que este tinha sido indicado (1937/45) pelo Governo Federal.

Assim, em 1945, ocorreria mudança na esfera do poder Federal. Eurico Gaspar Dutra, foi eleito e implantou durante o seu governo o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), representando a primeira política de planejamento na esfera de Estado no Brasil.

A conjuntura mundial se transformou após o final da II Guerra Mundial (1939-45). A expansão da URSS sobre o leste europeu e a expansão norte americana na Europa, através do Plano Marshall e da Doutrina Truman, ocasionaram o aumento das contradições entre essas duas grandes potências: era o início da Guerra Fria. A Guerra Fria, política desenvolvida no pós-guerra, representou o choque entre dois blocos de poder: Capitalismo x Socialismo

A ascensão soviética foi contrabalançada pelos Estados Unidos. O velho Império Europeu deu lugar a duas grandes potências, à frente das respectivas

esferas de influência, passavam a dar a cartas no jogo político internacional.

O Brasil, inserido no bloco capitalista foi cooptado pelas idéias americanas, onde o planejamento político e o econômico davam o novo tom ao desenvolvimento. Além do mais, a transferência de tecnologia para os países onde o capitalismo não se encontrava envolvido, foi fundamental na legitimação da instalação de multinacionais. O intervencionismo já havia sido inaugurado por Vargas, e foi ampliado a partir de 1945, com o planejamento econômico e a intervenção maior do Estado no processo de modernização e o aumento da integração dos mercados interligados.

3. A Era do Planejamento

Hobsbawm em seu livro "Era dos Extremos", analisando os anos dourados do mundo pós Segunda Guerra Mundial, chama atenção para o "Grande Salto" realizado pelas economias. Para esse historiador, o que explica esse momento da história é a reorganização da economia capitalista, sua globalização e internacionalização.

"(...) o mundo industrial, claro, se expandia por toda parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no "Terceiro Mundo". (...) A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. (...) A produção de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e o que é mais impressionante, o comércio mundial de produtos aumentou dez vezes." (16)

Se a nível econômico tivemos o desenvolvimento da tecnologia como fator de proporção, no nível político, presenciamos o desempenho do *Planejamento* como fundamental. O Estado recebeu cada vez mais justificativa técnica para o processo de intervenção na economia. Os planos econômicos marcaram os governos brasileiros seguintes.

A América Latina ficou sobre a influência dos EUA e do interesse do capitalismo internacional. A nova divisão internacional do trabalho ocasionou a transferência das transnacionais (muitas vezes conhecidas como multinacionais), para essas economias potencialmente ricas em matéria-prima e mão-de-obra barata.

Apesar de o presidente Dutra negar, num primeiro momento, o intervencionismo do Estado aos moldes do Estado Novo de 1937, logo depois

⁽¹⁶⁾ HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos, o breve século XX 1914-1991. 2ª edição, 3ª impressão, São Paulo, Ed. Cia. das Letras, 1996. pp. 256/7.

assumiu a política de intervencionismo, pois, a fórmula liberal ocasionou perda das reservas cambiais acumuladas durante o governo de Vargas.

O Plano SALTE é o sinal do intervencionismo do Estado na economia. Este visava realizar o processo de modernização da economia nacional, de uma forma planejada e controlada.

A situação do Brasil no plano financeiro era favorável, pois acumulara divisas no exterior, resultantes das exportações nos anos de guerra. Apesar disso, a política liberal acabou fracassando. Neste sentido, a política econômica adotada pelo o novo governo, surgiu sobretudo como resposta aos problemas da balança de pagamentos e de inflação, mas acabou por favorecer o avanço da indústria. O planejamento econômico realizado por esse governo acabou permitindo resultados expressivo no plano econômico. Entre 1948 e 1950, o PIB (Produto Interno Bruto), acabou registrando uma variação de crescimento de 8%. Isso abrange o setor agrícola e industrial, incluindo serviço de intermediação como comércio.

というできたれると意味がないのでは、世界の生物のでは、からないのできませんできません。これでは、これのできないできます。「まます」

O capitalismo, em seu movimento de integração dos mercados interregionais e de reprodução/ampliação de acumulação de capital, manteve uma estreita relação com a composição do jogo de interesses dos vários grupos presentes na sociedade brasileira. Assim, o desenvolvimento da economia nacional atende às várias facções, que são: os setores oligárquicos não vinculados diretamente ao setor agro-exportador, as camadas médias urbanas e da burguesia ligada ao setor industrial e as camadas urbanas em desenvolvimento. Além das classes tradicionais.

Assim, podemos perceber que a última fase da "Marcha para Oeste", foi realizada durante o governo de Juscelino Kubitschek, quando foi retomada a política de integração territorial, através da construção da rodovia Belém-Brasília. A construção dessa rede rodoviária permitiu ao estado de Goiás, realizar uma integração com suas próprias micro-regiões, antes afastadas pela ausência de via de acesso e, ao mesmo tempo, permitiu a integração maior de Goiás com outras mercados inter-regionais.

A construção das estradas federais no Centro-Oeste, cortando e ligando as localidades, possibilitou a integração entre as micro-regiões, formando uma unidade regional do estado, até então, inexistente. A construção da estrada Belém-Brasília, permitiu um "salto" na integração de Goiás ao capitalismo, tanto interno, como inter-regional. Essas idéias são compartilhadas por Bertran e Barsanufo, respectivamente.

O avanço dos meios de transportes, colaboraram para uma maior integração do mercado nacional. Todavia, esse mercado unia diversas economias de ritmos diferentes de desenvolvimento. O capitalismo nacional se relaciona com setores tradicionais. Essa relação não significa a destruição desses setores tradicionais, ao contrário, o capitalismo estimula sua permanência e se nutre de sua existência.

Goiás, dentro desse processo de desenvolvimento, estimulou o desenvolvimento do setor industrial. Só que, esse setor, não concorreu como setor de indústria do Cento-Sul, pois essa indústria, voltou-se para a transformação da matéria-prima agrícola. O capital investido nessa indústria goiana era proveniente do próprio setor agrícola.

Observamos que a economia goiana se subordinou à economia nacional. A nível nacional priorizou-se o investimento nos setores da indústria e comércio, sendo a agricultura a ela subordinada. A especialização regional surgiu como alternativa para os investimentos dos próprios capitais regionais, onde sua possibilidade de acumulação está diretamente ligada à acumulação nacional.

4. O Sudoeste se Transforma: A Expansão e Integração do Sudoeste no Mercado Brasileiro

A migração para o estado de Goiás, ocasionada pela "Marcha para Oeste", contribuiu para o aumento da taxa populacional do setor urbano. Este movimento ocasionou a formação de núcleos urbanos, que logo se desenvolveram e emanciparam-se política e administrativamente de suas sedes.

A Lei n.º 311, de 2 de março de 1938, realizou uma reavaliação administrativa e territorial das regiões brasileira, permitindo a subdivisão dos municípios existentes. No Sudoeste Goiano em 20 de outubro de 1948, surge o município de Santa Helena. Esse novo município foi desmembrado de Rio Verde, com uma área de 1.053 km².

"Sua ocupação se dá de forma bastante intensa, de modo que em 1943 já era instaurado o Distrito. No começo da década de 1940 a extinta Fundação Brasil Central iniciou considerável movimento migratório na comunidade, com a construção da então Usina Sul Goiana S/A, que a partir de 1964 passou a ser denominada Usina de Santa Helena de Açúcar e Álcool S/A. A Usina surge a partir de um programa do Governo Federal, que visava a ocupação do Oeste brasileiro, dentro da política chamada "Marcha para o Oeste".

(...) À época da emancipação os principais produtos do então município eram rebanho bovino, com seu efetivo de 14.648 cabeças, o milho e o arroz, com cerca de 6,9 mil toneladas anuais. (18)

Na sequência, foram criados os seguintes municípios: Santa Rita do

1

Araguaia (12.10.1953), Serranópolis (14.11.1958), Aporé (14.11.1958), Portelândia (14.11.1963), Murilândia (14.11.1963).

Essa divisão administrativa e política é reflexo do aumento populacional, ocasionado pela expansão das fronteiras agrícolas e da política federal de dinamizar o desenvolvimento econômico regional do interior do país.

A região do Sudoeste do estado de Goiás, cresceu proporcionalmente com a queda da região servida pela estrada de ferro, que sentiu o esgotamento do solo. Além do mais, o desenvolvimento das estradas de rodagem possibilitou que a região do Sudoeste tivesse um maior contato com a região do Triângulo Mineiro. Além da transferência da capital ter ocasionado uma integração com o Sudoeste goiano.

O avanço das fronteiras agrícolas no estado de Goiás, colaborou para o aumento da produção agrícola. Esse fato exigiu a reestruturação do espaço agrícola interno do estado. O Sudoeste foi solicitado a participar com suas áreas ainda virgens.

Em contrapartida, nas "velhas" áreas de agricultura, da região localizada na linha dos trilhos da estrada de ferro, observou-se o avanço das pastagens. O esgotamento do solo levou ao avanço das pastagens sobre as lavouras. Isso significa a maior especialização da economia goiana dentro da divisão regional do trabalho. Esse acontecimento foi designado pelo professor Itami como a "pecuarização da lavoura". Segundo Barsanufo:

"() processo de pecuarização da lavoura, mais que um simples recurso de redução de custos na formação de pastagem e de

riscos nos investimentos no campo, era um indicio evidente de crise na produção agrícola regional. Fatores anteriormente apontados como as constantes quedas dos preços agrícolas, os custos de transportes e o esgotamento do solo, desestimavam a atividade produtiva e até mesmo inviabilizavam a produção agrícola comercial, sobretudo nas regiões consideradas "velhas", de ocupação mais antiga em áreas mais isoladas do Estado." (19)

TABELA Nº 12
Crescimento da Área Total dos Estabelecimentos
(%) Região do Sudoeste

PERÍODO	1940-60	1960-70
LAVOURA	247,90	172,09
PASTAGENS	-35,17	8,00
MATAS E FLORESTAS	-54,55	-24,24

FONTE: IBGE, Censo Econômico 1940, 1950, 1960, 1970

Em relação ao Sudoeste Goiano, não existiu um único modelo de desenvolvimento dos municípios. Para cada município existiu uma realidade, o que demonstra as especificidades de cada um. Entretanto, no aspecto geral, todos sentiram um momento de retração ou de expansão econômica de acordo com avanço ou recuo do comércio inter-regional.

⁽¹⁹⁾ BORGES, Barsanufo Gomides. Op. Cit. p. 237.

TABELA N.º 13

Crescimento da Produção Agropecuária (%) Região Sudoeste

PERÍODO	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
ARROZ	366,9	161,77	71,96	-52,8
FEIJÃO	94,79	114,12	-52,63	-63,76
MILHO	72,52	-45,13	163,96	143,99
BOVINO	25,72	-4,48	62,51	57,62

FONTE: Censos Econômicos, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, Anuário Estatístico 1990, e SEPLAN, Leventamento Sócio-econômico do Estado de Goiás, 1994.

O setor agrícola, segundo dados da Tabela N.º 13, teve um crescimento comparado ao setor da pecuária, principalmente até ao final da década de 60. Segundo Vilma de Fátima Machado,

"Entre 1940 e 1950, houve, em termos do Estado de Goiás, um crescimento em torno de 317,31% na produção de arroz, 217,56% na produção de feijão, 51,31% na produção de milho e de 13,38% no efetivo bovino total, enquanto que, na região Sudeste, estes valores foram de 366,90% para o arroz, 94,79% para o feijão, 75,52% para o milho e de 25,72% para o efetivo bovino, respectivamente. Para o período de 1950 a 1960, o crescimento da produção de arroz e feijão, na região do Sudoeste, continua acima daquela alcançado pela produção desses grãos no Estado como um todo. A produção de milho e o efetivo bovino sofrem uma redução de 45,13% e 4,48% respectivamente, ficando abaixo do significativo acréscimo de 39,87% na produção de milho e dos 44,29% do efetivo bovino conseguidos pelo Estado" (20)

A análise realizada acima aponta um crescimento da produção na região

⁽²⁰⁾ MACHADO, Vilma de Fátima. Sudoeste de Goiás: Desenvolvimento Desigual. Goiânia, ICHL/UFG, Dissertação de Mestrado, 1996. p. 60.

do Sudoeste. Isso não está relacionado com uma mudança nas técnicas de produção. A expansão da fronteira agrícola, a expansão da demanda interna com o crescimento populacional e urbano ocorrido nos últimos anos em Goiás, e principalmente o solo virgem da região, favoreceram o crescimento da produção nessa região. Porém, foi uma expansão extensiva, horizontal, pouco implicando em aumento de produtividade, oriundo de utilização de tecnologia.

Por outro lado, as oscilações sofrida no setor urbano industrial da região do Cento-Sul, são responsáveis pela reorganização da produção de Goiás e do Sudoeste do Estado. A integração dos mercados, como já foi dito, colaborou para o aumento da demanda e, por conseguinte, para o aumento da produção do Sudoeste.

As áreas tradicionais ocupadas pela pecuária, como em Jataí, perduraram até os anos 80, quando a soja se expande no município. É outro momento, onde a produção não mais visa à demanda do mercado interno, sendo agora sua produção absorvida pelo mercado externo. Ocorre, então, uma nova reorganização do espaço agrário adaptando-se aos interesses internacionais.

O momento conjuntural é favorável ao capital internacional, que, em melhores condições de competitividade, apodera-se do mercado através do fornecimento da tecnologia. Esse domínio retrata a forma de desenvolvimento desigual do nosso desenvolvimento em relação ao capitalismo internacional. A opção do desenvolvimento populista realizada no passado foi abandonado. Agora nos inserimos em um modelo de desenvolvimento onde a economia nacional se subordina aos interesses do capitalismo internacional.

O Estado Brasileiro, mais uma vez, participa como agente deste processo, responsável pelo financiamento, permitindo a modernização da economia das áreas não atendidas pelo avanço da modernização. O financiamento está ligado à absorção da tecnologia do setor industrial pelas regiões em processo de desenvolvimento. Esse Modelo de desenvolvimento é um modelo conservador sem nenhuma mudança estrutural e altamente privilegiador de uma elite latifundiária.

5. A Onda de Modernização avança em Goiás

TABELA N.º 14
Goiás/Brasil: Evolução da Utilização de Tratores
1950 - 1980

ANOS	OS (nº/ha)		LAVOURA TRATOR(ha)		ESTABELECI- MENTO TRATOR(ha)		PESSOAL OCUPADO TRATOR(ha)		TRABALHA- DOR(lia)	
	GO	BR	GO	BR	GO	BR	GO	BR	GO	BR
1950	89	8.372	5.224	2.281	716	246	3.363	1.313	1,55	1,74
1960	1.349	61.324	733	468	82	54	370	256	1,98	1,83
1970	5,692	165.870	287	205	25	30	96	106	2,98	1,93
1975	13.634	323.113	188	124	11	15	50	63	3,70	1,97
1980	26.875	530.691	199	87	5,7	10	29	40	4,15	2,17

FONTE: Censos Agropecuários.

A agropecuária goiana, sobretudo nos últimos 20 anos, experimentou um inusitado processo de modernização, com a ampliação do uso da maquinaria e insumos agrícolas, facilitada pela instalação e implementação da indústria de tratores no Brasil (ver capítulo I).

A racionalização da produção buscou elevar a composição orgânica do capital (relação entre o capital constante e capital variável), tendo como objetivo a manutenção da taxa de acumulação interessante.

A tecnologia imposta ao campo, pelo complexo agroindustrial, é, portanto, uma resultante da procura da redução do tempo de trabalho e do tempo de produção, que constitui o caminho para a extração de excedentes. Mas, é também uma decorrência da luta entre o capital e trabalho, no centro do

sistema capitalista, motivando a geração de máquinas e equipamentos e visando a aumentar a produtividade, reduzindo a massa global de salário.

Em Goiás, devido ao baixo preço da mão-de-obra, foi necessário subsidiar a introdução da máquina, como forma de se expandir a economia capitalista no campo.

Enquanto o crescimento de tratores no Brasil foi de 12,33% ao ano, entre 1970 e 1980, em Goiás, durante o mesmo período, o crescimento foi 16% ao ano. Esse dado demonstra a expansão do uso de nova tecnologia e, por conseguinte, a inserção da produção rural em novas estruturas de produção.

Em Goiás, a relação estabelecimento/trator baixou de 716 em 1950 para 5,7 em 1980, enquanto que no Brasil a queda foi de 246 para 10. Em termos de produtividade, em 1950 cada trabalhador rural respondia por 1,55 ha, mas em 1980, essa relação subiu para 4,15.

O número de tratores em Goiás, era de 89 em 1950. Em menos de 20 anos subiu para 5.692 e posteriormente chegou na marca de 28.875 tratores. Isso demonstra a ligação entre o centro industrial e o mundo rural, onde o barulho da máquina vem substituindo os arados de tração animal. Da mesma forma que a velha viola caipira dá lugar ao som elétrico das guitarras das duplas sertanejas.

A expansão das máquinas na região do Sudoeste Goiano é reflexo da expansão da soja, que é voltada para o mercado externo. E a produção para o mercado internacional exige uma reformulação estrutural da lavoura. Assim, o uso dos arados mecânicos, máquinas de plantio e de colheita são necessários,

pois as velhas formas de produção não são mais condizentes com a nova realidade.

A região experimenta, a partir da expansão da soja, um significativo desenvolvimento econômico, parte vinculado às transformações da estrutura produtiva exigidas por esta lavoura e parte em função do próprio avanço do sistema capitalista na economia nacional, do desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, enfim como resultado de uma integração maior entre as regiões industrializadas do Sudeste do Brasil e as demais regiões do país, através da circulação de novos produtos em quantidades maiores e, juntamente com eles, novos padrões de hábitos e consumo". (21)

A transformação na região específica do Sudoeste Goiano já vinha se processando havia tempo. No entanto, foi com a inserção da produção dessa região no mercado internacional que as transformações passam a ser fundamentais. Ocorre o avanço nos meios de produção e o uso de tecnologia na camada goiana.

A partir das décadas de 70/80 as transformações se aceleraram e ocorre o processo de urbanização, demonstrando uma tendência de movimento campo/ cidade.

(21) MACHADO, Vilma de fátima. Op. Cit. p. 105.

TABELA N.º 15

Crescimento Populacional no Sudoeste de Goiás (%)

População	1950-60 1960-70		1970-80	1980-91	
TOTAL	27,89	49,83	23,69	16,36	
Urbana	173,75	143,40	53,19	57,14	
Rural	2,96	7,29	-6,73	-52,71	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Demográfico

A Tabela N.º 15 demonstra que, a partir da década de 70, a população urbana teve um crescimento de 53,19%, enquanto que na mesma época a população rural sofreu um decréscimo de 6,73%.

O decréscimo da população rural é resultado do processo de modernização que ocorre nessa região. Este movimento, por sua vez é reflexo da destruição das velhas formas de produção e da conseqüente expulsão do homem do campo. O crescimento da urbanização e a expansão da modernização da agricultura na região do Sudoeste Goiano, proporcionaram o crescimento das atividades ligadas ao comércio.

O setor terciário, que se encontrava em expansão desde a década de 40, amplia-se nas décadas seguintes. Vejamos a Tabela N.º 16:

TABELA N.º 16

Crescimento do Número de Estabelecimentos na Indústria, Comércio e Serviço no Sudoeste de Goiás 1940 a 1985

Estabelecimento	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-85
Comércio	54,74	70,75	299,44	15,14	-14,47
Indústria	84,00	245,65	126,41	45,55	-17,55
SERVIÇO	-	440,0	201,23	134,97	-54,24

FONTE: IBGE

TABELA N.º 17

Goiás: Participação Relativa dos Setores na Renda Interna
1939/1982

ANOS	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
1939	70,36	5,78	23,86	100,00
1959	59,15	5,60	35,25	100,00
1982	20,0	18,90	61,10	100,00

FONTES: FGV e IPES-GO

TABELA N.º 18
Arrecadação de ICMS por Setores da Economia na Região
Sudoeste (%)

Setores	1973	1980	1985	1987	1989	1991	1993
Agricultura	50,15	46,47	24,25	20,91	24,89	14,00	16,39
Pecuária	14,58	14.71	24,06	18,96	20,52	11,99	15,77
Comércio	31,00	38,81	36,75	40,31	40,70	35,34	45,38
Indústria	3,98	-	14,93	19,80	13,88	31,17	32,75

FONTE: SEPLAN, Levantamento Econômico do Estado (In Vilma de Fátima Machado, Op. cit. p. 108.)

O desenvolvimento do setor industrial e a redivisão do trabalho regional foram marcos no processo de modernização do Brasil. No capítulo I, analisamos a relação entre o setor industrial e o setor rural, não como setores contraditórios, mas sim como complementares. Seguiremos nossa análise defendendo essa tese.

Nesse momento, estamos vendo, na prática, como o desenvolvimento industrial ocorrido no eixo Centro-Sul ocasionou transformações nos mercados a eles ligados. Essas mudanças são resultados do avanço das relações dinâmicas que o capialismo reúne, no espaço brasileiro.

Mesmo a renda sendo gerada no meio rural, a acumulação de riqueza acumula-se no meio urbano. Uma visão setorial da renda em Goiás 1939/82, demonstra que o setor primário perdeu gradativamente posição para o setor terciário, embora saibamos que a formação de riqueza do estado se encontra na agropecuária. Como podemos explicar tal fato?

A crescente inserção da agricultura goiana no complexo agro-industrial, a ligação desse setor ao setor industrial, através da aquisição de máquinas, implementos agrícolas, insumos, etc, e a venda da produção 'a agroindústrias permitem a inversão setorial de renda dos setores.

Como os insumos comercializados são produzidos por indústrias de grande porte, localizadas fora do estado, e são elas os responsáveis pela ativação do segmento comercial, isso promove a ativação do setor terciário. As relações intersetoriais variam de acordo com as condições históricas concretas da economia regional. Assim, podemos concluir que uma economia regional, voltada para a exportação de bens primários, acaba por ter um setor terciário com dimensões desproporcionais, ocasionando o avanço da modernização no campo e, automaticamente, liberando a mão-de-obra.

"A desproporcionalidade do terciário se dá também em razão do caráter subordinado da economia regional à dinâmica de acumulação a nível nacional, à media em que a colocação na periferia dos excedentes produzidos no centro hegemônico do Centro-Sul, há de ser realizada através da comercialização — não é por acaso os segmentos comércio e comunicações e transporte são os mais dinâmicos no conjunto terciário. Neste caso, os centros urbanos regionais periféricos (Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Itumbiara etc) — espaços privilegiados para o inchamento do terciário — constituemse em autênticos entrepostos comerciais coletores dos excedentes agropecuários produzidos a nível regional e repassadores dos bens elaborados oriundos do Sudeste. Essa divisão inter-regional do trabalho cumpre a função de facilitar a rotação do capitalmercadoria. Por isso, são os segmentos comércio e transportes os que mais crescem." (22)

O Sudoeste goiano se insere nesse contexto, com o processo de modernização que a agricultura sofreu na década de 70, quando a produção

\

⁽²²⁾ BENVINDO, Francisco Martins. *Perspectiva da economia goiana*. In: Revista Goiana de Economia 18º Região, Goiânia, Goiás. p. 25.

dessa região voltou-se definitivamente para o mercado externo.

Consequentemente, o padrão de acumulação se modificou com o avanço da tecnologia e a formação da agroindústria. O processo de urbanização se dinamizou e o setor terciário se expandiu. A tendência foi de predomínio desse setor sobre os demais.

As cooperativas e agroindústrias, na região, associadas às características da produção de soja, conferem ao Sudoeste Goiano uma certa peculiaridade, sendo uma das áreas mais dinâmicas no processo de reprodução do capital, em termos de economia regional e até na esfera nacional. Segundo Vilma Machado:

"As mudanças que vão se processando no Sudoeste, acentuadamente após o início da década 70, não atingem de forma homogênea todos os municípios. No processo de inserção nesta nova estrutura produtiva, que foi se construindo a partir da soja, na forma em que ele foi se realizando em cada município, reside um dos mecanismos mais ativos de criação ou reiteração do desenvolvimento desigual na região" (23)

Dentro dessa desigualdade e especificidade é que estudaremos o município de Chapadão do Céu. Ao analisarmos essa micro-região, buscaremos compreender essas especificidade. Apesar de ser um município recente, possui altas taxas de desenvolvimento e modernização. A produção, em sua maioria, está voltada para o abastecimento do mercado externo através da produção de soja.

⁽²³⁾ Idem. p. 108.

CAPÍTULO III

CHAPADÃO DO CÉU: UMA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO

O município de Chapadão do Céu é o enfoque desse capítulo. Esse município está localizado no extremo do Sudoeste Goiano, fronteira com o Mato Grosso. O território goiano vem sofrendo nos últimos anos uma fragmentação espacial, seja, através da criação de novos municípios autorizada pela Assembléia Legislativa Estadual, seja com, a criação do Estado do Tocantins aprovada pela Constituição Federal.

Atualmente, o Sudoeste Goiano é formado pelos seguintes municípios: Caiapônia, Jataí, Serranópolis, Portelândia, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Chapadão do Céu, Santa Rita do Araguaia, Aporé, Castelândia, Aparecida do Rio Doce, Santo Antônio da Barra, Palestina de Goiás, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Dorvelândia.

Em relação ao estudo de Chapadão do Céu, destacaremos o processo de implantação desse município e a ação da família Rodrigues da Cunha. O mentor e investidor, responsável pela emancipação do Chapadão do Céu, Alberto Rodrigues da Cunha, bem como sua companheira Nadir Garcia Barbosa são da família tradicional Garcia Leal, de Santana do Paranaíba (MS), fundadores de várias cidades no eixo Minas-Goiás-Mato Grosso.

Alberto Rodrigues da Cunha, após herdar de sua mãe Amélia Garcia de Freitas, as terras de aproximadamente 250 mil hectares, em posse família desde 1896, ele iniciou um processo de desenvolvimento dessas terras que efetivou

a fundação do município de Chapadão do Céu. Esse processo de desenvolvimento e/ou modernização foi possível devido a expansão do capitalismo nessa região, a partir da década de 70.

É dentro desse contexto do avanço do capitalismo que procurarei demonstrar a ação dessa família tradicional dos Rodrigues da Cunha, principalmente no tocante à interferência que essa família teve no processo de modernização. Por outro lado, defendo que essa modernização não significa rompimento com práticas e ações tradicionais.

1. A História Regional e a Família

A história regional em Goiás é marcada por um conjunto de obras sobre a influência das famílias dominantes no processo político regional. Assim, encontramos trabalhos como o de Maria Augusta Sant'ana Moraes: "História de uma Oligarquia: Os Bulhões", Maria Luzia Araújo Rosa: "Dos Bulhões aos Caiados" e de Maria Cristina Teixeira Machado discutindo Pedro Ludovico: "Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma História".

A nível nacional novos trabalhos foram realizados nesse viés da história. Esses trabalhos possuem novas perspectivas de análise. Exemplo é o trabalho de Eduardo Silva, "Barões e Escravidão", onde através da análise de três gerações de fazendeiros, pegando como eixo a família Peixoto de Lacerda Werneck, o autor consegue discutir a questão do fim do escravismo no Brasil Império e a adaptação dessa família às novas necessidades históricas emergentes com o novo regime republicano.

Eduardo Silva, através de um estudo de caso, consegue discutir questões cruciais de ordem mais global através da análise de um específico.

"Esta história regional centrada no estudo, às vezes minucioso, mas sempre à luz de um quadro teórico mais amplo, de uma mesma família, pode, portanto, reservar alguma importância para o aprofundamento da história econômico-social do Brasil." (1)

Outro trabalho de grande importância foi realizado por Maria Auxiliadora Lemenhe: "Família Tradição e Poder, O (caso) dos coronéis", onde é analisado a família dos Bezerras de Menezes, através de uma história de longa duração. Esse trabalho constata que as regiões periféricas do centro econômico da economia nacional, são marcadas pela presença de grupos, que se organizam através de uma rede de parentesco, de "amizades políticas" e garantindo a manutenção da família no poder. A abordagem da permanência política de grupos familiares no poder conquista espaço para a questão da tradição, da herança política. A autora, através do uso de um instrumental weberiano de dominação tradicional e patrimonial, consegue realizar um belíssimo trabalho.

"A longa existência da família, que se reproduziu por sucessivas gerações ao reiterar o sobrenome original e construir e veicular sua própria história, tem como conseqüência a naturalização da qualidade de "família tradicional" (2)

O trabalho de Lemenhe é bastante interessante, porém, como a maioria dos historiadores que trabalham com a história regional, acaba utilizando a

⁽¹⁾ SILVA, Eduardo. Barões e Escravidão, três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista. Rio de Janeiro, 1984, Ed. Nova Fronteira/Pró Memória, I.N.L., p. 23).

⁽²⁾ LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família Tradição e Poder, O (caso) dos Coronéis, Annablume. Ed. São Paulo, 1996. pp. 50.

concepção de dependência, onde supõe que existe um centro, e, à sua volta existe áreas periféricas e seu desenvolvimento é reflexo da mudança dos estímulos do centro. Hoje essa visão já esta superada e bastante refutada.

Recentemente o trabalho realizado por Miriam Bianca Amaral Ribeiro: "Memória, Família e Poder: História de uma Permanência Política- Os Caiados em Goiás", trouxe novas colaborações. Esse trabalho, tornou-se referência para novos estudos sobre a permanência política de família no poder regional. A autora utiliza os fundamentos teóricos de Pierre Bourdieu e trata a questão da permanência através dos conceitos de "história objetivada" e "história incorporada"

"Para manter a história objetivada, para atuar e permanecer na cena política, é preciso incorporar e deixar-se incorporar pelo conceito construído pela familia sobre o que significa, em termos de privilégios e responsabilidades, ser um Caiado. Possuir grandes propriedades da terra, por exemplo era fundamental: sem Caiados aptos a assumi-las, entretanto, a condição de proprietários de terras perderia o caráter político que tem na história e na memória da familia." (3)

A temática família se encontra na ordem do dia nas análises acadêmicas, onde a concepção de família é entendida enquanto entidade concreta. Essa entidade permite reflexões acerca do processo histórico. No entanto, a maioria dos trabalhos analisa a família através de sua interferência política sem contudo captar a interferência econômica dessa família.

⁽³⁾ RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *Memória, Família e Poder: História de uma Permanência Política- Os Caiados em Goiás.* Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Goiás/ ICHL. Goiânia, 1996. p.18.)

Neste capítulo, procurarei demonstrar como na prática uma família intervém no processo de transformação dos meios de produção. Essa interferência corresponde à forma com que a mesma se sintoniza com as necessidades de acúmulo do capitalismo em uma determinada área. No caso aqui analisado, o município de Chapadão do Céu.

Essa família, possui uma história de longa duração na região do extremo Sudoeste Goiano, estando ali presente há pelo menos 160 anos. Ao longo desses anos, ela vem se reproduzindo e produzindo a história. A história dessa família se mistura com a própria história da região. Entretanto, diferentemente de outras famílias que exerceram e exercem interferência na história regional e nacional, essa não possui essa gama de influência. Evidente que foi, e ainda é, influenciada pelas transformações ocorridas nas estruturas regional e nacional.

Ao longo da história regional e nacional, os descendentes dessa família acompanharam as transformações estruturais ocorridas no país. A adaptação aos novos tempos exigiu que essa família se modificasse e acompanhasse as mudanças de ordens gerais pela quais passou o país e, consequentemente, o próprio estado.

Nesse trabalho, especificamente neste capítulo, procurarei analisar o momento de transformação dessa família e seu processo de interferência no processo de modernização ocorrido no município do Chapadão do Céu, na década de 80.

Uma das hipótese desse trabalho é provar que apesar das transformações sofrida por essa família e sua interferência no processo de avanço

dos meios de produção, ela manteve a tradição (4)

Apesar da modernidade, os Rodrigues da Cunha mantiveram os valores do tradicionalismo. Isso demonstra que o capitalismo não exige que os valores tradicionais sejam destruídos para a sua reformulação, entendida aqui como o processo de modernização. Ao contrário, às vezes, ele se utiliza desse tradicionalismo.

Para a análise desse trabalho utilizei a concepção da lei do desenvolvimento desigual do capitalismo. Essa concepção parte da premissa de que "as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico" (5)

"Lefebvre entende que a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento histórico decorre do desencontro que na práxis faz o homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela, não a torna senhor do que faz. Sua obra ganha vida própria, torna-se objeto e objetivação que subjuga em renovada sujeição o seu sujeito. A formação é econômica e social porque abrange simultaneamente esses dois âmbito da práxis: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social). (6)

Dentro desse contexto, do desenvolvimento desigual do capitalismo, ao realizar transformações em áreas até então não muito desenvolvida, exige-se uma certa transformação na forma da racionalidade da relação homem X capital. Dentro dessa racionalidade de produção é que se dá o processo de modernização

⁽⁴⁾ Tradição esta subentendida como tudo aquilo que não é pertencente ao processo de modernização.

⁽⁵⁾ MARTINS, José de Souza. (ORG.) Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo, 1996, Ed. Hucitec, p 17.

⁽⁶⁾ Idem, p.19.

entendido como a forma concreta de reprodução do sistema capitalista de produção. A transformação da sociedade não se realiza dentro de uma homogeneidade, pois, nem sempre essas transformações significam transformações nas estruturas tradicionais.

2. Os Pioneiros: "O Sertão dos Garcias"

No do século XIX, ocorreu a instalação e formação do Estado Nacional brasileiro. Nesse momento, pioneiros buscaram a conquista das terras no Oeste. Entre esses pioneiros encontramos José Garcia Leal (capitão das milícias) alferes Januário Garcia Leal, João Pedro Garcia Leal e Joaquim Garcia Leal.

Esses homens vislumbraram a possibilidade de se apossarem de terras na região do Oeste, região habitada pelos índios Kaiapó. Para isso, formaram uma expedição com capital próprio, partindo de Minas Gerais para as terras do outro lado do Paranaíba.

Assim, em 1831 os irmãos Garcia e outras pessoas partiram para o Oeste. Após a conquista do território, fundaram fazendas e se dedicaram à criação de gado, na imensa região dos chapadões. Essas terras eram verdadeiros campos naturais.

Em 1835, surge o povoado de Santana do Paranaíba, hoje, município de Paranaíba (MS), À medida que se passava o tempo novos elementos chegavam na região e o espaço foi sendo transformado pelo homem.

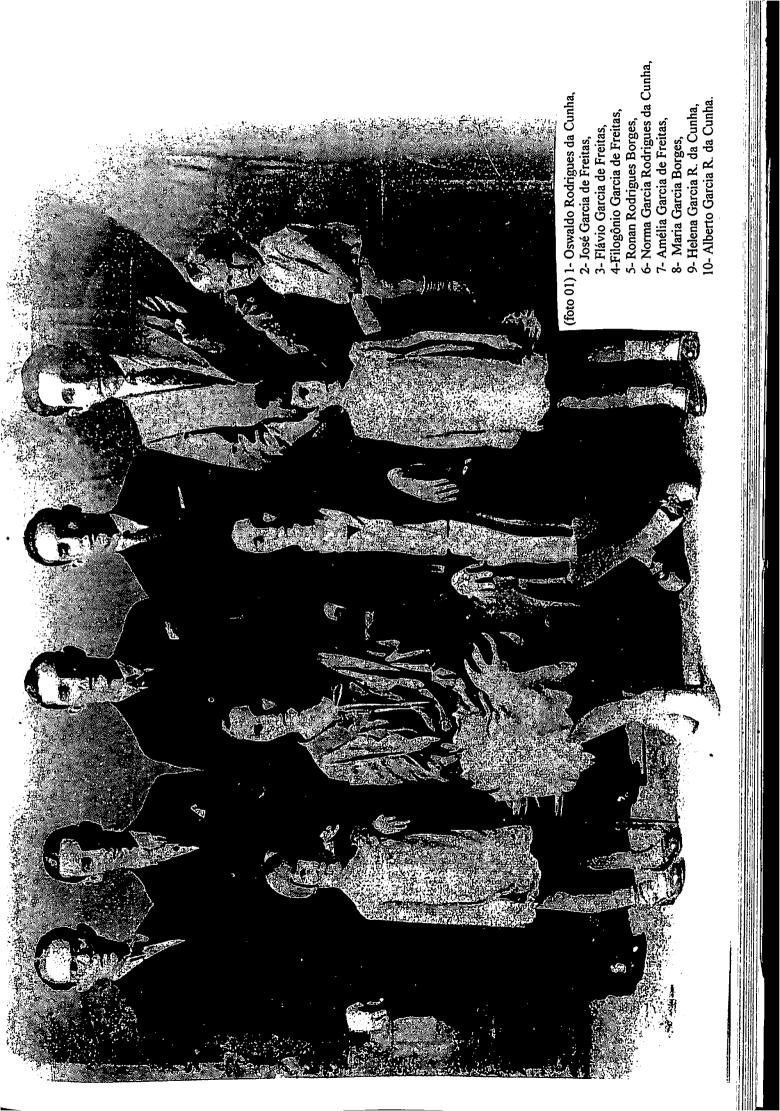
Devido ao isolamento em que viviam esses conquistadores, a demarcação de fronteiras não era respeitada. A fronteira entre a Província de Goiás e a de Mato Grosso, região de influência dos Garcia, acabou conhecida como o "Sertão dos Garcias". O "Sertão dos Garcia" ia da cabeceira do Rio Corrente até o rio Paranaíba.

Pierre Monbeig, em seu livro "Pioneiros e fazendeiros de São Paulo", de forma bastante interessante, analisa a importância, segundo ele, dos pioneiros na transformação do espaço e a ação do espaço nos pioneiros.

"Costuma-se considerar ilimitadas as possibilidades de uma zona pioneira, por causa das esperanças que desperta. E, para simplificar, corretamente se fala de suas vantagens. Cumpre, todavia, saber exatamente que se quer dizer com isso. As vantagens que, a determinada região, conferem uma topografia sem obstáculos, clima acolhedor, solos virgens, constituem vantagens só em relação às necessidades dos pioneiros, aos seus hábitos e aos meios técnicos de que dispõem. Por mais bem dotada que seja, por mais rica que se apresente, uma zona ainda inatingida pelo povoamento moderno, é em si mesma desprovida de virtudes capaz de desencadear o avanço do desbravador e de assegurar o seu próprio aproveitamento econômico. As qualidades intrínsecas só existem na medida em que correspondem aos apelos e às possibilidades humanas." (7)

1

⁽⁷⁾ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, 1984, Ed. HUCITEC/POLIS, p. 93.



São as condições financeira precárias desses pioneiros que os levam, mesmo estando em uma região rica, a se dedicarem à criação e venda do gado. Além do pouco investimento dessa atividade, a distância dos centros consumidores inviabilizaram um desenvolvimento mais exuberante.

O isolamento do "sertão" foi a marca de toda região do Oeste brasileiro ao longo do século XIX. Ali a atividade pecuarista se desenvolveu por ser o gado autotransportável, devido a ausência de estradas.

Após 160 anos, a família Garcia ainda está presente na região, atuando na transformação do espaço. Essa ação dialética (Homem X Natureza) é a lei da transformação.

A terra passou de geração para geração, permanecendo o patrimônio sob o controle de seus membros. Atualmente, essa família se encontra na sua nona geração. Porém, como os primeiros pioneiros, seus membros ainda se caracterizam pela posse de imensas propriedades e se dedicam a atividade pecuarista, com padrões modernos.

Com o decorrer do tempo ocorrem as mudanças, e os Garcia de hoje, diferentemente de seus antepassados, modernizaram os meios de produção, absorvendo novas técnicas de produção, não só na atividade pecuarista como na agricultura. Adotaram os padrões de uma política capitalista onde a racionalidade no processo produtivo visa, em última instância, o lucro. Essa transformação não é fruto de uma pontica com amplitude social. Ao contrário, a concepção da modernização é fruto do progresso individual e individualista do capitalismo.

A força dessa racionalidade, no processo produtivo introduzido por essa família, foi reconhecida pela própria mídia, quanto o repórter Carlos Tramontina, da rede Globo em setembro de 1984, realizou uma reportagem, de abrangências nacional, com o título de "Uma família constrói uma cidade no sertão de Goiás". Segundo as palavras do repórter:

"O trabalho realizado em Chapadão do Céu é uma demonstração de crédito e esperança (no futuro do país), principalmente quando muito se fala de crise em retenção de investimentos. Lá, a visão empresarial da família Rodrigues da Cunha, que está na região há 150 anos, substituiu o medo que o brasileiro tem quando surge um espaço para a expansão, para o desenvolvimento e fé no trabalho" (8)

Assim, o resultado da ação do homem no espaço foi a transformação nas relações de produção e o avanço da mentalidade de modernização no espaço agrário na década de 80. O desenvolvimento não é uma questão de oportunidade e sim fruto do trabalho racional, onde o objetivo final é a produtividade e o lucro.

⁽⁸⁾ Entrevista do repórter Carlos Tramontina em setembro de 1984, para a TV Globo.



(foto 02) José Garcia de Freitas (Patriarca dos Garcia de Jataí)

3. A Formação de Chapadão do Céu

A construção do Chapadão do Céu é obra do senhor Alberto Rodrigues da Cunha, filho de Osvaldo Rodrigues da Cunha e Amélia Garcia de Freitas, descendentes da família dos Garcia Leal, de Santana do Paranaíba (MS). Nascido em Jataí, passou sua adolescência em Uberlândia, devido à perseguição sofrida pelo senhor Osvaldo, durante o governo Antônio Ramos de Caiado, em Goiás no final da década de 20.

Após ter cursado em Viçosa o curso de Técnico Agrícola, em 1946, o Sr. Alberto, realizou sua primeira viagem à região que hoje é o município de Chapadão do Céu. (9) O então jovem Alberto fora conhecer as terras herdadas de sua mãe. Como ele próprio nos relatou em entrevista, "na época era uma região desértica, onde existiam alguns habitantes espalhados pelas poucas fazendas existentes".

A mentalidade do jovem era de desenvolvimento. Com o auxílio de seu tio, Filó Garcia, realizou a construção de uma estrada pela Serra do Café (atual Serranópolis). Esse foi o primeiro passo para o desenvolvimento, pois, possibilitou a ampliação do relacionamento com as demais áreas vizinhas, até então inexistente.

A utilização do caminhão foi o passo seguinte. A introdução do caminhão no então Sertão, significou a diminuição cada vez mais das distâncias,

⁽⁹⁾ As terras atuais pertencentes ao Chapadão do Céu, foram pertencentes ao município de Jataí e posteriormente ao município de Aporé.

ampliando a comunicação desse sertão com outras regiões. Na década de 50, o uso da viagem a cavalo, em velho estilo boiadeiro, ainda era o recurso dos poucos moradores da região.

Aos poucos houve o crescimento patrimonial do Sr.Alberto. As terras eram adquiridas para a ampliação da atividade pecuarista. Com uma visão bastante dinâmica do processo, ele comprou uma fazenda em Andradina-SP, para o descanso e engorda da boiada que levava de Goiás. O objetivo era recuperar o gado da viagem realizada. Assim, não perdia na venda. A maioria dos pecuaristas goianos acabavam perdendo na venda do animal, devido às longas viagens que era submetida a boiada para ser vendida em Minas e/ou São Paulo.

Casado com Nadir Garcia Barbosa, teve nove filhos. Os filhos tiveram papel fundamental no desenvolvimento e construção de município do Chapadão do Céu. Para a construção do Chapadão do Céu o Sr.Alberto contou com a acessoria dos filhos, cada qual em sua área de formação. Assim, encontramos profissionais formados em agronomia, arquitetura, odontologia, magistério, medicina.

Em reportagem ao Jornal da Tarde, de São Paulo, em 18/09/89, encontramos um depoimento de Nadir Garcia (filha) que fala um pouco da participação da família na fundação do Chapadão do Céu.

"São nove irmãos... por iniciativa dos pais, Alberto Rodrigues da Cunha e Nadir, eles fundaram em Goiás uma cidade nas terras que receberam como herança da avó Amélia Garcia Cunha. Era a melhor formà de começar a exploração agrícola do lugar e valorizar as terras que há 160 anos passavam de uma geração a outra. Cada um trabalhando naquilo que conhece de melhor. (...) As mulheres e os



(foto 03) desmatamento realizado para aproveitamento da terra para agricultura.



(foto. 04) campo de soja, grande lavoura.

maridos que entraram para a familia também aceitaram o desafio. Alberto já consegue atrair 22 sobrinhos para a nova cidade. Vieram de Andradina, interior de São Paulo, para mudar a história do sudoeste goiano (...).

(...)

(...) Hoje ali existe agricultura de soja, arroz, milho, com uma produção de 5 milhões de sacas." (10)

A forma corporativa da família é interessante, pois só se encaixa nos padrões da família aqueles que participam da idéia de se construir uma cidade com "modernidade".

O nome dado ao Chapadão do Céu, foi escolhido pelo Sr Alberto. Segundo consta, esse nome é fruto de uma miragem comum na região devido à imensidão de terras planas existente. Assim, o povoado visto de longe cria a ilusão de o mesmo estar suspenso sobre a miragem de um grande lago. Com uma extensão de 300 mil hectares de planície, terra e céu acabam se unindo.

A pedra fundamental da construção do Chapadão do Céu foi lançada em 1981, com a perfuração de um poço semi-artesiano. A construção do poço serviria como a base para a execução da futura cidade. O planejamento da cidade do Chapadão do Céu foi realizado pela arquiteta Marta Garcia Cunha, formada pela Faculdade da Arquitetura e Urbanismo Mackenzie de São Paulo.

A idéia de construir a cidade foi de Alberto Rodrigues que, menos sonhador e mais comerciante, associou-se aos filhos e herdeiros para a criação de uma infra-estrutura para os que viesse explora, o cerrado.

⁽¹⁰⁾ Depoimento dado pela filha Nadir Garcia ao Jornal da Tarde, São Paulo – "No Lugar da Fazenda, Uma Próspera Cidade". 18-09-89.

Através da partilha da fazenda, destinou 420 hectares a cada herdeiro, e separou 2.500 hectares para a formação da agrovila de nome Chapadão do Céu. O projeto de urbanização foi idealizado pela arquiteta Marta Garcia Cunha.

O projeto do loteamento, que ainda permanece original, com algumas adaptações, é formado de 97 hectares de área urbana, em uma área rural de apoio com lotes de 5 a 50 hectares e ainda lotes industriais em torno de 5 hectares. O loteamento é composto de 63 quadras, sendo 44 lotes cada e 18 destinadas a área verde, "lazer", esporte, hospital... Os lotes são de 450 m² (ver mapa do loteamento).

Para a venda dos terrenos foi fundada a corretora do Chapadão do Céu, pertencente a família dos Cunhas e administrado por Paulo Rodrigues da Cunha. Assim, a cidade planejada no "Sertão", transformou-se em uma fonte de renda imobiliária para os seus fundadores. Os lotes na cidade do Chapadão do Céu, seguem o mesmo princípio de valorização das demais cidades, ou seja, os lotes no setor tradicional onde habitam os fundadores da cidade e que são os mais valorizados, os lotes da área administrativa e comercial e finalmente as áreas populares, geralmente habitadas por trabalhadores rurais/urbanos.

O posto de gasolina fundado em 1982, a Usina elétrica (Usina Oswaldo Rodrigues da Cunha), construída às margens do Rio Formoso, produzindo inicialmente 30 KVA, aumentando rapidamente sua potência para 450 KVA, abastecendo todos os moradores da cidade e o poço semi-artesiano, além da caixa d'água e por conseguinte a distribuição da mesma, são todas obras realizadas pelo Sr. Alberto e seus respectivos filhos. É fundamental percebermos que esse movimento de desenvolvimento é realizado dentro das terras dessa família. As

transformações do espaço estão plenamente dentro de um contexto mais amplo de visão de valorização das terras e progresso.

Assim, o Chapadão do Céu se constituí em mais uma das cidades construída pela modernidade, lógico dentro de suas proporções. Em menos de 6 anos, mais de 2 mil pessoas se juntaram aos Rodrigues da Cunha. O desenvolvimento da região foi tão promissor que, a luta pela autonomia política veio de forma natural. "A história do Chapadão do Céu tem como ponto de partida a determinação a visão e a ousadia da iniciativa privada fatores que tem levado àquelas terras inóspitas estrutura agrícola mão de obra especializada, trabalho e modernas técnicas." (11)

4. A Presença da Ciência

A influência do pensamento científico pode ser sentida no desenvolvimento da área de educação e saúde. A incorporação de experiências nestas duas áreas, mostra o grau de independência que se desenvolve o processo de construção da cidade, em relação ao contexto estadual.

A participação de Márcia Garcia Cunha e de Germana Sabino Cunha foram decisiva para a implementação de uma educação progressista. A escola construída com o capital do Sr. Alberto estampa em sua fachada o pensamento de seu patrocinador: "MARAVILHOSO É O CONHO QUE SE TORNA

⁽¹¹⁾ Itajaporé Jornal , Entrevista com Paulo Rodrigues da Cunha em 29 /01/1988.

REALIDADE". A realidade projetada dentro de um contexto histórico pode ser entendida com o processo de desenvolvimento que se verifica na região. As antigas fazendas, perdidas no "sertão", agora estão mais perto do mundo. Esse processo de absorção é dado pela dimensão do avanço dos interesses do capitalismo na região.

"A escola é um ponto de referência para a cidade, não só por se localizar no coração da cidade, e é o elemento principal, pois quando está fechada, a cidade se aquieta" (12)

É interessante percebermos, a nível de discurso, como a educação e a produção econômica estão juntas. A educadora Maria Amélia, em seu trabalho de fim de curso de especialização fez a seguinte colocação:

"A educação é uma questão de cidadania, além de ter relação direta com a produtividade e, portanto, com a riqueza material de um país. É necessário dar um alto valor aos recursos naturais, humanos, reduzir desperdício e conseguir maior aproveitamento.

Queremos formar cidadão, que mesmo sendo operário, saberão raciocinar, tomar decisões, avaliar a qualidade de produto, manejar sofisticadas máquinas, conhecer as regras de segurança, fiscalizar os bens públicos com participação em entidades organizadas (...)" (13)

A parte da saúde, foi exercida pela Dr^a. Germana Sabino Cunha. Casada com Paulo Rodrigues da Cunha, formou-se em medicina em Belo Horizonte, e veio, com marido, para realizar a construção da modernidade da região. O saber médico serviu para legitimar o processo de construção da modernidade.

⁽¹²⁾ Palavras de Maria Amélia Garcia Cunha.

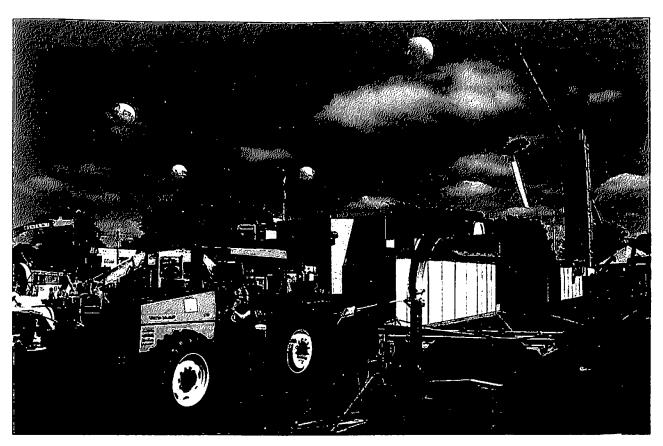
⁽¹³⁾ Trecho copiado da monografia de Maria Amélia Garcia Cunha na qualificação do curso de educação do Campus-UFG-Jataí, 1995.

Hoje, distante das dificuldades iniciais, a comunidade dispõe de serviço médicos 24 horas por dia. A Prefeitura mantém convênio com hospitais das cidades vizinhas e dispõe de uma ambulância para transportar os pacientes.

Enfim, o desenvolvimento da cidade Chapadão do Céu, é antes de tudo, fruto da realização empreendedora do Sr. Alberto Rodrigues da Cunha. Essa ação não é um puro acaso. Ela resulta de um processo de investimento de alta quantidade de capital. A iniciativa privada, sintonizada com os rumos econômicos do capitalismo, tanto interno como externo, pode investir e colher os frutos do investimento. Somente através de uma racionalidade capitalista é que podemos entender o sucesso desse investimento. Isso não retira a existência de sentimentos pessoais e/ou coletivo dos participantes dessa construção.

"Nenhuma cidade surge do nada. Ela nasce do sentimento desbravador de homens empreendedores que tudo fazem para a edificação dos seus ideais de construir novas comunidades. É esse sentimento que inflama e atrai um crescente número de pessoas que se aliam nessa frente empreendedora. Com a semente lançada e os cuidados necessários para a sua formação, a cidade paulatinamente vai ganhando feição, crescendo e tomando o rumo do desenvolvimento" (14)

(14) Jornal Chapadão do Céu- 10/88.



(fig. 05) atuação do Banco do Brasil, no financiamento de máquinas agrícolas.



(fig. 06) colheita de soja, presença de máquinas agrícolas de multi-nacional.

5. A modernização no Chapadão do Céu

O perfil da modernização realizada na região do Chapadão do Céu nos leva a enquadrá-la em um processo de *modernização empresarial*. Esse conceito de modernização empresarial é utilizado por José de Sousa Martins. Para Martins, esse conceito é utilizado "quando as condições fundamentais para adoção de uma nova prática obedecem a imperativos do capital." (15)

"Entendendo-se a modernização como parte do processo de desenvolvimento econômico, como ajustamento social e cultural a uma nova estruturação da economia, podemos afirmar que os fatores dessa mudanças são os que podem ser apreendido no plano da modernização empresarial, através da compreensão da ação do produtor empresário." (16)

Segundo Martins, a ação empresarial torna-se modernizadora, quando: 1- aparecem condições de colocação econômica do produto no mercado, capazes de orientarem investimentos; 2- a inovação significa rentabilidade. Pois bem, a ação da familía Rodrigues da Cunha, no Chapadão do Céu, se encaixa nesse perfil empreendedor.

Dentro desse quadro, a criação da cidade do Chapadão do Céu não pode ser compreendida de forma solta do movimento da expansão das

⁽¹⁵⁾ MARTINS, José de Souza. Obra Cit. p.41

⁽¹⁶⁾ Idem, p.41

necessidades do modo de produção capitalista.

Assim, o avanço do capitalismo na década de 80, no setor agrário nacional, proporcionou modificações na paisagem do cerrado brasileiro. E é dentro quadro que emergiram os investimentos dos Rodrigues da Cunha.

Em 1980, o país sofreu uma crise fundiária, principalmente, no Sul através da super valorização das terras desta região. Muitos pequenos agricultores venderam suas propriedades no Sul e procuram novas áreas para a produção. É a "frente pioneira" que tratamos anteriormente.

O avanço da tecnologia a serviço do capital redescobriu o Cerrado como potencial aproveitável. O cerrado do Sudoeste Goiano e Mato Grosso, tornou-se o centro de atração para os "pioneiros". Assim o Chapadão do Céu, como outros lugares da região do cerrado, começou a receber imigrantes do Sul decididos a estabelecerem-se em terras novas com perspectiva de progresso.

Os cerrados eram vistos também como áreas de terras "imprestáveis" para a agricultura, devido ao solo ácido, pobre em nutrientes e com alta concentração de alumínio, elemento este desfavorável às espécies vegetais agricultáveis, por apresentarem certa toxidade. Mas, diante da dificuldade de acesso à propriedade da terra, principalmente no Sul do Brasil, onde há, de um lado, grande parcelamento em minifúndios e, de outro, alta concentração da propriedade nas mãos de poucos, a partir das décadas de 1950 e 1960 passou a ocorrer uma significativa migração de agricultores, principalmente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, para o cerrado de Mato Grosso do Sul e de Goiás.

O espaço do Sudoeste Goiano e, principalmente, o Chapadão do Céu foram atingidos pela expansão da soja, estimulada pelo mercado externo. Através de uma ação eficiente do uso de tecnologia (correção do solo), as áreas até então não aproveitadas para agricultura passam a demonstrar uma potencialidade incrível.

O solo dos chapadões é constituído basicamente de latassolo vermelho escuro e tem como traço marcante a abaixa fertilidade inicial, devido ao alto teor de alumínio, que determina um índice de acidez (Ph) médio de 4,5. Devido a essa característica, durante séculos, toda a área foi considerada imprestável para qualquer tipo de cultura e sua única utilização econômica era a criação extensiva de bovinos.

A disponibilidade de crédito fácil (Crédito Rural), o uso de tecnologia (maquinaria e fertilizantes) e a visão de um empresário, possibilitam ao Chapadão do Céu tornar-se o expoente em produção de grãos do Sudoeste Goiano.

Assim, em pouco tempo os produtores que se instalaram nesse chapadão, em propriedades de dois mil hectares em média, demonstraram que o uso da modernização foi bastante benéfica as eles. O índice de produtividade é bastante representativo, chegando a 40 sacos por hectare.

"Segundo o engenheiro agrônomo Arnaldo da Cunha Mackeroni, um dos 120 produtores do Chapadão do Céu, a produtividade da soja nessa região é uma das mais altas do mundo. O índice médio é de 41 sacas de 60 quilos por hectare, o que significa 50 % a mais que o alcançado até no sul do pais e 15 % superior à dos Estados Unidos(...)" (17)

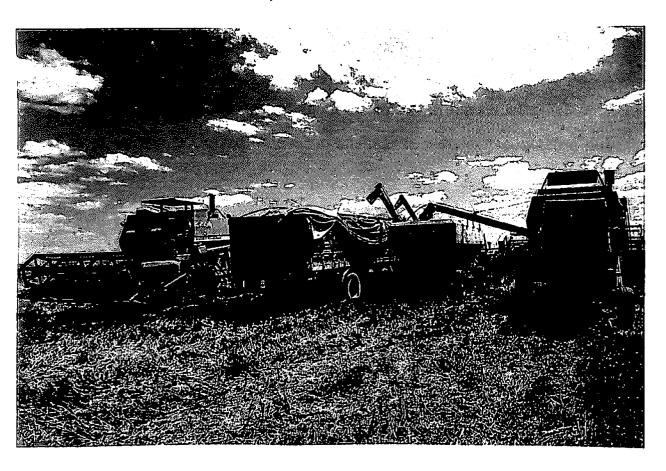
⁽¹⁷⁾ Entrevista concedida.

Enfim, a expansão da modernidade, trazendo a tecnologia no seu bojo, viabilizara o desenvolvimento econômico da região. Esse crescimento econômico associado aos investimentos do família tradicional da região é que permitiu todo um processo de transformação na estrutura de produção e, consequentemente, permitiu a emancipação política. A ação da iniciativa privada no processo é inegável. Entretanto os interesses econômicos são cada vez maiores.





(foto 09/10) "A Colheita"



6. A Emancipação econômica do Chapadão

As terras de Chapadão do Céu em sua origem administrativa eram pertencentes a Jataí. Por volta de 1958, através da lei municipal nº 2.107, essas terras passaram para Aporé. Elevado à categoria de município, Aporé está localizado no Sudoeste Goiano, fazendo divisa com Serranópolis, ao norte, Itarumã e Itajá, a leste; Mineiro, a oeste e Cassilândia-MS, ao sul.

Esse município, ao ser fundado, possuía uma população de 2.792 habitantes. A concentração da população na área rural era predominante (ver tabela nº 19). Da mesma forma que sua economia era predominantemente agrícola, a pecuária é bastante presente nesta área.

A partir da década de 1970, ocorre uma tendência no crescimento da população urbana, resultado do avanço da modernização no processo de produção. Segundo Wilma Melhorim Amorim em seu trabalho "O Amarelo da Soja Invade o Cerrado", ela, ao analisar o sudoeste, constatou dois fatos interessantes:

"Uma análise da produção das principais cidades de área estudada nos chama atenção para o fato de que, com exceção de bovinos, produção importante em toda a área, os demais produtos obedecem a uma especialização por município, (...): em 1985 Rio Verde se destacou na plantação de soja; Santa Helena de Goiás, no cultivo da cana de açúcar; Jataí e Aporé sobressairam-se no cultivo do arroz.

(...) A mecanização da lavoura, diminuindo a mão de obra, a utilização mais intensiva do solo, diminuindo a participação do trabalhador dominal (arrendatário, parceiros etc) e a concentração de terras, aliada ao recente costume de se ocupar no campo o trabalhador residente na cidade (bóia-fria) (...)" (18)

/

⁽¹⁸⁾ AMORIM, Wilma Melhorim. O Amarelo da Soja Invade o Cerrado. Goiânia, UFG, 1996. p.p 74/75. (Tese de Mestrado de História)

TABELA Nº 19 População Residente - Aporé

Popula	ção Total	Urba	na	Rural	
Ano	Total	Total	%	Total	%
1960	2.792	260	9,3	2.531	90,7
1970	3.174	326	10,3	2.848	89,7
1980	2.767	659	23,8	2.108	76,2
1991	4.979	1.600	32,7	3.379	67,9

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1960/1991 (In Amorin. Obra Cit. p.72)

O processo de modernização, ocorrido na região, não significa um progresso social. Apesar de provocar o aumento da rentabilidade da produção na região, por outro lado, gerou o processo de proletarização campesina bastante acentuada. Os antigos sitiantes e/ou trabalhadores rurais foram expulsos do meio rural e se estabeleceram nas áreas periféricas do centro urbano.

Em 1991, a população de Aporé sofreu uma queda, reflexo do desmembramento do município. A criação do município do Chapadão do Céu representou um duro golpe na economia de Aporé.

As lideranças de Aporé não queriam aceitar, inicialmente, o desmembramento por dois motivos básico: 1- a área do Chapadão do Céu foi delimitada em 50% do território de Aporé, no final levaram 41% da área total; 2- a perda de receita do município de Aporé atingiu 68%, pois a grande produção

de grãos estava no Chapadão do Céu.

Após, as negociações políticas, foi assinado o termo de acordo. Aporé e as lideranças do Chapadão (Alberto Rodrigues da Cunha) estabeleceram as seguintes divisas, para o desmembramento:

"Inicia-se na Barra do Córrego Galheiro com Rio Corrente; segue-se pelo Córrego Galheiro até a sua nascente; deste ponto segue-se em linha reta até a nascente; deste ponto segue-se em linha reta até a nascente do Córrego Cabeceira do Barracão; e deste em linha reta até a nascente do Córrego da Serra; segue-se por este abaixo até a sua barra com Ribeirão da Serra e por este abaixo até a sua Barra com o Ribeirão da Serra e por este até a sua barra com o Rio Prata; deste ponto segue-se ao rumo magnético de 60° 30'00sw até a ponte denominada "Schlater" no Rio Aporé" (19)

Esse acordo foi assinado em 18 de outubro de 1990. As partes representantes que assinaram foram: o prefeito de Aporé, Haiton Gomes da Pena e o fundador do Chapadão do Céu, Alberto Rodrigues da Cunha (documento em anexo)

O processo de emancipação política sem dúvida foi bastante interessante, pois, as lideranças políticas ao emanciparem esse município, o fizeram em cima da idéia de progresso econômico.

Nas justificativas apresentadas, pelos políticos que defenderam a emancipação (Mauro Bento, Maguito Vilela e Agenor Rezende), aparece sempre a idéia de emancipação/progresso.

É interessante percebermos que o discurso defendido pelas lideranças

⁽¹⁹⁾ Termo de Acordo - Limites do Futuro Município Chapadão do Céu.

de Chapadão do Céu, também baseia-se no binômio emancipação/progresso. A distância entre a cidade de Aporé e o Chapadão do Céu, o orçamento de 100% voltado para a cidade de Aporé, mesmo que o distrito do Chapadão do Céu fosse o responsável por mais de 50% dos impostos, foram decisivos para a luta pela emancipação. Assim, os fazendeiros da região do rio da Prata, fizeram abaixo assinado com firma reconhecida expressando a vontade de pertencerem ao novo município. A questão da falta de assistência da prefeitura de Aporé, foi fundamental. É o caso de Albert Schlatter, grande produtor e proprietário que afirma:

"Gostaria que minha propriedade ficasse no município de Chapadão do Céu, afinal é ali que temos nossas relações comerciais sociais e nunca frequentamos a cidade de Aporé, até por uma questão de distância e acesso". Já Adelino Favoretto, produtor e grande proprietário, também afirma: "Nossa afinidade natural é com o Chapadão do Céu, que trarás mais condições e interesse em nos dar assistência a nível de estradas, energia, irrigação, incentivo agrícola, etc. Pelo simples fato de estarmos mais próximo do Chapadão do que Aporé". (20)

A participação política do distrito de Chapadão do Céu, na política de Aporé, era realizada pelos três membros da Câmara Municipal eleitos pelo município. No orçamento de 1990, os representantes políticos de Chapadão apresentaram uma emenda orçamentária, na qual Aporé teria destinado 71,2% (Cr\$ 35.567. 500) do orçamento. O distrito de Chapadão, teria a participação de 28,8% (Cr\$ 14.432.500). Entretanto, o orçamento foi aprovado com 100% destinado à Aporé.

Enfim, a emancipação foi autorizada pela Lei nº 11.398, de fevereiro

⁽²⁰⁾ Chapadão do Céu em Notícias-Junho/89. P. 7. Chapadão do Céu, Goiás.

de 1991, sendo o passo seguinte a eleição para prefeito.

O Sr. Alberto Rodrigues da Cunha, foi eleito em 3 de outubro de 1992, o primeiro Prefeito do município, pelo partido do PMDB. No dia 1º de janeiro de 1993, foi dado posse ao Prefeito e aos nove vereadores da nova administração. O *slogan* do Prefeito empossado foi o desenvolvimento de "40 anos em 4", inspirando-se na política desenvolvimentista de J.K.

7. O Desenvolvimento e Modernização do Chapadão do Céu

A evolução tecnológica da agricultura foi surpreendente. Na safra de 1987/88, a média de produtividade da região atingia a média de 40 sacas por hectare, sendo que poucos produtores atingiam 45 sacas por hectares. Já em 88/89, a produtividade aumentou para 47 sacas por hectare.

No período de 1989/90 uma prolongada estiagem atingiu a região dificultando a produção. No entanto, a safra de 1990/91, voltou a demonstrar a capacidade produtiva do município, através de um uso de tecnologia para a correção de solo e utilizando grãos cientificamente produzidos. A produção chegou a 50 sacas por hectare.

Outro fator, que é apontado para o sucesso do aumento da produção, foi sem dúvida a instalação do Banco do Brasil na cidade do Chapadão do Céu.

. $\sum_{i=1}^{n} (i - i)^{n}$ •

Assim, o produtor pode agilizar o crédito junto ao banco. Além do mais, o ano de 1991/92, se não houve investimento em abundância, pelo menos não faltou.

A assistência técnica ao produtor é também apontado como fator para o desenvolvimento da produção. As grandes firmas de produtos químicos-industriais, não só realizam todo um trabalho de divulgação de seus produtos, como, garantem uma assistência permanente. Os empréstimos bancários são condicionados à presença de profissionais, pelo menos três vezes. Entretanto, constatamos, que a presença de técnicos a disposição do produtor ocorre ao longo, principalmente do plantio, quando são realizados as aplicações de herbecidas, controle de praga, colheita e sempre que necessário.

Essas empresas, estão presentes neste município, devido as compras dos produtores, sempre de grandes proprietários, se realizarem direto aos mesmos. O setor industrial, se faz presente no setor rural e é esse intercâmbio de interesses que os ligam.

TABELA N.º 20 Áreas Plantadas e Produções do Município de Chapadão do Céu - GO SAFRA 92/93

Cultura(ton)	Área Plantada (ha)	Produtividade (kg/ha)	Produção Total
Soja	84.504	2.520	212.950,08
Milho	8.252	4.800	39.609,60
Arroz	3.997	1.500	5.995,50
Total	96.753	-	258.555,18

FONTE: Secretária do Desenvolvimento Econômico de Chapadão do Céu

SAFRA 93/94

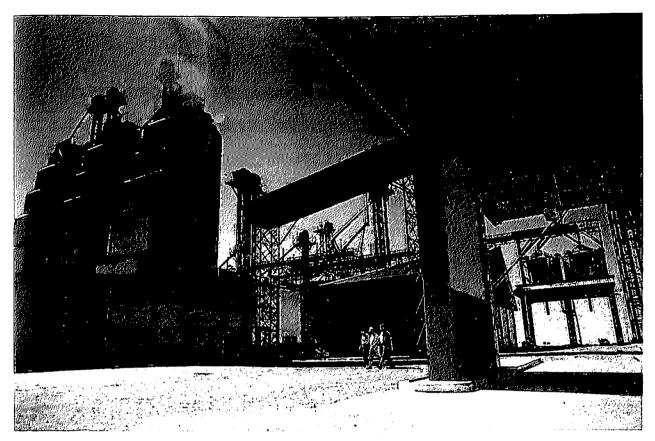
Cultura	Área Plantada (ha)	Produtividade (kg/ha)	Produção total (ton.)
Soja	81.000	1.980	160.380,00
Milho	20.000	6.000	120.000,00
Arroz	7.000	1.800	12.600,00
Milho safrinha	22.000	2.400	52.800,00
Girassol	252	1.560	393,12
Sorgo	750	1.500	1.125,00
Total	131.002	-	347.298,12

FONTE: Secretária de Desenvolvimento Econômico de Chapadão do Céu

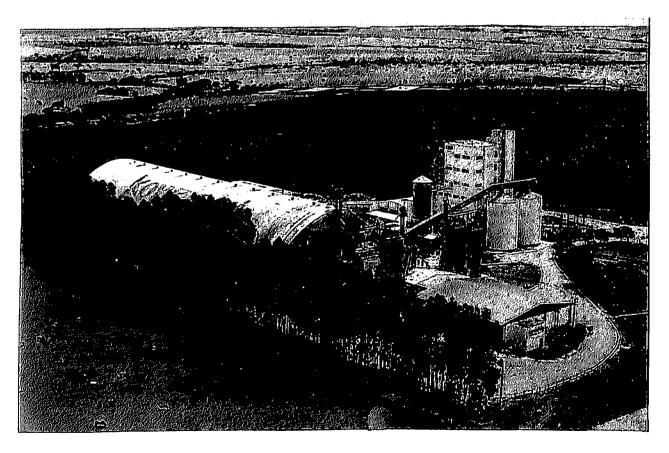
A diversificação de produtos na produção 93/94, em relação a colheita anterior, deve-se, à infestação por "Nematóide do Cisto", ocorrida na região. Os produtores, respondendo à crise que ameaçava o município, partiram para o sistema de rotação de cultura. A adoção do sistema de rotação, rompia com o esquema de monocultura, defendida por alguns produtores.

As lavouras do milho apresentaram uma alta produtividade, não só pela precocidade, como produtividade. Enfim, a presença do "Nematóide do Cisto", no município colaborou para a mudança do perfil na produção.

A safrinha foi outro recurso utilizado pelos agricultores para obterem produtividade, em momentos onde a terra ficava "parada". A cultura do milho, trigo e do sorgo foram realizadas de forma bastante satisfatória.



(foto 07) presença da indústria no meio rural.



(foto 08) empresa Caramuru, no município de Chapadão do Céu.

A produção na município do Chapadão do Céu não poderia obter o êxito alcançado se não possuísse armazéns para a estocagem da produção. O município possui atualmente cinco grandes empresas do ramo de armazenamento, que são: Líder Armazéns, Overtil, Ceval, Coimbra Centro-Oeste e Caramuru. A presença dessas empresas é que nos permite falar em integração do complexo agro-industrial. A relação entre produtor/empresários, por vezes, é de integração, financiando e custeando a produção. Por outro lado, o produtor acaba dependendo do empresário e a ele vende sua futura produção tornando-se altamente dependente do setor empresarial.

Vilma Amorin, ao analisar a atuação dessas empresas no município de Chapadão do Céu, escreveu o seguinte:

"Ali os empresários são, ao mesmo tempo, agentes financeiros, fornecedores de insumos, que unidos à presença do grande capital, compram, vedem, emprestam, transformam, exportam e abastecem o mercado interno.

(...)

O sistema de financiamento concedido pelas empresas, ao agricultor, conta com juros mais alto que o mercado, exigência de garantias e recebimento da divida em produtos. De forma geral, este sistema de empréstimos, não difere muito daqueles oferecidos pelo setor bancários, mas possui a vantagem de poder ser usado como complemento do primeiro ou na dificuldade de obtenção do mesmo, tendo em vista as limitações e burocracia advindas dos empréstimos governamentais." (21)

Uma das coisas que chama a nossa atenção é a forma seletiva que se realiza esses empréstimos, pois irá depender do produtor e da sua produção. Esse tipo de negociação produtor/empresário, na verdade reforça nosso ponto

1

⁽²¹⁾ AMORIN. Obra Cit. pp. 101/102.

de vista da ocorrência de uma "modernização conservadora", pois essas práticas só reforçam a estrutura latifundiária, não permitindo a existência dos pequenos produtores.

A mecanização utilizada no município abrange máquinas pesadas de grande porte, como podemos perceber na tabela abaixo.

TABELA Nº 21 Números de Tratores Utilizados e Potência (CV)-1997

Tratores	Infor.	Número	Lav+Past.	Área/Tra.
Menos de 10 cv	1	4	1.900,00	475
De 10 a menos 20 cv	1	1	1.800,00	1.800.000
De 20 a menos de 50 cv	-	-	-	-
De 50 a menos de 100 cv	58	177	90.426,74	510.885
De 100 a mais cv	78	318	121.667,25	382.601
Total	60	500	-	-

FONTE: Censo Agropecuário IBGE/DEAGRO, dados preliminares, sujeitos a alterações, 1997.

Enfim, essa alta mecanização realizada no município de Chapadão do Céu vem permitindo a esse novo município despontar como um dos mais produtivos do estado de Goiás e do Sudoeste goiano (ver Tabela Nº 21).

TABELA Nº 22

Maiores Produtores do Estado de Goiás, por Município - Safra 1998

MILHO (1' SAFRA)			MILHO (2' SAFRA)			SOJA			SORGO GRANIFEI	
Município	Prod.(t)	Classif	Municipio	Prod (1)	('lassif	Municipio	Prod (t)	Classif	Município	Prod.(t)
Chanadão do Ccú	211 253	10	Jatai	266 847	1.	Rio Verde	424 630	1*	Rio Veide	63 000
l uziānia	102 000	2°	Rio Verde	72 000	2*	Jatni	339 150	2°	Montividiu	42 (90)
Rio Verde	82 500	3°	Minciros	60 000	3*	Mineiros	267 300	3*	Mineiros	,19 600
Cristalina	76 500	4*	Montividiu	54 000	4*	Montividia	196 000	4"	Jatoi	25 591
Mineiros	37 050	5*	Serranópolis	45 000	5*	Chapadão do Céu	192 883	5*	Serramipolis	11 880
Jata:	36 000	6*	Pendardia	38 500	6"	Cristalina	129 000	6*	lideia	7 570
Silvânia	36 000	r	Caiapônia	24 000	7"	Perolândia	115 920	7*	Chapadão do Cén	7,320
Itaherai	34 700	2*	Inameri	12 000	8*	Catal2o	105 000	8*	Bom Jesus de Golás	7 1170
Cabeceiras	32 400	90	Chanadão do Céu	- 11 000	90	Bom Jesus de Goiás	99 120	Ç*	Peroländia	6 000
Niquelândia	27 000	10"	Portelândia	10 500	10°	Ipameri	98 000	10°	Portelândia	5 400
ISTADO	1 866 625		ESTADO	660 537		ESTADO	3 393 240		ESTADO	270 069

ALGODÃO HERBÁCEO			ARROZ (EM CASCA)			FEDÃO (P SAFRA)			TEDÃO (2°) SAURA	
Municipio	Prod.(t)	Classif	Municipio	Prod.(1)	Classif	Municípia	Prod (t)	Classif	Município	Prod (t)
Acreuna	34 100	1°	Itaberai	9 950	1,	Luziânia	12 000	10	Montividia	12 (00)
Santa Helena de Goiás	32 340	2*	Rio Verde	7 500	2-	Cristalina	7 020	2*	Rio Verde	10 620
Chanadão do Céu	28 665	3*	Jatai	6 300	3*	Silvānia	3 600	3"	Luziānia	5 400
Parauna	27 920	4"	Caiapónia	5 400	4°	Morrinhos	900	4*	Haberai	4 340
Rio Verde	23 800	5*	Chapadão do Céu	5 292	5°	Alexânia	880	5"	Caiapônia	7 850
liumbiara	16 020	6*	Buriti Alegre	4 270	6*	Cahecelras	750	6*	Cristatina	l Rec
Felera	11 024	۳ ا	Palmeiras de Goiás	4 200	7*	Catalita	630	7*	Alexânia	1 134
Porteirão	10 530	8*	Guiás	4 165	8=	Vianôpolis	540	8*	Caturai	1 040
Inaciolândia	7 200	9*	Serranópolis	4 059	9*	Formosa	522	9*	Campo Alegre de Goiás	720
indiara	6 680	10"	Ruhistaba	3 600	10*	Pemlándia	350	10°	Araçu	620
CSTADO	258 712		ESTADO	212 479		ESTADO	30,328		ESTADO	54 085

Assim, na safra de 1998, o município de Chapadão do Céu se encontrava como terceiro em produção de algodão herbáceo, com uma produção de 28.665 toneladas (t). Na frente desse município ficou Acreúna, em primeiro lugar com uma produção de 34.100 (t), seguido por Santa Helena de Goiás, com 32.340 (t). As áreas, de Acreúna e Santa Helena são tradicionais na produção de algodão.

MAIORES PRODUTORES DO ESTADO DE GOIÁS POR MINICÍPIO, SAERA 1998

OHOYON WIRKEN	H:RBACT:O		APPENZIONALIA							
Classif	F		MINING (IEM CASCA)			FELIAO (1º SAFRA)			H DÁO (2) SALRA	
1º Arreina		Cinssii	Município	Prod.(1)	Classif	Município	Prod.(1)	Classif	Município	Prod.(0
2° Santa Helena de Graiss	of to	<u>.</u> ;	Haberai	056 6	-	Luziânia	12 (100	=	Montividin	12 000
3° Chapadão do Ceu	32 340	7	Kio Verde	7 500	7,	Cristalina	7 020	2"	Rio Verde	10 630
4º Paratina		n =		0000 9	۳	Silvānia	3 600	£	Luziânia	001 5
5" Rio Verde	07, 77	, t		2 -100	4	Morrinhos	006	4	Haberai	01 t T
6° Itumbiara	020 57	. 8	Chapadao do Cen Boois As	\$ 292	& .	Alexânia	880	š .	Caiapònia	2 850
7" Edéin	620 CT		Bullin Alegre	4 270	ాట	Cabeceiras	750	ؿ	Cristalina	1 800
8º Porteirão	F20 1	. 8	ramicitas de Gonas	4 200	7.	Catalão	0.30	<u>ب</u>	Alexania	=======================================
9° Inaciolândia	7 200	c 5		4 165	έc	Vianópolis	540	ě	Catuai	0101
10" Indiara	089 9	, <u>8</u>	Seriamopous Baskistan	4 059	.	Formosa	\$22	ċ	Campo Alegre de Civiás	077
- ESTADO	C12 X2C	-	Kupialaoa Eera axx	3 600	<u>.</u>	Perolandia	350	.01	Araçıı	029
			ESTADO	212 479	•	ESTADO	30,328	•	ESTADO	\$1.085

(WM.IVC I) OFFICE		MILIO (2" SAFRA)			KIUS				
Classif Município	Provi (f)	(laceif			Vice				=
le Chanadão do Cei	(1)	┨	(1) LLOGI.(1)	Classif	Município	Prod.(t)	Classif	Almicínio	Proof (1)
no an annual and a	507 117		1 LPR 99C	٥	Pin Varda				(1)
Z. Luziānia	100 000	3" Dir 1/2	1000	-	NIO VEIGE	05'9 1-71	_	Rio Verde	000 8 43
7" Pin Weeth	200 701	20124 001	72 000	ょ	Jatai	330 150	ŗ	A	
STATE ACTION	82 500	3° Mineiros	000 09	,,			,		CIMI ST.
4" Cristalina	76 500	d" Mantinistin	00000	·, !	Militarius	767.3011	.	Mineiros	10 600
5" Mineiros	32.060		24 000	4.	Montividia	196 000	<u>.</u>	Latai	14 501
	nen /c	Serranopolis	45 000	÷	Character do Ca.		. ;		
o Jatai	36 000	6" Perolindia		. ;	כ חווולאממנה מנה ככנו	1.02 88.5	Ċ.	Senanopolis	
7° Silvānia	34,000	72	000 xc	ċ	Cristalina	129 000	ئ	Edeia	7 570
8º Italiani	000.00	empleme > '	24 000	Ļ	7" Perolândia	115 920	۲	Chanadha da Cèn	007.6
00 ("thesis"	24 /100	8" Ipameri	12 000	5c	Catalato	105 000	. 5	Daniel Committee	
, cinceering	32 400	9° Chanada do Cén	VOV. II.	S		000.00	c	from Jesus de Canas	0/0/
10° Niquelândia	27 000	100 Describertion	000 11 .	.	Bom Jesus de Goiás	99 120	5	Perolandia	9 000
- ESTADO	202 770 1	TO TOTAL STATE OF	20% 01	<u>.</u>	fpameri	000 86	<u>8</u>	Portelândia	\$ 100
	C70 000 1		215 099		L'CT' A I V				
			163 000		COLVINO	3 343 240		ESTABO	270 069

Em relação à produção de arroz, o Chapadão do Céu se encontra em quinto lugar, com uma produção de 5.292 (t). Enquanto em primeiro, encontramos Itaberaí com 9.950 toneladas. A produção de arroz não se constitui em uma produção estimulada no município de Chapadão, sendo produto da lavoura de rodízio, como vimos anteriormente.

Na produção de milho de 1ª safra, o Chapadão do Céu está em primeiro lugar em produção de Goiás, com uma produção de 211.233 (t). No segundo lugar encontramos Luziânia, com uma produção de 102.000 (t), quase metade da produção conseguida no Chapadão do Céu. Já na produção de milho de 2ª safra, o Chapadão cai para nono lugar.

Na produção de soja, devido às pragas que atingiram o município nos últimos anos, os produtores optaram pela diversificação, e a produção de soja se encontra em quinto lugar do Estado. O município de Rio Verde se encontra em primeiro lugar, com uma produção de 424.630 (t), acompanhada por Jataí 339.150, Mineiros com uma produção de 267.300 (t), Montividiu com uma produção 196.000 e o Chapadão com uma produção de 192.883 toneladas.

E, finalmente, o sorgo, produto que vem sendo plantado após as colheitas principais. Os produtores do Chapadão do Céu, vem aumentando essa produção e esse município já se encontra em sétimo lugar no estado, produzindo 7.320 (t).

Todo esse avanço na produção não se fez sem alterações na paisagem natural do cerrado. A chegada da grande lavoura e a mecanização o impacto ambiental foi muito violento. Devido as grandes lavouras ocuparem grandes

espaços é normal na época do plantio nuvens de poeira, atrapalhando a visibilidade. O reflorestamento, em volta da cidade tem sido uma meta da Prefeitura. O objetivo é construir uma barreira para evitar a poeira que se levanta da terra desnuda, na época em as máquinas trabalham o solo.

A introdução da tecnologia no cerrado e a presença dos sulistas, contribuem para um desequilíbrio muito grande. Os sulsitas também são agentes geradores do progreso do cerrado. Eles introduziram tecnologia que possibilitou o aproveitamento do cerrado pela produção agrícola. No entanto, a presença dos sulistas também é acompanhado de um grande desmatamento do cerrado. Acostumados a obtenção de dinhiero rápido, eles não respeitam nenhuma norma de preservação. Isso, não retira de produtores goianos a responsabilidade, pois, muitos, na ambição do lucro rápido, também realizaram uma agricultura estreitamente predatória.

Amorim, ao estudar a região registrou, como conclusão de seu trabalho, a seguinte idéia:

"... o uso indiscriminado de agrotóxicos, o comprometimento dos recursos hídricos e do ar atmosférico, o desmatamento indiscriminado e a erosão de causas e efeitos diversos, são danos ecológicos gerados pelas novas tecnologias agrícolas. Esse conjunto de fatores negativos agindo sobre o lugar poderá não só afetar todo o sistema biogeográfico, como também, destruir a própria base de produção e, consequentemente, a fonte de lucro do lugar. Este último, talvez seja o alerta mais convincente para em formas menos agressivas de utilziar a natureza." (22)

⁽²²⁾ AMORIN, Wilma. Obra Cit. p. 121.

CONCLUSÃO

A produção intelectual brasileira sempre esteve, como está, empenhada em compreender as condições de modernização do país. Porém, foi a partir de 1930 que passou a se esforçar para se tornar contemporâneo do seu tempo. Após a década de 30, emergem os pensadores que tentam interpretar o Brasil Moderno: Florestam Fernandes, Antônio Cândido, Celso Furtado, Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e outros. Nesse momento, nasciam as matrizes teóricas que iriam marcar as décadas seguintes. Muitos desses teóricos são continuadores, com inovações importantes, de pensadores da década anterior.

Assim, podemos perceber que passado todo esse tempo, ainda é moderna a discussão sobre esses temas. Nesse trabalho, tentei realizar a discussão do Brasil Moderno, ou melhor, que Brasil Moderno é esse?

Ao realizar essa pesquisa, onde procurei compreender esse Brasil, me deparei com um Brasil interessante. Utilizando a expressão de Ianni, encontrei um "calidoscópio de muitas épocas", onde podemos encontrar múltiplas realidades. Essas realidades seriam, conseqüência da formação histórica social, onde existiriam várias heranças dentro de um mesmo contexto.

A existência dessas realidades, onde há o gaúcho, o goiano, o caipira, o trabalhador rural e o capitalista, há a predominância de uma cultura dominante, que é o mundo urbano, burguês, da cultura oficial, onde as outras estão a ela subordinadas.

Segundo Ianni, a formação do século XX, é o resultado desse múltiplo, onde conviveria os vários pretéritos de nossa história.

"Ai está uma peculiaridade básica da formação social brasileira, conforme ela se revela no século XX. O presente capitalista, industrializado, urbanizado, convive com vários pretéritos. Formas de vida e trabalho dispares aglutinam-se em todo insólito. A circulação simples, a circulação mercantil e a capitalista articulam-se em um todo no qual comanda a reprodução ampliada do capital, em escala internacional." (23)

A primeira conclusão que podemos extrair é que a sociedade brasileira é resultado de múltiplos diferentes, e esses múltiplos convivem dentro de um padrão dominante, ou seja, a sociedade industrial é que determina o padrão oficial do processo de acumulação do capitalismo.

O Brasil foi uma sociedade que após séculos baseado em uma economia primária exportadora, ingressou na industrialização. O característico foi que o processo de industrialização brasileiro nasceu do próprio investimento do setor agrícola. Assim, não existiu nenhuma contradição entre o desenvolvimento do setor agrícola e o desenvolvimento da indústria. historicamente, o setor agrícola não representou nenhum obstáculo para o desenvolvimento da indústria brasileira.

"O conhecimento da industrialização no Brasil, isto é, das formas particulares da industrialização do Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre café e indústria. E a análise correta dessas relações é impossível, se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil; mais precisamente, como partes das novas formas

⁽²³⁾ JANNI, Octávio. A Idéia do Brasil Moderno. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1996. pp. 60-61.

de acumulação, cuja formação encontra as suas origens na década de 1880 a 1890." ⁽²⁴⁾

Sérgio Silva, ao estudar a origem da indústria brasileira, conclui que há existência de integração entre o setor agrícola e o setor industrial. Para Silva, esse processo contraditório, na verdade, foi a forma que o próprio capital encontrou para realizar sua ampliação.

"... é o próprio capital industrial que exprime de forma mais completa as características de formas de desenvolvimentos já presentes no capital cafeeiro e que deteminam efeitos reduzidos da acumulação ao nível do modo de produção." (25)

Assim, não existe contradição entre o setor agrícola e o setor industrial. Na verdade, a forma de acumulação assumida no interior da sociedade brasileira, reproduziu a própria desigualdade existente entre as nações. Essa desigualdade é uma característica do próprio modo de produção capitalista dominante em escala mundial. No interior da sociedade brasileira esses diferentes ritmos do desenvolvimento do capitalismo é que nos permite falar na existência de especificidades.

A relação existente entre o capitalismo e as formas tradicionais de produção, não se constituem em contradições, e sim, em formas de acumulação do próprio capitalismo brasileiro.

Enfim, embasados nesses princípios metodológicos, não podemos

⁽²⁴⁾ SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. Ed. Alfa/Ômega, São Paulo, 1976. p. 81.

⁽²⁵⁾ Idem, 1978. p. 115.

aceitar a tese de que a agricultura é um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Nem que, as formas tradicionais de produção existentes no campo significam um entrave para o desenvolvimento econômico do país.

Por outro lado, a modernização ocorrida no campo brasileiro, nas últimas décadas, não significou uma reformulação da estrutura agrária existente, e que trouxe melhorias de condições para a maioria dos homens do campo. Ao contrário, o proceso de modernizçaão no campo brasileiro, reforçou a presença do latifúndio e excluiu uma grande margem da população rural. Grande parte da população do campo, acabou sendo expulso do campo para a cidade.

Analisando o processo de modernização do campo brasileiro, podemos afirmar que esse processo corresponde à "modernização conservadora". A modernização dos meios de produção, através do avanço do uso de tecnologia, máquinas e herbicidas, significou o aumento de produtividade. O capitalismo avançou em áreas, até então, exploradas por setores tradicionais.

O estudo sobre Goiás, nos permite demonstrar a não existência contradição, na prática, entre o avanço do processo de acumulção do setor industrial do Centro-Sul, e o desenvolvimento do setor agrário tradicional.

A região do Sudoeste de Goiás, diferentemente da região do Sudeste, não contou com a estrada de ferro para a dinamização de sua economia. Nessa região foi necessário se contentar com as estradas de rodagens como as artérias para o escoamento da produção. somente a partir de 40, quando o governo optou pelo desenvolvimento das rodovias, é que se deu a reestruturação da malha rodoviária do Estado.

No entanto, foi a "Marcha para Oeste", o ponto alto para o desenvolvimento dessa região. Suas terras virgens tornaram-se cobiçadas para a reprodução do capital. Na verdade, para o desenvolvimento do capitalismo, existe a necessidade da existência da população, pois, sem essa não pode existir a ampliação e reprodução do capital.

Dentro da análise da inserção do Sudoeste goiano, na acumulação capitalista, o que podemos trazer de novo para o entendimento do avanço do capitalismo nesta região é a acumulação realizada pelo setor comercial. Assim, apesar da produção estar centrada no setor rural, quem acumula o capital é o setor comercial.

A transferência do capital acumulado pelo setor produtivo para o setor comercial é o que caracteriza a especificidade do processo capitalista em Goiás, principalmente na região do Sudoeste. Ao longo do trabalho, tentei demonstrar que através do setor comercial o capitalismo realizou a integração inter-setorial entre o setor agrícola e o setor industrial. A acumulação de capital pelo setor comercial, acaba se transferindo para o setor industrial, pois, como Goiás não possui um setor industrial desenvolvido, acaba por adquirir os produtos industriais e outros na região do Centro-Sul. É por esse processo que ocorre a transferência de capital de um setor para o outro.

No entanto, foi a partir da década de 70, que tivemos a ampliação do avanço do capitalismo no espaço agrário goiano. A antiga tendência do uso do cerrado para pecuária e mata para a lavoura vai sendo abandonada.

A pecuária, e a lavoura, como atividades tradicionais nas vastas áreas

de cerrado, vão sendo substituídas, desde o final da década de 60, pela lavoura modernizada. Entretanto, foi com a expansão da soja, na década de 70, que possibilitou a inserção dessa região ao mercado internacional, e por sua vez, com a esfera de acumulação internacional capitalista.

O estudo de caso do município de Chapadão do Céu, foi escolhido por representar, de forma bastante clara, a adesão pelos fazendeiros de práticas e técnicas modernas onde a rentabilidade e o aumento de produtividade são objetivos finais. Essa racionalidade é que demonstra a inserção definitiva da agricultura dento do contexto de produção capitalista.

Por outro lado, todo esse processo de modernização continua demonstrando como o setor agrário continua fornecendo capital ao setor industrial. Isso ocorre através da aquisição dos produtos industriais, representado pelo consumo da tecnologia e por produtos como herbicidas, agrotóxicos e/ou máquinas.

Enfim, a integração inter-setorial é a marca das relações entre o setor agrícola e o setor industrial. Através desse processo, às vezes visto como contraditório, é que ocorre a ampliação e acumulação capitalista no Brasil.

A última consideração que quero fazer nesta conclusão, diz rspeito à questão da manutenção da tradição. Apesar de estudarmos todo o processo de modernização ocorrido no Chapadão do Céu, isso não quer dizer que o avanço, a nível econômico, significou o rompimento de transformação das estruturas sociais e políticas.

A emancipação do município de Chapadão do Céu, nos mostrou a ação da família tradicional dos Rodrigues da Cunha. Essa família tradicional, comandou o processo de modernização do município. Foram eles que, através de uma atuação política e empresarial, levaram o município de Chapadão do Céu à emancipação. Porém, esse processo de modernizçaão do Chapadão do Céu cortou a participação dos gaúchos e pela disponibilidade de crédito fácil em uma determinada conjuntura político do Estado brasileiro.

Atualmente, essa família participa de forma indireta na agricultura, pois, passou a arrendar suas terras para os que querem produzir. Eles, por outro lado, aproveitaram a super valorização de suas terras, para vender e adquirir fazendas maiores e melhores em outras regiões e/ou outro país (Paraguai).

E, seguindo a tradição dos seus primeiros descendentes, continuam acreditando na pecuária como fonte de renda. A atividade pecuarista desenvolvida pelo Sr. Alberto Rodrigues da Cunha é de caráter modernizante. Criadores de Nelores, eles estão introduzindo uma raça de gado importado dos E.U.A., objetivando aumentar o ganho de peso de seu rebanho.

O tradicionalismo persiste nessa família, como no município de Chapadão do Céu, apesar de reelaborado e com uma nova roupagem. Assim, como os tempos do "Sertão dos Garcia", o poder continua sendo da família pioneira, que há mais ou menos 160 anos estão em posse das terras dessa região. A prática política permanece como no passado, ou seja, companheiro é companheiro e inimigo é inimigo, não existindo outra forma de se fazer política.

A Reforma Agrária, pode ocorrer em qualquer lugar, longe do município

do Chapadão do Céu. Ali, não se fala em hipótese alguma nesta questão. A ordem é progresso, modernização, desenvolvimento, porém, que estejam sintonizados com produtividade e lucratividade.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. Estrutura Fundiário Em Goiás: Consolidação e Mudanças (1850-1910). Goiânia, Ed. UGC, 1993, Col. Teses Universitárias, 2.
- AMORIM, Wilma Melhorim. *O Amarelo da Soja Invade o Cerrado*. Goiânia, UFG,1996. (Tese de Mestrado de História)
- ARANTES, Aldo. *Reforma Agrária Já*. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, Brasília, 1996.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1982.
- BERTRAN, Paulo. Formação Econômica de Goiás. Goiânia, Goiás, Oriente, 1978.
- BENVINDO, Francisco Martins. *Perspectiva da economia goiana*. In: Revista Goiana de Economia 18ª Região, Goiânia, Goiás.
- BORGES, Barsanufo Gomides. *Goiás Modernização e Crise 1920-1960*. São Paulo, FFLHCH/USP, Tese de Doutoramento
- BORGES, Barsanufo Gomedes. *O Despertar do Dommentes*: Estudo Sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais. 1909-1922, Cegraf. (Coleção Documentos Goianos, 19), Goiânia, 1990.
- CAMPOS, F. Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia, Goiás, Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1983.
- ______, Questão Agrária: Bases Sociais da Política goiana (1930-1964). Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP, mimeografada, 1985.
- CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Rio de Janeiro / São Paulo, DIFEL, Coleção Corpo e Alma do Brasil, 1977.
- CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás:* Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade, Goiânia, Goiás, Ed. UFG, 1997.
- COSTA, Wanderley e MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia Critica*: A Valorização do Espaço. 3º edição, São Paulo, HUCITEC. S/d, Teoria Realidade Serie "Linha de Frente".
- FRANÇA, Basileu Toledo. Cavalo de Rodas: Entrada do Automóvel em Goiás. Goiânia, Goiás, Oriente, 1979.
- _____, PIONEIROS (Romance). 2ª Edição, Goiânia, Goiás, Departamento Estadual de Cultura, 1972.
 ____, O Sudoeste, *Tentativas de Interpretação*. Goiânia, Goiás, Tipografia do

- Popular, 1959.
- FURTADO, Celso. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* Enfoque Interdiciplinar, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980.
- GERMER, Claus Magno. *Progresso Técnico e Desenvolvimento Capitalista na Agricultura*. Texto mimeografado, s/d.
- GOLDBERG, Davis. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.
- GORENDER, Jacob. Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo Brasileiro. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987. Série Revisão 27.
- GUIMARÃES, ALBERTO PASSOS. Quatro Século de Latifúndio. 4º edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- HOBSBAWM, Eric, *Era dos Extremos.* O breve século XX 1914-1991, 2ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- IANNI, Octávio. A Idéia do Brasil Moderno. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1996.
- _____, *Ditadura e Agricultura*. O desenvolvimento do capitalismo na Amazonas: 1964-1978, 2ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1986.
- , Octávio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- _____, Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica, Plano Decenal de Desenvolvimento e Social, tomo I, volume 1, "Estrutura Geral e Estratégia de Desenvolvimento", março de 1967.
- JÚNIOR, Caio Prado. Contribuição Para a Análise da Questão Agrária no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família Tradição e Poder, O (caso) dos Coronéis, Annablume. Ed. São Paulo, 1996.
- LUDOVICO, Pedro. Memórias. Goiánia, Goiás, Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico, Um Tempo, Uma Carisma Uma História*. Goiânia, Goiás, 1990. (Coleção Documentos Goianos, 18), CEGRAF.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, 1984, Ed. HUCITEC/POLIS,
- MACHADO, Vilma de Fátima. Sudoeste de Goiás: Desenvolvimento Desigual. Goiânia, Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrarias da Universidade Federal de Goiás, 1996.
- MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. A Economia Política Brasileira em Questão 1964-1975. 3º ed, São Paulo, 1978, Editora Aparte, (Caderno Presente)

- MARTINEZ, Paulo. Reforma Agrária, Questão de Terra ou de Gente? 5º edição, Editora Moderna, São Paulo, 1991, Coleção Polêmica.
- MARTINS, José de Souza. (ORG.) Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo, 1996, Ed. Hucitec.
- _____, Capitalismo e Tradicionalismo: Estudo Sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975.
- MOREIRA, José Roberto. *Quadro Recente da Agricultura Brasileira*: a Modernização Tecnológica e seus Determinantes. Texto elaborado por consultoria do CNPq em Julho de 1981.
- NETO, Francisco Graziano. Questão Agrária e Ecológica: Crítica da Moderna Agricultura, 3ª edição, Brasiliense, 1986, Primeiros Vôos, São Paulo.
- NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e Agricultura no Brasil* Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira, 1960-1980. Tese de Doutorado USP. Mimeografada, São Paulo, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. 4º edição., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1985
- "A economia Brasileira: Critica à Razão Dualista, 4ª edição, Editora Vozes e CBRAP, 1981. Petrópolis, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubistscheck. *Mensagem ao Congresso*. Câmara Federal, 1957, Rio de Janeiro.
- PAIVA, Ruy Miller; SCHATAN, Salomão e FREITAS, Claus F. French. Setor Agrícola do Brasil. Secretaria da Agricultura. São Paulo, 1973, (Texto mimeografado).
- PALACIM, Luiz. Fundação de Goiânia, Desenvolvimento de Goiás. Goiânia, Oriente, 1976.
- PRADO JUNIOR, Caio. A Questão Agrária. 2º edição, São Paulo, Brasiliense, 1979.
- QUEIROZ, Paulo Peltier de. *Política Agrícola e Legislação Agrária*: Novos Agricultores-Sim! Favelização do Campo- Nunca! Rio de Janeiro, Sociedade Gráfica Vida Doméstica Ltda, 1987.
- RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *Memória, Família e Poder: História de uma Permanência Política- Os Caiados em Goiás*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Goiás/ICHL. Goiânia, 1996.
- ROCHA, Hélio. Os Inquilinos da Casa Verde: Governos de Goiás de Pedro Ludovico a Maguito Vilela, S/R.
- SANTOS, Nivaldo dos. Desenvolvimento e Modificações nas relações de Trabalho no Campo em Goiás 1970 a 1985. Dissertação apresentada no Curso de pós-

- graduação em História/UFG, Goiânia, Goiás, 1992.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 4ª edição, São Paulo, HUCITEC, 1996.
- SILVA, Ana Lúcia da. A Revolução de 30 em Goiás. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1982.
- SILVA, Eduardo. Barões e Escravidão, três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista. Rio de Janeiro, 1984, Ed. Nova Fronteira/Pró Memória, I.N.L.
- SILVA, José Graziano da. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. Série "Tese e Pesquisa", São Paulo, Editora HUCITEC, 1981.
- SILVA, Luís Sérgio Duarte da. A Construção de Brasília. UNB-Departamento de Ciências Sociais, Doutorado em Sociologia, Brasília, DF, 1996.
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. Ed. Alfa/Ômega, São Paulo, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Brasil: Radiografia de um Modelo Econômico*. 4ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1980.
- _____, História da Burguesia Brasileira. 3ª ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- SORJ, Bernard. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Editores Zahar, 1980. Coleção Agricultura e Sociedade.
- STÉDILE, João Pedro. *Questão Agrária no Brasil*. 5ª edição, São Paulo, Atual Editora, 1997.
- TAVARES, Maria da Conceição; BELUZO, L. G. Sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, FGV, Jan./Mar, 1979.
- VAZ, Éber. A Modernização da Agricultura e as Relação de Trabalho no Sudoeste Goiano: A situação de trabalhador no Corte de Cana (1964-1989). Goiânia, Goiás, ICHL/UFG, 1992, Dissertação de Mestrado apresentado à Coordenação do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás.
- VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato (Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento). 2ª edição, Rio de Janeiro / São Paulo, Difel, 1979.
- VIEIRA, Evaldo. *A República Brasileira 1964/1984*. 9ª edição, Rio de Janeiro, Editora Moderna, 1991. Coleção Polêmica.

FONTES

Publicações Diversas

- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica. Divisão Territorial e Administrativa de Goiás, Brasília, 1978.
- CIÊNCIAS HUMANAS EM REVISTA. Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras V. 5. N. 2 Julho/Dez. 1994, Goiânia, Goiás, 1994.
- EMBRAPA. Modernização da Agricultura no Sudoeste de Goiás. IBGE, Rio de Janeiro, 1982.
- ENSAIOS DE OPINIÃO. Organizado por Braz José de Araújo e Ricardo Abramovay. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- ESTUDOS. Revista da Universidade Católica de Goiás, Vol. 16 N.º 2, Goiânia, Goiás,1989.
- REVISTA GOIANA DE ECONOMIA. Número Especial, Ano I, novembro 1984, n.º Especial, Goiânia, Goiás, 1984.

Fontes Estatísticas

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Goiás.

Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás.

Ministério da Agricultura - Goiás.

Secretaria da Agricultura - Goiás.

Fundação Getúlio Vargas - DF.

ANEXOS

REPUBLICK

COMARCA DE JATA!

ORAS.

ESTADO DE GOIÁS

DISTRITO E MUNICÍPIO DE APORÉ

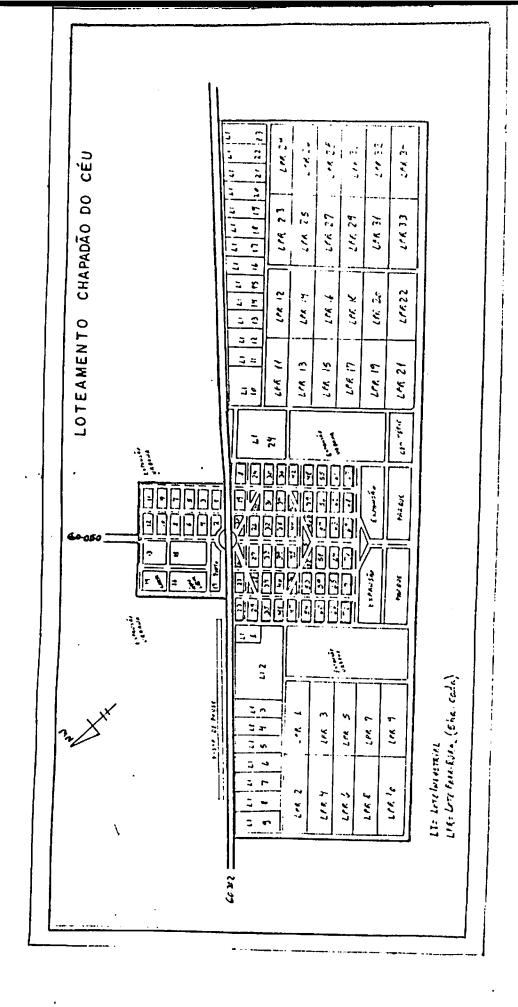
CARTORIO DO 1.º OFÍCIO E REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

Almeri Justino Cardoso

CERTIDÃO

CERTIFICA, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em este

que, ATMERI JUSTINO CARDOSO, Oficial do Carto Cartório, a seu cargo, rio do lº Ofício e Registro de Imóveis de Aporé, Estado de Goiás na forma da lei etc,.... Faz Público para conhecimento dos interessados que, JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DA CURMA, bracileiro, cusado C.P.F., sob nº 191.287.206-44; PAULO RODRIGUES DA CUNHA, brasiloj ro, casado, C.P.F., sob nº 219.828.306-97; MARIA AMÉLIA GARCIA CUNHA, brasileira, solteira, C.P.F. sob nº 029.768.148-64; MARGOS RODRIGUES DA CUNHA, brasileira, casado, CPF sob nº 004 660 478-24; MARTA GARCIA CUNHA, brasileira, solteira, CPF, sob nº 036 061.450 29; NARCIA GARCIA CUNHA, brasileira, solteira, CPF. son nº 254. / 266 775-87; NADIR GARCIA CUNHA, brusileira, solteira, CFF. sol my 306.726.781-87; ALBERTO RODRIGUES DA CUNHA JUNIOR, brasileiro, A solteiro, C.P.F. sob nº 049 511 448-08, ambos com sede no Chapare dão do Céu, Município de Aporé, Estado de Goiás, foram deposition/ dos, em Cartório, a meu Cargo, os documentos exigidos pela lei mel 6.766, de 19.12.1.979, e Requerido o Registro do Loteamento Urbano denominado " LOTEAMENTO CHAPADÃO DO CÉU", por força da Lei bunicipal nº 494/86 de 08 de dezembro de 1.986, localizado em árec. integralizada ao Patrimônio Público, neste Município de Apore, con os seguintes limites e confrontações:- Uma área de 97,58.58 ha / (noventa e sete hectares, cinquenta e oito area e cinquenta e ci to centiares), localizado do dismembremento da Fazenda Santa amélia, neste Município de Aporé, incorporado do Patrimônio, por Mon ça de Lei, com limites e confrontações:-"Comoça no marco (OL) apo vado na divisa da Agropecuária Santa Amélia Etda; Gai segue no. respectivos rumos e distâncias:- NE-42º 34ºSW, em 620m até o mar co (O2); SW 47º 26' NE cm 487,00m até o marco (O3); SE 45º 52. 1... em 140,40m, confrontando com a Agro-Pecuária Santa Amélia Etda, / até o marco (04) cravado próximo a margem direita de Rodovia Co-/ 302 sentido Itumirim-Parque Nacional das Emas; daí, causa a disti rodovia, encontrando com terras de Roberto Rodrigues da Cunha de Tho e Irmãos; daí, segue com o rumo SW 47º 26º ME em 980,59m com frontando com Roberto Rodrigues da Cunha Filho e Iraños e Fasenla Santa Amélia, até encontrar o marco (05) cravado na divisa de Perzenda Santa Amélia; daí, segue nos respectivos rumos e distâncias SE 42º 34' NW em 260,00 m até o marco (06); SW 47º 26. NE em 198 00m até o marco (07); NW 42º34' SE em 280,00 m até o marco (08); NE 47º 26' SW em 500,00m até o marco (09); NW 42º3.: SE em 880. 20 000 000 (10): NE 47º 26: SW em 410,00a confrontando com .





PREFEITURA MUNICIPAL DE APORÊ

THE HO 519/87 DE 21 DE SETEMBRO DE 1.987.

"Aprova Projeto de Lotes ambo" denominado de Chapadão do Céd e dá outras providênciasos.

O Trefei to Manicipal,

Paço saber que a Câmara Merilei. pal aprova e eu sunciono a seguinte Lei:

Art. 19 - O loteamento desmembrado de Pasenda "Signia" Amélia" deste município, de propriedade de José Roberto dedrigues de Cumba, Maria Amélia Carcia Cumba, Mareia Carcia Camba, Mareia Carcia Camba, Alberto Rodrigues da Cumba Junior, Nadir Garcia Cumba, e Carcia Cumba, a Cumba Junior, Nadir Garcia Cumba, e Carcia Cumba, e Carcia Cumba, e Carcia Cumba de 63 (sessenta e três) quadrama com 704 lotes urbanos e 18 quadrama destinadam e di occiverde, de lazer, esporte, hospital, escolas, ecmatório, man plos religiosos, centro cívico e mais Ol lote infinitarial, eco forme plantam e memorial descritivo e demais integrantem de processo, matisfasendo todos os requisitos do decarto má de 10.12.37, regulamentado pelo Decreto 3079 de 15.00...d., de da Lei 6766 de 19.12.79, fica aprovado com a denominações de "CHAFADÃO DO CEU".

Art. 2º - Integrarão o domínio público do manteria, los Aporé, automáticamente, desde a data do lotomático am altimatido de do Decreto Dei nº 271 de 26.09.07 de vina, praçan e áreas destinadas a edificios públicos o equipamentos urbanos.

Apt. 39 - Fica revogada a Lei Euricipul au 194900 - en OB de denembro de 1.986.

Arta 42 - Esta Dei entrará em vigor na data de ma esta blicação, revogadas as disposições em communido.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATOMÍ, nos virsos o cum (21) dias dos mes de setembro de mil novecentos o caracterios e sete (1.937).

Adad Alves dos Santos Pretoito Municipal

· ...

BO PODER durivo LEIS bergen die an

LEI Nº 11.398, DE 16 DE JANEIRO DE 1991.

Dispos sobre a criação do Município de CHAPADAO DO CÉU e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decree eu sanciono a seguinte lei:

Art. 12 - Fica transformado em Município, com o topônimo de CHAPADÃO DO CÉU, o atual Povoado do mesmo nome, do Município de APORE, deste Estado, dentro dos seguinte limites, divisas e confrontações:

I - COM O MUNICÍPIO DE APORÉ

- 1 Mil

Inicia-se na Barra do Corrego Galheiro com o Rio Corrente; segue pelo Córrego Galheiro até sua nascente; deste ponto segue em linha rela até a nascante do Córrego do Lavrador; deste segue em linha reta até a nascente do Córrego Cabeceira do Barração e deste em linha reta até a nascente do Corrego da Serra; segue: por este abaixo até a sua barra com o Ribeirão da Serra e por este até a sua barra com o Rio da Prata; deste ponto segue ao rumo magnético de 6030'00SW até a Ponte denominada do "Schlater", no Rio Apore:

II - COM O ESTADO MATO GROSSO DO SUL

Começa na Ronte do Schlater, no Rio Aporé, segundo Rio Aporé acima até a sua nascente; III - COM O MUNICIPIO DE MINEIROS

Começa na Cabeceira do Rio Aporé ou do Peixe em linha reta ao Ribeirao Jacuba, no ponto mais proxima da Cabeceira do Ribeirão São Domingos:

IV - COM O MUNICÍPIO DE SERRANOPOLIS

Começa no Ribeirão Jacuba, no ponto mais proximo a Cabeceira do Ribeirão São Domingos, dal, desce pelo Ribeirão Jacuba até a sua barra no Rio Corrente; dal, desce por este rio até a barra do Córrego Galheiro, ponto inicial.

Art. 2? - O município criado pela presente lei será instalado com a posse do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores eleitos

simultar...amente com os dos Municípios já existentes.

Parágrato único - Para a instalação do Município a que se refere este artigo, os Poderes Executivo e Judiciário tomarão as providências que se fizerem necessárias, devendo o mesmo ter como sede o Poyoado com o título de Cidade de Chapadao do Ceu, com a zona urbana constituída dentro dos seguintes limites e confrontações:

"Começa na barra do Corrego do Valo, no Rio Formoso; por este abaixo, até a barra do Córrego Alto Formoso; por este acima. até a sua Cabeceira; dal, em rumo certo, até a cabeceira do Corrego do Valo; por esse abaixo até a sua barra no Rio Formoso."

Art. 3: - A Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Céu será composta de 09 (nove) Vereadores.

Art. 4: - O Município criado pela presente lei portencerá a Comarca de Itajá.

Art. 5º - O Indice de participação do Município criado por esta lei na parcela do ICMS devida ao Município de Chapadão do Céu será lixado segundo as regras da lei complementar perti-

Art. 6: - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação Art. 7: - Revogem-se as disposições em contrario. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIAS, um Guidina 16 de janeiro de 1991, 103º da frepública.

> HENRIQUE SANTILLO Valterii Leite Guedes

LEUN: 11,400, DE 16 DE J. JEIRO DE 1991.

Dispõe sobre li chação do Município de CASTELÁNDo o da outras providencias.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decidta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 19 - Fica transformado em Município, com o topônimo de Castelandia, o atual Distrito do mesmo nome, do Município de Rio Verde, deste Estado, dentro dos seguintes limites, divisitae confrontações:

I - COM O MUNICÍPIO DE RIO VERDE

Começa no espigão divisor de águas do Rio Francisco e Ribeirão Castelo, no ponto confrontante com a cabeceira do Córriogo da Maia; dal, em iumo certo, à referida cabeceiris, dai, um rumo certo à cabeceira do Ribeirão Castelo; dal, por este ribeirão até a barra do Córrego do Trabalho;

II - COM O MUNICÍPIO DE MAURILÂNDIA

Começa no Ribeirão Castelo, na barra do Corrego do Trabatho; dai, desce pelo Ribeirão Castelo até a sua barra no tito do-Bois:

III - COM O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DE GOIAS

Começa no Rio dos Bois, na barra do Ribeirão Castelo; del, segue por este ribeirão, até a barra do Córrogo Lagaado;

IV - COM O MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS

Começa no Rio do Bois, na barra do Corrego Laguado; data por este corrego acima eté a sua cabeceira; dal, em tamo cono ao espigão divisor de aguas do Rio São Francisco o Ribeirão Castelo; dal, segue por este espigão até o ponto cenfrontarjo com a cabeceira do Córrego da Mata, ponto inicial destas divisas.

Art. 2º - O Município criado pela presente lei corá instalado com a posse do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores uicitos simultaneamente com os dos Municípios ja existentes.

Paragrato único - Para a instalação do Município a que su refere este artigo, os Poderes Executivo e Judiciario tomarao 👑 providências que se fizerem necessárias, deverido o mosmo ter como sede o Distrito com o título de Cidade de Castelándia, co.a a zona urbana constituída dentro dos seguinte limites a controritacóes:

"Começa na Rua Elania Maria com a cerca de arame da Fazenda de Célio Horácio Mendonça; segue por esta cerca late a cerca de arame da l'azenda de Gilberto Carneiro, ex-Luzia Forreira; segue por esta cerca até, transpondo a saido para flombiara e Estrada para a Fazenda Larnunda, até a cerca de arathe da Fazenda de Eurípades Lacarda de Oliveira; segue por esta ceroa. transpondo a saida para Quirinopolis, até a corca de archie da Chácara de João Preto; segue por esta mé a cerca de arame da Chácara de Valdomiro; segue por esta até a Rua Elania Mario; segue por esta até a Estrada para Riverlandia, suguo por esta alá a cerca de arame da Fazenda de Sérgio Garcia; segue por esta cerca até a cerca de arame da Fazenda de Colio Ekitació Mendonça; segue por esta cerca ate a flua Elaria Marta, porio inicial."

Art. 3º - A Camara de Vereadores do Município de Castelantea será composta de 09 (nove) Vereadorés.

Art. 4º - O Município criado pera presente les partencera a Comarca de Rio Verde.

TERMO DE ACORDO

Os representantes políticos do Município de Aporé-GO e do futuro Nunicípio do Chapadão do Céu, abaixo assinados, firmam nosta data e através deste instrumento particular, o sequinte acordo:

a - O Município de Aporé, através dossseus legitimos representantes infra aggiuados se declaram de pleno acordo com a emancipação do Chapadão do Céu, deamembrado do Município de Aporé-GO, cujo Processo tramita na Assembléial Legislativa de Goiás, sob o nº 957/88;

b - As divisas entre o Município de Aporé e o Municí pio Emancipando -Chapadão do Céu- são as seguintes:

> Inicia-se na Barra do Córrego dolheiro com o Rio Cor rente; segue-se pelo Córrego Galheiro até a sua nasconte; deste ponto segue-se em linha reta até a nascente do Córrego Lavrado; deste segue-se em linha rota até a nascente do Córrego Cabeceira do Barração e deste em linha reta até a nascente do Córrego da Serra; segue-se por este abaixo até a sua Barra COM o Ribeirão da Serra e por este até a sua Barra Com o Rio da Prata; deste ponto segue-se listameia de 5.978,08 m. até paco a pante localizada no Rio Apar, denomin Ponte do "Schlatter"

c - Os representantes de ambas as partes se comprome tem a envidar todos os esforços que lhes competir no sentido de viabili zar a aprovação do referido Processo, bem como a realização da consulta plebicitário para os fins propostos,

d - Ambas as partes se declaram satisfeitas com presente acordo, que será mantido, respeitado e cumprido fielmente, até que o Município Emancipando - Chapadão do Céu- se instale definitivamento.

Por ser verdade, firmam o presente acordo.

Goiânia, 18 de outubro de 1.990.

BERTO RODRIGUES DA

-Fundador Chapadão do Céu-

HAILTON-GOMES DA PENA

-Pref. Mun. Aporé -

ROSARIO JOSÉ C. NETO - Vereador -DEBRAIL F. RODRIGUES - Véreador -W. DE CARVA - Vereador cadoallo Barbora de danza CLODOALDO B. DE SOUZA - Vereador, EURICO L. DA SILVA - Vereador -TESTAMUNHAS: ANGELO ROSA RIBEIRO AGENOR RODRIGUES DE REZENDE

Mentolik

MICEU BARRETO C. FILHO

-Pros. Câm. Aporé -

PAULO RODRIGUES DA CUNHA
-Represa do APROCÉU
JOÉNIO ALVES ARAÚJO

Vereador

FERNANDO J. DE MORAES

Vereador
ARNALDO C. MACCHERONI

10		

ATA GERAL DO PLEBISCITO REALIZADO NO DISTRITO DE CHAPADÃO DO CEU

Golânia,

Aus nove (9) dias do mes de dezembro do eno de mil. novecentos a noventa (1.990), no distrito de Chapadão do Ceu, as oito (3) horas, nos dependências da Escola Estadual Terra Mova, fo rom instaladas os Seções de nº 21 (vinte e um), 23 (vinte e três) c 27 (vinte e sete), presentes o Exmo. Sr. Dr. Elias de Jesus Pai xão, MM. Juiz Eleitoral desta 96º Zona de Itajá, o Exmo. Sr. Dr. Moisés Antonio de Freitas, representante do Ministério Publico ' comigo Raimundo Saboia Vaz, Escrivão Eleitoral, presidentes e me sarios dos mesas receptoras de votos. A votação transcorrau sem nenhum incidente encerrando-se às dezessete horas (17:00hs). Às dezessete e trinta horas (17:30hs), sob e presidencia do MM. Juiz Eleitoral e fiscalização do representante do Ministério Público, os mesas receptoras de votos inicieram a apuração dos votos e as dezoito horas (18:00hs), encerrou-se a apuração com os seguintes resultados: Seção vigéssima primeira (21ª) com trezentos e quarem ta e scis eleitores aptos, votaram duzentos e quarenta (240) elei tores, sendo duzentos e trinta e oito (238) "SIM", e dois (2) NÃO Seção vigessima terceira, (23ª), com trezentos e sessenta e cinco (365) equitores optos, votarem duzentos e oitenta e um (281), sen do duzentos e setenta e sete (277) "SIM", dols (2) "NÃO", um (1) "BRANCO" e um (1) "NULO" e Seção vigessima setima (27ª), com trezentos e trinta (330) eleitores aptos, votarem duzentos e um (201) sendo: cento e noventa e quatro (194) "SIM", cinco (5) "NÃO" e -1 dois (2) "BRANCOS".

No cômputo geral, resultou: Setecentos e Nove votos (709) "SIM", Nove votos (9) "NÃO", três (3) votos "BRANCOS" e um (1) voto "NULO". Não houve recurso, e todas os trabalhos contaram com a fiscalização atuante do Dr. Promotor de Justiça.

Node mais havendo, determinou MM. Juiz Eleitonal que encer rosse a presente ATA. Eu (Raimundo Saboia Voz), Escrivão Eleitoral desta 969 Zona, que a Tiz, escrevi e subscrevi.

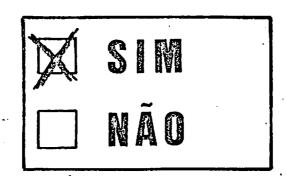
Bel. Elias de Jesus Paixão Julz do Direlto

Moises Antonio de Fraitas



DIGA SIM À EMANCIPAÇÃO

- Para que Chapadão do Céu tenha a sua autonomia administrativa;
- Para que o povo de Chapadão do Céu possa tomar suas próprias decisões sobre os assuntos da comunidade, sem depender de atuação política de pessoas de fora.
- Para que os recursos aqui arrecadados, sejam aqui aplicados.
- Para que possamos atender as nossas necessidades de Transporte,
 Estradas, Educação, Saúde, Saneamento, Assistência Social, Infra-Estrutura Urbana, Desportos e Lazer, etc.
- Diga SIM a Emancipação e participe deste momento histórico que é a criação do Município do Chapadão do Céu.
- Você também pode participar do progresso da sua comunidade, da sua cidade. Ajude na luta pela independência.
- Compareça as urnas no dia do plebiscito 09/12/90 e vote SIM pela Emancipação.
- CHAPADÃO DO CÉU depende de você.



APROCEU



EM NOTÍCIA

ALBERTO RODRIGUES DA CUNHA

